

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**JOÃO CAUÊ BENEDETI MORALES**

**ENTRE A DISCÓRDIA E A REGULAÇÃO:  
UMA ETNOGRAFIA A PARTIR DO CIRCUITO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL  
DE VÁRZEA EM PORTO ALEGRE**

**PORTO ALEGRE  
2020**

**JOÃO CAUÊ BENEDETI MORALES**

**ENTRE A DISCÓRDIA E A REGULAÇÃO:  
UMA ETNOGRAFIA A PARTIR DO CIRCUITO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL  
DE VÁRZEA EM PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo.

**PORTO ALEGRE  
2020**

JOÃO CAUÊ BENEDETI MORALES

**ENTRE A DISCÓRDIA E A REGULAÇÃO:  
UMA ETNOGRAFIA A PARTIR DO CIRCUITO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL  
DE VÁRZEA EM PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

**Aprovado em 16 de dezembro de 2020.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Arlei Sander Damo - *orientador*  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Carlos Emanuel Sautchuk  
Universidade de Brasília (UnB)

---

Profa. Dra. Mariane da Silva Pisani  
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

---

Profa. Dra. Denise Fagundes Jardim  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

### CIP - Catalogação na Publicação

Morales, João Cauê Benedeti  
ENTRE A DISCÓRDIA E A REGULAÇÃO: UMA ETNOGRAFIA A  
PARTIR DO CIRCUITO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE VÁRZEA  
EM PORTO ALEGRE / João Cauê Benedeti Morales. --  
2020.  
146 f.  
Orientador: Arlei Sander Damo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Futebol de várzea. 2. Arbitragem de futebol. 3.  
Circuito. I. Damo, Arlei Sander, orient. II. Título.



## AGRADECIMENTOS

A dívida de gratidão para com as pessoas que me auxiliaram ao longo desta caminhada, se levada à sério, ficaria maior do que o próprio trabalho. Pois é difícil pensar em ser sem ter com quem contar. Gostaria, entretanto, de prestar alguns reconhecimentos, correndo o risco da injustiça que toda seleção acarreta. Em primeiro lugar, a minha gratidão vai para o conjunto de árbitros que tive a oportunidade de conhecer. Ainda que não possa nomeá-los, gostaria de deixar registrado que muitos deles, de forma generosa, dividiram momentos e conhecimentos sem os quais essa dissertação não se realizaria. Desejo a cada um sucesso nos jogos por vir e que possamos nos reencontrar em campo quando o futebol na várzea voltar a ser seguro para todos. Até lá, espero humildemente que a eventual leitura dessas páginas possa render alguma resenha.

Agradeço também aos servidores da Prefeitura de Porto Alegre que trabalham na organização dos campeonatos, em especial Giba, Larry e Marzo, que atuaram na Gerência de Futebol, no ano de 2019. Sem a orientação e o suporte de vocês, minha atuação como mesário da competição não se configuraria.

Nesta mesma seara, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na figura de seus professores, funcionários e colegas. Saliento aqui alguns nomes que não poderiam passar sem menção: aos professores e professoras Sérgio Baptista, Ceres Victora, Paula Sandrini, Fabíola Rohden, Fernanda Rifiotis e Jean Segata o meu mais sincero agradecimento pelos ensinamentos, incentivos e convivência. À Rossana D'Alessandro o meu muito obrigado pela presteza e solicitude ao nos apoiar em uma área de processos complexos. Às e aos colegas Caroline Silveira Sarmiento, Pamela Íris Mello, Jeremias José Mário e Lucas Salgado o meu muito obrigado por compartilharem os fardos e inseguranças da vida acadêmica e por saberem torná-los mais leves com a alegria e o companheirismo de vocês durante essa jornada.

Em especial, presto o meu agradecimento fraternal ao professor Arlei Sander Damo. Pela generosidade com que recebeu um então desconhecido vindo de outra área e por confiar a mim um interesse de pesquisa que me aproximou do futebol de uma forma que já não esperava mais viver. Considero tal situação um privilégio. Amplio a partir dele o meu agradecimento ao Grupo de Pesquisa de Antropologia da Economia e da Política – GAEP. Por inúmeras ocasiões, pude experimentar possibilidades a respeito deste trabalho e ouvir dos colegas de grupo retornos valorosos que balizaram a pesquisa durante todo o seu processo de elaboração.

É imperioso que eu agradeça também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa de estudos a mim concedida. Sem esta possibilidade não teria podido cumprir com as exigências do cotidiano em termos de sustento pessoal.

Agradeço uma vez mais aos colegas do Observatório da Discriminação Racial no Futebol. Por meio das reuniões promovidas neste espaço, pude aprender e me sentir mais seguro para encarar os desafios com os quais me defrontei ao longo da pesquisa.

Já encerrando, não poderia deixar de falar sobre aqueles que acompanham meus passos desde sempre: meu pai e minha mãe. Jorge Morales, ao me matricular pela primeira vez em uma escolinha de futebol me disse mais ou menos assim: “eu não tive a oportunidade de aprender a jogar bola porque meu pai me obrigou a estudar enquanto os outros jogavam. Por isso, sempre fui perna-de-pau. Não quero o mesmo para ti, mas você também vai ter que estudar”. Agradeço de coração por não ter me feito escolher e espero que, ao ler estas páginas, o senhor reforce a certeza de que o estudo e o futebol podem caminhar lado a lado. E que essa parceria pode ser uma escolha de vida. Já a Damaris Benedeti agradeço pela providência, justo quando me sentia mais perdido. Agradeço também pela compreensão das minhas ausências, intensificadas no momento de escrita.

Existem familiares sem os quais a rede de apoio não estaria completa. Por isso, aqui vai o meu efusivo agradecimento à Zilmar, Maria, Fabiana, João Felipe, Ana Clara, Luís Fernando, Carmen, Lauro, Mateus e Patrícia. Vocês cuidam de mim e zelam pelo meu bem-estar com tanto cuidado que eu chego a me questionar se sou merecedor de tanto amor. Saibam que as minhas conquistas, por mais singelas que sejam, são também conquistas de vocês.

Por fim quero agradecer à Ângela e ao Vito pela experiência intensa que deve ter sido me aturar ao longo desta pesquisa - com o agravante de termos passado por uma pandemia no fim do processo. Pela compreensão das ausências nos inúmeros fins de semana. Por vocês me animarem nos momentos em que me senti para baixo. Por eu ter sido uma pessoa monotemática do futebol em muitas ocasiões. E pior: alguém que tentava entender o lado dos árbitros ao longo das transmissões dos jogos. Imagino que tudo isso possa ter sido demais. No entanto, ao fim e ao cabo, vocês estão firmes e nós estamos juntos. Por isso, obrigado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001

*Todos os domingos, 100, 150, 200 mil pessoas o chamam de ladrão. Seja ele um Abrahão Lincoln, um Robespierre, um Marat, uma Maria Quitéria. Não importa*

. (Nelson Rodrigues, 4 de fevereiro de 1956).

## RESUMO

### **Entre a Discórdia e a Regulação: Uma etnografia a partir do circuito de arbitragem de futebol em Porto Alegre**

Este trabalho debruça-se sobre a temática da arbitragem de futebol. O objetivo é apresentar uma interpretação sobre as formas pelas quais a arbitragem de futebol atua em partidas disputadas no âmbito amador masculino em Porto Alegre-RS. De forma complementar, reflete-se sobre as especificidades de tal atividade face às competições de várzea. Para tanto, ancora-se nas reflexões sobre circuito comercial (Zelizer, 2005), considerando que a arbitragem em competições desta natureza na cidade de Porto Alegre opera ela própria como tal. A pesquisa, de caráter etnográfico, conta com a participação do autor como membro das equipes de arbitragem durante a 27ª edição do Campeonato Municipal de Futebol de Várzea, promovido pela prefeitura da cidade no ano de 2019. A investigação atenta para as interpretações oferecidas pelos árbitros acerca da atividade que exercem, das valências desejáveis e das dificuldades enfrentadas junto ao circuito. A experiência empreendida sugere que arbitragem de futebol é notabilizada coletivamente pelas controvérsias que a atravessam e que esta perspectiva pauta o relacionamento dos árbitros com outros agentes que participam do ambiente futebolístico (jogadores, torcedores, dirigentes, jornalistas). Observando as disputas que envolvem a atividade, bem como a busca por sua regulação, especula-se sobre quais são os limites, tanto da atuação individual de um árbitro, quanto do próprio circuito da arbitragem descrito. Considera-se que a arbitragem de futebol de várzea é uma atividade que postula uma performance calcada na masculinidade, lida por meio de valores e posturas austeras, duras e autoritárias. Por fim, infere-se que marcadores como raça podem fazer ver os limites desta atuação e, em última instância, do próprio circuito.

**Palavras-chave:** Arbitragem de futebol. Circuito. Futebol de Várzea.

## ABSTRACT

### **Between Discord and Regulation: an ethnography from the football refereeing circuit in Porto Alegre**

This work focuses on the topic of football refereeing. The objective is to present an interpretation of the ways in which football referees act in matches played in the male amateur arena in Porto Alegre-RS. In a complementary way, it reflects on the specificities of such activity in relation to amateur competitions. To this end, it is anchored in the reflections on the commercial circuit (Zelizer, 2005), considering that the officiating in competitions of this nature in the city of Porto Alegre operates itself as such. The research, of an ethnographic character, relies on the author's participation as a member of the refereeing teams during the 27th edition of the Municipal de Várzea Football Championship, promoted by the city hall in 2019. The investigation is attentive to the interpretations offered by the referees about the activity they perform, the desirable values and the difficulties faced by the circuit. The experience undertaken suggests that soccer refereeing is collectively notable for the controversies that go through it and that this perspective guides the relationship of referees with other agents that participate in the football environment (players, fans, managers, journalists). Observing the disputes involving the activity, as well as the search for its regulation, it is speculated on what are the limits, both of the individual performance of a referee, and of the refereeing circuit itself described. Amateur football refereeing is considered an activity that postulates a performance based on manhood, read through austere, harsh and authoritarian values and attitudes. Finally, it is inferred that markers such as race can make the limits of this performance and, ultimately, the circuit itself.

**Keywords:** Football Refereeing. Circuits. Amateur Football.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Praças esportivas do Municipal</b>	<b>21</b>
<b>Figura 2 – O Juiz</b>	<b>51</b>
<b>Figura 3 – Árbitros com camisa amarela</b>	<b>69</b>
<b>Figura 4 – Confusão em torno ao árbitro</b>	<b>84</b>
<b>Figura 5 – Esquema de Movimentação</b>	<b>96</b>
<b>Figuras 6 e 7 – Sinais do Árbitro Principal</b>	<b>97</b>
<b>Figuras 8, 9 e 10 – Sinais do Árbitro Assistente</b>	<b>99</b>
<b>Figura 11 – Cobrança de penalidades em uma disputa eliminatória</b>	<b>110</b>
<b>Figura 12 – Equipe de arbitragem</b>	<b>131</b>

## **LISTA DE TABELAS E QUADROS**

**Quadro 1** – Lista de árbitros que atuaram no Municipal conforme registrado nas súmulas

**124**



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBF	Confederação Brasileira de Futebol
FGF	Federação Gaúcha de Futebol
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
IFAB	<i>International Football Board Association</i>
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
VAR	<i>Video Assistant Referee</i> (em português: Árbitro Assistente de Vídeo)
W.O	<i>Walkover</i>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1 SOBRE A ARBITRAGEM NA VÁRZEA</b>	<b>27</b>
1.1 A ARBITRAGEM DE VÁRZEA COMO A CONHECI	27
1.2 CONHECENDO PRIMO	30
1.3 RODADA INAUGURAL	32
1.4 CONTROVÉRSIAS DA ARBITRAGEM	42
<b>2 ARBITRAGEM: ENTRE A DISCÓRDIA E A REGULAÇÃO</b>	<b>47</b>
2.1 O QUE DIZEM SOBRE A ARBITRAGEM	47
2.2 FORMAÇÃO DA ARBITRAGEM	54
2.3 A PERTINÊNCIA DA ARBITRAGEM	62
<b>3 TORNAR-SE DURO PARA DURAR</b>	<b>64</b>
3.1 CONHECENDO UMA NOVA EQUIPE	65
3.2 O ÁRBITRO É RECONHECIDO	69
3.3 UMA PARTIDA EXEMPLAR	72
3.4 O DESAFIO E A VALÊNCIA DA ARBITRAGEM NA VÁRZEA	76
3.5 ÁRBITRO TAMBÉM É SER HUMANO	79
3.6 O TRABALHO É DUREZA	84
<b>4 COM A CINTURA TAMBÉM SE JOGA</b>	<b>92</b>
4.1 “PEGAR A MANHA DA ARBITRAGEM”	93
4.2 JOGAR	102
4.3 “ADMINISTRAR É DIFERENTE DE AJEITAR”	107
<b>5 ATUAÇÃO DE ÁRBITROS NEGROS E OS LIMITES DO CIRCUITO</b>	<b>119</b>
5.1 RELAÇÕES RACIAIS E FUTEBOL BRASILEIRO	120
5.2 ESCALA	125
5.3 “NÃO AQUI E SIM LÁ”	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>143</b>

## INTRODUÇÃO

Por muito tempo considerei que a história de um trabalho se referia a história de um período formativo, dos ciclos que se iniciam e se concluem e cujo produto é a prova e a testemunha de determinada trajetória. No entanto, ao dar conta de introduzir esta dissertação, não me parece adequado que o desenvolvimento dela circunscreva a história do meu período formativo na pós-graduação em Antropologia Social em particular. Ou seja, se essa história tem um início, ela possivelmente não se dá com o meu ponto de partida. É como um afluente que corre em direção ao rio e que, ao encontrá-lo, é levado pela força do fluxo que antecede esta confluência. Iniciar este trabalho, portanto, é descrever uma história que encontrei, na qual confluí e cuja finalização não se trata só daquilo que conduzi, mas também do que o curso dos acontecimentos propiciou.

Se tivesse que escrever sobre uma história deflagrada, o princípio remeteria ao projeto de pesquisa que submeti para adentrar no programa de pós-graduação do qual agora egresso. Na ocasião, tive como tema de predileção e por intuito investigar a resolução de conflitos em torno dos contratos de trabalho que eram consignados no âmbito de um sindicato na cidade de Porto Alegre. Por lá trabalhei ao longo de um breve período e me chamava a atenção, quando empregados e empregadores iam negociar, que certas relações pessoais eram engendradas pelos contratos, ainda que estes não as circunscrevessem. Um exemplo disso era que, se uma situação de litígio se convertesse em prol do trabalhador – como a exigência de pagamentos em atraso – aquele que havia recebido a quantia não saía totalmente satisfeito, pelo medo ou ameaça concreta (por vezes se ouvia) de empreiteiros de dificultar ou inviabilizar que aquela pessoa arrumasse outro trabalho. Por este motivo, o encaminhamento ideal desejado, por assim dizer, era o perdão de parte dos vencimentos, ou então um novo contrato que levasse em conta um rearranjo das multas a serem cobradas. Mais do que as preconizações contratuais, as relações entre as pessoas precisavam ser, de certa forma, apaziguadas.

Esse objetivo, no entanto, não se concretizou por uma série de fatores. Tal impossibilidade me levou a uma mudança que me fez encontrar (ou seria melhor dizer reencontrar?) com outro curso na trajetória: o futebol. Desta vez, dentro dos estudos nas Ciências Sociais. Diante do impasse sobre o que pesquisar, o professor Arlei Damo, que me orientou ao longo desse período, propôs um desafio que até então nem imaginava enquanto um tema a ser investigado: a arbitragem de futebol. Foi além: perguntou o que eu acharia de fazer um trabalho que considerasse a trajetória laboral de árbitros de futebol negros. É oportuno considerar que na ocasião estava sendo disputada a Copa do Mundo FIFA na Rússia e um dos

assuntos abordados pela imprensa – repercutido nas redes sociais – ao longo da competição dizia respeito a falta de profissionais negros em funções de liderança no esporte. Um caso que se destacou bastante foi o do treinador que a época estava à frente da seleção do Senegal, o único negro entre os técnicos. Ao tomar esta problematização enquanto um contexto, para além de treinadores (e também diretores), a arbitragem de futebol podia ser vista como uma das atividades que preconizava uma função de liderança. E nesta linha de atuação, a impressão que se tinha era a de que a presença de pessoas negras não era incomum, ainda que minoritária. Corroborava com estas percepções um contexto local no qual alguns árbitros negros tiveram trajetória conhecida na história da arbitragem de futebol do Estado (destaco aqui o nome de José Luiz Barreto, que chefiou a Federação Gaúcha de Futebol). De forma suplementar, ainda houve um caso mais recente – ocorrido com o ex-árbitro Márcio Chagas da Silva – notabilizado por um episódio de discriminação racial e que gerou bastante debate localmente. Todos esses elementos convergiam para a proposição de uma investigação que seria interessante tomar parte.

Assim, estudar o que a arbitragem de futebol exercida por pessoas negras poderia aportar para o entendimento que se tem desta atividade enquanto parte constituinte do “universo do futebol” (DAMATTA, 1982) e também das relações raciais neste contexto foram questionamentos que pude amadurecer ao longo das aulas que tive no mestrado, bem como na participação em discussões junto ao grupo de pesquisa do qual faço parte: Grupo da Antropologia da Economia e da Política – GAEP. Também contribuíram para essas reflexões a participação em eventos, como a Reunião Brasileira de Antropologia (2019) e a Reunião de Antropologia do Mercosul, onde tive a oportunidade de compartilhar algumas dessas inquietações e, acima de tudo, conhecer melhor uma comunidade interpretativa que contribui para os estudos sobre esportes e que apontou caminhos que considero profícuos para uma aproximação entre a arbitragem de futebol e as Ciências Sociais.

Em um primeiro momento considerei insólito estudar o trabalho de árbitros de futebol. Desta forma, para que eu pudesse diminuir o meu estranhamento e esta pesquisa pudesse ter chegado ao seu momento de entrega, precisei, digamos assim, aprender a redimensionar alguns incômodos. Em primeiro lugar, tive que repensar a minha ligação mais antiga e usual com o jogo de futebol, que é a de torcedor. E como torcedor, ao ouvir falar de árbitros, de início já era acometido por um certo ressentimento. Vinha-me logo a lembrança daquela marcação contra o meu time do coração ou daquele pênalti negligenciado no campeonato do colégio. Por acaso com você acontece o mesmo? Caso se sinta assim ou tenha se sentido, reconheço que não posso julgar. Creio que seja seguro afirmar que, para um torcedor ou torcedora, uma certa má vontade

com a arbitragem é usual. Pois, as decisões tomadas por estes personagens podem interferir na concretização dos objetivos dos clubes ao qual nos ligamos – seja na condição de quem joga, torce, ou até dirige – e a relação entre esse pertencimento e a presença de alguém supostamente imparcial gerou e gera questionamentos.

Uma segunda ligação com o futebol, a qual tive que redimensionar foi a que atravessou a minha formação: enquanto jornalista, sempre tive predileção pela editoria de esportes. Tanto no que me foi possível estudar sobre Jornalismo Esportivo na faculdade (a partir de uma bolsa de monitoria ofertada pela professora Sandra de Deus, responsável pela disciplina de Jornalismo Esportivo na ocasião), quanto nas experiências de trabalho das quais pude me aproximar. Trabalhei brevemente com a produção de notícias sobre o assunto em uma rede local da capital gaúcha. E verdade seja dita, na seara do Jornalismo, os árbitros são mais notabilizados por aquilo que fazem, fizeram ou deixaram de fazer contra alguém. Os infortúnios destes profissionais eram à época (e imagino que ainda sejam) um dos motores das chamadas mesas-redondas – programas cujo foco central reside nos debates em torno de acontecimentos (e das polêmicas) de cada rodada jogada ou por jogar. São essas as histórias da arbitragem que mais se aproximam do jogo de futebol que é narrado, reportado e repercutido a partir do cotidiano das editorias esportivas. E mesmo a ideia de um cotidiano da arbitragem pode ser tomada enquanto algo à parte neste contexto. Já que a avaliação concreta do trabalho de árbitros é destinada a analistas específicos, que nos últimos tempos (considerando aqui também o antes da pandemia) não estavam compartilhando nem o mesmo espaço físico dos outros profissionais em uma transmissão, por exemplo.

Para além de apresentar uma perspectiva sobre a arbitragem de futebol que pudesse superar as minhas próprias ressalvas, procurei encarar o desafio de abordar as relações raciais em um cenário onde o discurso sobre as habilidades individuais é preponderante e que, em função desta concepção talvez, situações que podem ser compreendidas como mais estruturais acabem sendo, no mínimo, mais relativizadas do que em outros contextos. De acordo com o que asseveram algumas abordagens contemporâneas deste debate (SEGATO, 2010) ao se falar sobre cor da pele, raça e também de racismo existem dificuldades e desencontros em termos da verbalização da caracterização racial e mesmo estatísticos, ao se tentar ilustrar os panoramas vividos especificamente na América do Sul. O que faz com que mesmo em algumas pesquisas, exista um descompasso entre a preponderância empírica do elemento raça e a ênfase com que ela é considerada nas análises. Estas dificuldades elencadas fizeram parte do percurso desta pesquisa, onde as pessoas, em sua maioria das vezes, não gostavam de interromper o seu cotidiano (principalmente quando esse cotidiano se tratava de participar de um jogo futebol nos

fins de semana) para falar profundamente sobre raça ou racismo. E o melhor que imaginei poder fazer nesses casos foi entender essa postura.

A elusividade do debate racial também se relaciona com a minha história de vida. Ao falar dela, é impossível não me reportar aos exemplos e ensinamentos que tive acesso dentro da minha trajetória familiar, pois são elas que conformam a experiência de vida que tenho enquanto (também) um homem negro. E foi desde o seio familiar que, por exemplo, fui aprendendo a respeito das considerações do que ser negro implica. Tais abordagens me pareceram terem sido reverberadas nos comentários que me foram feitos ao longo desta investigação, o que me leva a crer na abrangência desse aprendizado de vida que procurei não desconsiderar. Talvez por isso tenha me soado familiar que alguns tivessem repercutido as perguntas pela via negativa, ou preferissem não repercutir muito os questionamentos que fiz. No contexto que acessei mesmo entre pessoas negras não se tem uma sensação de segurança para conversar com serenidade sobre esses temas. Nesse aspecto, a interlocução que tive junto ao Observatório da Discriminação Racial no Futebol<sup>1</sup>, participando de reuniões semanais (ao longo do ano de 2019) foi muito elucidativa para que eu pudesse conhecer mais a respeito dessas questões e me aproximar da experiência de pessoas que dentro do esporte abordavam os assuntos elencados.

A respeito do trabalho de campo que desenvolvi, é curioso ressaltar que ele se deu, na sua maioria das vezes, dentro de campos de jogo. Acessei a arbitragem de futebol onde o jogo é praticado em seu âmbito amador, o que carrega algumas implicações a serem elucidadas. Como já tive oportunidade de relatar anteriormente (MORALES, 2020a; 2020b), a opção por acompanhar a arbitragem de jogos amadores se deu principalmente em função de uma conversa que tive com o ex-árbitro Márcio Chagas em um fórum de discussão a respeito das desigualdades raciais no futebol. Na ocasião, ao comentar sobre as minhas pretensões de pesquisa, Chagas me comentou que a várzea era um espaço notabilizado pela grande presença de árbitros negros. Somou-se a este fato posteriormente o acesso que se deu a partir da minha relação com Primo, proprietário de uma empresa de prestação serviços de arbitragem de futebol que foi o meu principal interlocutor. A partir dos acessos concedidos por ele a minha inserção junto ao cotidiano de árbitros de futebol se configurou com a minha participação como mesário

---

<sup>1</sup> O Observatório da Discriminação Racial no Futebol é uma entidade que se objetiva a monitorar os casos de discriminação racial deste esporte que são divulgados na imprensa e, a partir deste acompanhamento, elaborar relatórios anuais que apresentem de forma sistematizada a incidência de casos de discriminação ocorridos no Brasil e com atletas brasileiros no exterior. Atualmente, esse esforço se dá em parceria com o Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, local onde foram realizadas, durante o ano de 2019, reuniões semanais que trataram desta e de outras iniciativas, além de congregarem discussões a respeito do tema. Durante o mestrado tive a oportunidade de participar das reuniões do grupo e colaborar com algumas ações gestadas neste espaço.

em uma competição de futebol promovida pela Prefeitura de Porto Alegre – a 27ª edição do Municipal de Várzea.

Este torneio é o maior do gênero no Estado e se notabiliza por seu aspecto comunitário. Ou seja, as equipes que participaram da Liga Municipal em sua maioria são advindas de associações esportivas formadas nas regiões periféricas da cidade. No Municipal, como o torneio também é chamado, busca-se congregar os representantes das ligas que são disputadas dentro das próprias localidades, sendo tais vencedores indicados para participar do torneio municipal. Por essa característica de contar com indicados das ligas locais, o Municipal costuma ser disputado todos os anos nos segundos semestres (a edição da qual participei foi disputada entre os meses de agosto e dezembro do ano de 2019). O campeonato é dividido em diferentes categorias cujos critérios envolvem idade e gênero. Dentro desta divisão, acompanhei os jogos disputados por homens em duas categorias: uma cuja idade mínima aceita no regulamento era acima dos 40 anos (categoria veterano) e outra cuja idade mínima aceita era de 48 anos (categoria *master*).

O registro de jogos de futebol praticado por homens mais velhos não chega a ser uma novidade. Simoni Guedes (1982) ao propor uma relação entre o esporte e as trajetórias de vida, chama a atenção para uma fase onde jogadores participam de torneios sem pretensões carreiristas com o futebol e nem ambiguidades na relação que desenvolveram com o trabalho que exercem. O que está mais em voga ao se praticar futebol neste período é a brincadeira e a sociabilidade. É neste ambiente das partidas que a autora citou a presença dos jogos dos veteranos e “cacarecos”: “Os cacarecos, nas próprias palavras de um deles (C), são gente que vai “dali para o cemitério” apontando não só o fim da carreira de futebol, mesmo como “peladeiro”, mas também a concepção de velhice comum ao grupo que começa em torno dos 40 anos” (GUEDES,1982,p.72). A percepção da autora parece se sustentar no que diz respeito a importância dada à sociabilidade entre os jogadores do Municipal de Várzea. Do ponto de vista da forma como se encara o avanço da idade, creio que a própria designação dos nomes para categorias já aponta para uma certa suavização de certa faixa etária. Algo que pode estar relacionado com o avanço na expectativa de vida que uma pessoa com mais ou menos 50 anos possui atualmente (em detrimento aos anos de 1980). A respeito da arbitragem neste contexto, foi-me dito por interlocutores que, para as minhas pretensões, jogos do *master* e veterano eram bons lugares para iniciar uma observação do trabalho, tendo em vista que as partidas eram menos intensas na comparação com o que na várzea é conhecido como categoria livre – jogos disputados entre pessoas de 18 – 39 anos, supostamente o auge da disposição física.

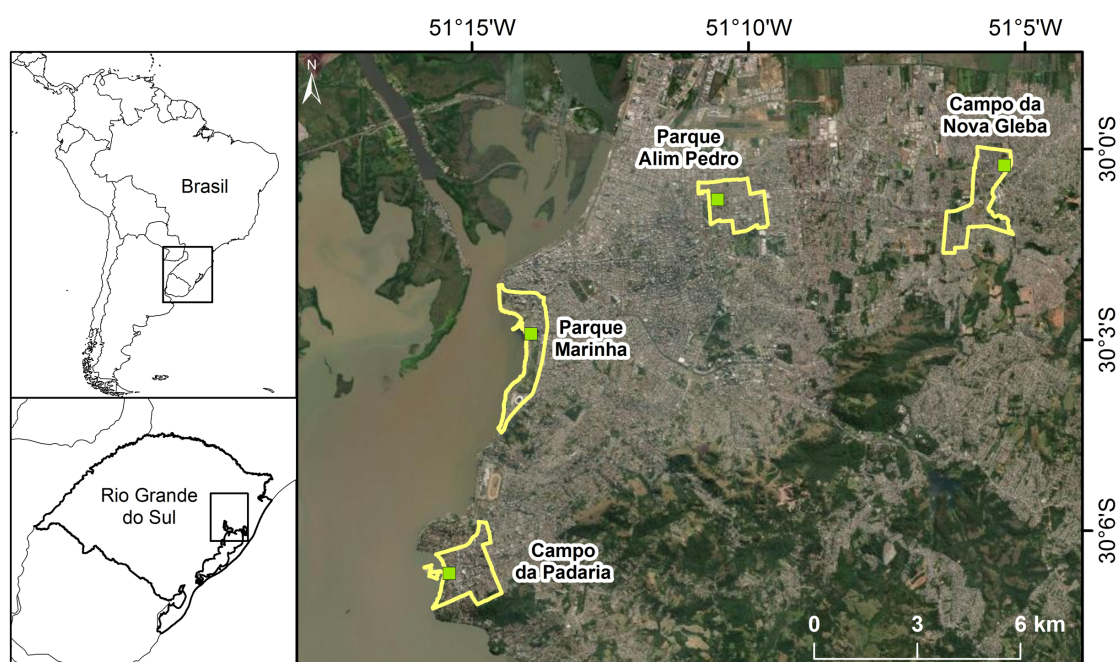
Talvez em função das características que o torneio apresentou inicialmente, a escolha de árbitros designados para trabalhar no Municipal tenha respeitado um critério que fosse ao encontro de certos cenários. Ou seja, foram escolhidos árbitros que pudessem se compatibilizar com as exigências físicas e disciplinares que as partidas poderiam apresentar. Neste aspecto é possível dizer que, em termos de perfil, atuaram dois grupos distintos de árbitros. Aqueles que, assim como eu, estavam iniciando na várzea. Árbitros mais jovens (na casa dos 25-30 anos), que inclusive tinham pretensões para atuar na arbitragem de jogos profissionais (faziam ou fizeram cursos de qualificação) e viam nos torneios amadores uma etapa, uma forma de “pegar cancha” - expressão usada para aqueles que querem adquirir experiência em determinada área – ou se manter em forma. Outro grupo, este majoritário, eram de árbitros mais experientes, com uma faixa de idade abrangente (na casa dos 40-60 anos), já mais *habitués* das competições, conhecidos entre os jogadores e organizadores. Estas pessoas se notabilizavam justamente por este maior conhecimento dos meandros do futebol de várzea, características estas que tornam, de acordo com elas próprias, a arbitragem nestes contextos distinta da modalidade de arbitragem em outras situações – de jogos profissionais, por exemplo. Mais do que a várzea ser encarada como uma etapa para se tornar um árbitro, estes tornaram-se árbitros da várzea. Pois, para além das obrigações prescritas pela função exercida, havia uma interação que se desenvolvia para além do momento do jogo, seja em termos de lazer – com convite para a participação em churrascos, festejos de clubes, etc – seja em termos de oportunidades trabalho nas localidades pelas quais se transita.

A esse respeito, aliás, grande parte dos árbitros que atuaram no Municipal exerce ou exerceu outra atividade de trabalho, que pode ou não ser a principal na relação que ela conforma com a arbitragem de futebol. As profissões mais comumente mencionadas foram aquelas que englobam a área da construção civil e da vigilância patrimonial. Do total de árbitros que atuaram no Municipal em 2019, eu conheci – seja por trabalhar junto, seja por conversar em ocasiões na qual não estive trabalhando – mais de dois terços do conjunto. Por uma questão de confidencialidade solicitada por alguns deles, optei por não identificar as pessoas com os seus nomes verdadeiros. No caso dos árbitros em particular, procurei escolher codinomes que fossem ao encontro do que me pareceu ser as características que enaltecem em suas próprias atuações: a coragem, a precisão e saber suportar as hostilizações (verbais e eventualmente físicas). A associação dessas características de resiliência para com o trabalho me remeteu à imagem de dureza dos metais, cuja resistência material pode perdurar até mesmo com a passagem do tempo. Por esse motivo, os codinomes escolhidos para meus interlocutores árbitros fazem referência a estes elementos.



O critério de competição (coloquialmente conhecido também como fórmula de disputa) se deu preconizando a desclassificação dos piores colocados em duas fases jogadas a partir da formação de grupos; em um momento posterior foram realizadas disputas em chaves eliminatórias. Por exemplo, na categoria *master*, os jogos foram disputados por 16 equipes que foram dispostas em 4 grupos com 4 times cada. Posteriormente as três equipes melhores classificadas jogaram uma segunda fase com três equipes em cada novo grupo. Nesta etapa duas equipes de cada chave avançaram para as fases eliminatórias, jogando quartas de final, semifinais e final. A competição na categoria veterano respeitou esta mesma lógica de competição. Os jogos foram disputados em sua fase inicial em quatro localidades diferentes da cidade, conforme ilustra o mapa abaixo:

**Figura 1** – Praças esportivas do Municipal



**Fonte:** elaborado, a pedido, por Mateus Camana via software ArcGIS a partir de dados de campo.

O Campo da Nova Gleba fica localizado no limite norte da cidade, no Bairro Rubem Berta, o mais populoso da capital. Segundo a publicação oficial sobre a história dos bairros da cidade (PORTO ALEGRE,2020), o Rubem Berta é uma localidade que congrega “muitas vilas e grandes conjuntos habitacionais. Essa ocupação ocorreu através de loteamentos de diferentes iniciativas: poder público, iniciativa privada, invasões e áreas de ocupação mistas, com parte do loteamento organizado e outras com ocupação irregular” (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE,2020,p.87). O campo do Parque Alim Pedro, por sua vez, está localizado no Bairro

Passo D'areia, em uma região tradicionalmente conhecida por ter abrigado em sua formação trabalhadores industriários (Vila do IAPI). Já o campo do Parque Marinha fica em um Parque localizado no Bairro Praia de Belas, próximo à região do centro histórico da cidade. Por fim, o campo da Padaria é localizado no Bairro Tristeza, região sul da cidade, mais recentemente povoada na dinâmica populacional da cidade. Nas fases eliminatórias, as praças esportivas utilizadas foram as do Parque Marinha e o Campo da Nova Gleba.

Com todo esse contexto envolvendo uma mudança de tema, imaginei na ocasião que se tratava de um grande deslocamento, que deixava para trás tudo que havia articulado até então, em termos de reflexão, sobre as conjunturas que me chamavam a atenção. No entanto, ao considerar o percurso deste trabalho em retrospectiva (passando pelos caminhos e encontros que auxiliaram na maturação deste processo), percebo que as situações e instâncias de mediação não deixaram de ser uma pretensão. E é sobre esse fenômeno – desde a arbitragem de futebol – que esta dissertação se debruça. Foco este que não deixa de ser sintomático de um período no qual cada vez mais estes espaços têm sido questionados em sua legitimidade de atuação. No caso da arbitragem de futebol em particular, desde a época em que o jogo foi inventado, seus agentes tiveram que lidar com estas suspeições de forma bastante peculiar – muitas vezes de forma jocosa, mas também agressiva. Assim, o objetivo deste trabalho é interpretar de que modo a arbitragem de futebol, entendida como mediação, é estabilizada na várzea. Isto é, como se forja o entendimento de que a sua presença, ainda que questionável, seja aceita como efetiva. Ou seja, nesta pesquisa busco pensar a arbitragem como uma atividade que tem condições de mediar os confrontos do futebol, considerando observação das ações que se passam dentro do campo de jogo (linha de atuação), a sua articulação na forma com a qual o esporte se configura enquanto um evento associativo e nas escolhas a quem cabe exercer esta atividade.

Para isso me ancoro no entendimento que segue a linha de pesquisa na qual estou inserido, que é a da Antropologia da Economia e da Política. É dentro do contexto que ela engendra que procuro apreender a atividade econômica, diminuindo a ênfase que recai sobre as pretensões universalistas de certas proposições e ampliando o destaque para as práticas e sentidos que as pessoas auferem no seu cotidiano ao produzirem, trocarem, distribuírem, consumirem, etc. Desta maneira, no que se diz respeito das práticas econômicas que circunscrevem o futebol de várzea em Poro Alegre, chamou a minha atenção, a partir do campo, a compreensão que se faz delas na sua espacialidade e itinerância. Ou seja, as ações de trocas empreendidas em seus fluxos. Pois, ao menos no que concernia a arbitragem, a cada rodada, uma equipe distinta era escalada para comparecer a determinada praça esportiva de modo que, a partir do desempenho exercido, os componentes da equipe se habilitavam ou não para

seguirem tendo oportunidades de trabalho nesta competição e, eventualmente, em outras organizadas por distintas entidades. Esse “acerto” para definir aqueles que continuavam e aqueles que não seguiam se dava, em princípio, a partir de premissas de formação de mercados (ÇALISKAN; CALLON, 2010) que balizavam a interlocução entre três agentes-chave: os próprios árbitros de futebol (considerando aqui as pessoas que apitam e bandeiram), as empresas de arbitragem (também conhecida como ligas de arbitragem) e as ligas de futebol existentes na cidade, a partir das ações desempenhadas pelos seus representantes.

Acerca do árbitro de futebol, é possível e também notório dizer que cabe a ele executar o serviço. Arbitrar jogos nos quais a necessidade por uma responsabilização autorizada sobre o evento se faz mais imperiosa, como é o caso de competições amadoras. É essa figura possuidora (não-exclusiva) do saber-fazer. Aquela que se capacita no conhecimento das regras do jogo por meio das entidades oficiais (federações estaduais) e/ou de classe (sindicato de árbitros). Quanto à participação dos árbitros nas ligas, ele pode ser diretamente contratado por um diretor de uma liga ou pelos clubes que vão disputar uma partida. Entretanto essa prática não é a mais comum, ainda que ocorra. O mais usual é que os árbitros encontrem jogos para trabalhar ao se engajarem em ligas de arbitragem, como são conhecidas as empresas que trabalham de forma mais direta com os responsáveis pelas ligas de futebol ou clubes (dirigentes, treinadores, auxiliares, etc).

No que tange às empresas de arbitragem, trata-se de pessoas jurídicas, cujo objetivo principal é intermediar a relação das ligas com os árbitros, cabendo a elas a alocação dos prestadores de serviço (os árbitros) nos dias de jogos. São estas empresas que — participam de concorrência via editais públicos, principalmente os promovidos por prefeituras. Esta descrição inicial pode soar um tanto quanto técnica, do ponto de vista das relações que se estabelecem. No cotidiano essas empresas são menos reconhecidas por seu nome fantasia/ razão social e mais relacionadas às ligas de árbitros de determinada pessoa. As pessoas responsáveis pela arbitragem que transitam por elas. Se eu possuísse uma empresa dessas por exemplo, é provável que as pessoas a chamassem de “liga de árbitros do João”, “João dos árbitros”, entre outras nesta mesma linha. Ou seja, a notoriedade se dá muito mais a partir da personalidade do que da institucionalização.

No tocante às ligas de futebol (ou só ligas), trata-se de associações entre clubes (amadores) por meio dos quais são dispostas as competições locais, em bairros ou microrregiões da cidade [se fosse possível indicar número delas...]. Acerca da organização e da relação entre as ligas que existiram/existem na cidade de Porto Alegre, Mauro Miskyw (2012) delineou um panorama abrangente do âmbito dos campeonatos de várzea em suas dinâmicas. Caracterizou em sua análise a existência de três grupos de ligas: a Liga Municipal, promovida pelo poder

público (prefeitura) e dois tipos de ligas privadas: as que denominou ligas exemplares, que ocorrem nos bairros mais centrais de Porto Alegre; e as ligas das vilas, que ocorrem em regiões mais periféricas. Ainda que eu só tenha atuado no campeonato municipal, ouvi dos árbitros nos dias de jogos sobre as incursões que eles faziam nas demais competições. Em certas ocasiões algumas pessoas comentaram comigo que após encerrado o jogo em que trabalhávamos, iriam para outros bairros, ou mesmo até outras cidades, apitarem ou bandeirarem outras partidas. São os jogadores e dirigentes das ligas que na minha opinião tem a maior capacidade de "queimar" um árbitro. Se o estilo de arbitragem adotado for considerado deletério ao jogo, ou se a impressão que algum árbitro/bandeira causar for de titubeação, haverá pressão por parte de pelo menos um dos times para que as pessoas que conduziram o jogo não voltem mais a trabalhar nas partidas de determinadas equipes ou até mesmo naquele campeonato. A pressão é realizada naquele que contratou a equipe de arbitragem.

A interação entre as partes mencionadas e a consequente avaliação propiciada por elas sobre o desempenho de árbitros de futebol vai ao encontro do que a socióloga Viviana Zelizer (2012) denominou como trabalho relacional, no qual em todas as relações engendradas pelas pessoas que adquirem um significado e uma diferenciação existe o registro de uma atividade econômica que lhe é correlata. Ou melhor dizendo, entendida como propícia àquela relação:

Em suma, em toda ação econômica, argumento, as pessoas se engajam no processo de diferenciar relações sociais significativas. Para cada categoria distinta de relações sociais, as pessoas estabelecem uma fronteira, marcam a fronteira por meio de nomes e práticas, estabelecem um conjunto de entendimentos distintos que operam dentro dessa fronteira, designam certos tipos de transações econômicas como apropriadas para a relação, barram outras transações como inadequadas e adotam certos meios de avaliação e facilitam as transações econômicas dentro da relação. Eu chamo esse processo de trabalho relacional. (ZELIZER,2012, p.146)

A autora costuma exemplificar esse argumento ao destacar a aproximação e a estabilidade entre aspectos que costumamos compreender como mutuamente excludentes. A saber, os mundos da intimidade/solidariedade e do interesse/dinheiro. Advoga que, ao contrário do que se supõe, estes mundos coexistem a partir da atribuição de significados específicos para um e outro aspecto. Ilustra, ao considerar a formação de casais, por exemplo, que é mais bem aceito que pessoas casadas possuam um conta conjunta no banco do que namorados em início de relacionamento. Ou seja, a cada tipo de relação, uma atividade econômica é entendida como propícia a conformá-la. Esse mesmo entendimento ao mesmo tempo pode apontar para as ameaças que a aproximação dos mundos hostis pode engendrar. Uma das maneiras a partir das quais a autora procurou superar a compreensão na qual se separam as relações entre intimidade

e interesse foi a partir do conceito de circuitos comerciais (2005). Zelizer enxerga neles uma estrutura capaz de fazer a ligação entre essas duas esferas.

Deixe-me propor uma terceira via alternativa: a análise de pontes. Podemos preencher a lacuna analítica entre intimidade e impessoalidade, reconhecendo a existência de laços diferenciados que atravessam determinados contextos sociais. Em todos os tipos de configurações, de predominantemente íntima a predominantemente impessoal, as pessoas diferenciam-se fortemente entre vários tipos de relações interpessoais, marcando com nomes, símbolos, práticas e meios de troca distintos. Os laços em si variam de íntimo a impessoal e de durável a fugaz. Mas quase todos os ambientes sociais contêm misturas de laços que diferem nesse aspecto. Os laços interpessoais geralmente conectam as pessoas dentro da configuração a diferentes matrizes de outras pessoas, dentro e fora da configuração. Tais laços diferenciados geralmente se ramificam no que Randall Collins (2000, 2004) chama de "circuitos Zelizer". Cada circuito social distinto incorpora diferentes entendimentos, práticas, informações, obrigações, direitos, símbolos e meios de trocas. Eu chamo esses circuitos de comércio em um antigo sentido da palavra, onde comércio significava conversação, intercâmbio, conexão e formação mútua. Eles variam das transações sociais mais íntimas às bastante impessoais. (ZELIZER, 2005, p.314-315)

Mesmo em sua configuração amadora, o futebol em dada medida reproduz essa aproximação e estabilidade demarcada entre os sentimentos de solidariedade e os interesses econômicos. A arbitragem de futebol de uma forma geral e em especial a que acompanhei a partir do Municipal de Várzea pode ser entendida enquanto um circuito, no qual, o exercício desta atividade, engendra as negociações constantes que acontecem dentro do contexto do futebol amador, seja dentro do campo de jogo, seja fora dele. Tais negociações redundam em aspectos nos quais a suspeita, o reconhecimento, a masculinidade, a técnica e a confiabilidade circunscrevem a itinerância ao longo dos jogos e se articulam enquanto instância mediação. Assim, é o circuito da arbitragem de futebol, a partir do Municipal de várzea que estipulo enquanto objeto desta pesquisa.

Para acompanhá-lo, no primeiro capítulo deste trabalho procuro apresentar algumas peculiaridades da organização do Municipal de Várzea, competição onde me inseri em trabalho de campo junto aos árbitros e que serve como ponto de partida para contextualizar a atividade. Relato também o meu encontro com Primo, bem como as minhas primeiras experiências participando da equipe de arbitragem, onde atuei como mesário da competição. O segundo capítulo se vale das impressões que tive a partir da minha estreia como mesário – principalmente de uma situação de alteração – para descrever um panorama onde especulo sobre como a arbitragem de futebol pôde se estabelecer em meio as discordâncias engendradas pelas disputas corporais do jogo e também em meio a um certo senso de desconfiança sobre os responsáveis pela arbitragem, que ratificam os lances a partir das regras do jogo. Busco para tal retomar como os árbitros vem sendo retratados no mundo das artes e também a partir de um

breve diálogo com a historiografia do futebol. É a partir do destaque dado para este espaço de atuação que a arbitragem vai se legitimar enquanto instância mediadora dos confrontos do jogo – papel exercido no Municipal a partir da contratação da prestação de serviço de arbitragem de futebol por parte da prefeitura. No terceiro capítulo, a busca por uma compreensão sobre o que pode ser entendido como uma boa atuação e as estratégias das quais os árbitros se valem para irem ao encontro deste padrão de desempenho, permanecendo atuantes no circuito, é o assunto que será tratado. A partir dos relatos compartilhados, categorias como “presença” e “postura” se evidenciam de modo a comporem a reflexão. A partir delas que teço considerações sobre como podem ser entendidas as performances dos árbitros em competições de várzea. No capítulo quatro me debruço mais sobre a técnica da arbitragem como modo de auferir fluência ao jogo. De que modo as regras podem ser implementadas, quais as consequências de certas tomadas de decisão e a aprendizagem desses meandros são assuntos que compõem a reflexão. Já no capítulo cinco, procuro especular sobre os limites do circuito ao incluir as discussões sobre relações raciais. De que forma certas concepções sobre a divisão do trabalho podem ou não favorecer a presença de árbitros negros em determinados espaços.

## **1 SOBRE A ARBITRAGEM NA VÁRZEA**

O futebol conhecido como amador ou de várzea diz respeito a uma das formas pelas quais o jogo em questão é praticado. Tratam-se de eventos organizados por entidades cuja abrangência raramente extrapola as fronteiras municipais: neles, as partidas são disputadas frequentemente nos finais de semana e fazem parte da rotina de muitas pessoas - no caso que acompanhei, em especial de homens. Os participantes, ao formarem e se engajarem em clubes, que representam suas comunidades ou empresas onde trabalham, geralmente ocupam os campos localizados em praças públicas ou privadas para competir uns com os outros em distintas categorias. Ao final de uma temporada, cujo tempo de duração é variável, um dos clubes em disputa consagra-se o campeão da competição. Ainda que o aspecto competitivo seja constituinte do evento, o principal nesses casos não é especificamente a vitória ou o título, mas a congregação entre as pessoas que aproveitam daquele momento para se divertirem, desfrutarem de uma atividade de lazer em meio as exigências de trabalho ou familiares que atuam no cotidiano. A pluralidade de formas em torno das quais um jogo de futebol é praticado tem sido um assunto de interesse de alguns pesquisadores (DAMO, 2019; STIGGER; GONZALEZ; SILVEIRA, 2007), tendo o futebol de várzea sido mapeado em diferentes regiões brasileiras (MARTINS, 2016; SPAGGIARI, 2015; MYSKIW, 2012; PIMENTA, 2009; CAMPOS, 2009) no intuito de dar conta da pluralidade desta prática.

Dentro deste contexto existe um grupo de pessoas que participa dessas competições com o foco prioritário na atividade que irão desempenhar, ou seja, no trabalho, e a sua consequente remuneração. Refiro-me aos árbitros de futebol e a especialidade que deles se espera: apitar, como se diz coloquialmente, uma partida de futebol. Neste capítulo, portanto, pretendo apresentar algumas características da organização do Municipal de Várzea de Porto Alegre, competição a partir da qual me inseri em trabalho de campo junto aos árbitros e serve como ponto de partida para contextualizar a atividade.

### **1.1 A arbitragem de várzea como a conheci**

Para algumas pessoas, a ideia de futebol de várzea pode estar atrelada a um modo de organização menos rígido do jogo (ou mais displicente), na comparação com aquilo que é visto e vivido no certame profissional, tanto em termos de disciplina, quanto de condições materiais (campo de jogo, vestiário, uniformes, bola etc). Ainda que diferenças de organização ocorram,

isso não significa que seja a bagunça total, como algumas vezes pejorativamente se supõe. A experiência da organização da Liga Municipal em Porto Alegre denota historicamente um esforço considerável por parte da prefeitura e clubes no que diz respeito ao reconhecimento e cumprimento das regras do torneio pelos jogadores, bem como zelo pelos lugares onde se jogam. Entre os anos 80 e 90 ocorreram movimentos de “mapeamento e alinhamento” das ligas de futebol independentes espalhadas pela cidade, para sua posterior regularização frente a prefeitura e, conseqüentemente à Liga Municipal (MISKYW, 2012). Assim, as ligas que eram disputadas de forma isolada passaram a indicar clubes para jogar o Municipal. Tal iniciativa se deu mediante trâmites que incidiam tanto para *fora* de campo (reconhecimento de clubes via estatutos, diretoria eleita, participação em congressos técnicos, etc), quanto para *dentro* (reconhecimento de um regulamento do torneio e dos jogos, assim como das punições disciplinares para aqueles que infringissem as regras).

Na seara de trabalhos realizados anteriormente sobre a Liga Municipal, Mauro Myskiw (2012) e Martins (2016) ressaltam que a inteligibilidade da competição, tanto da observação de suas controvérsias quanto em uma perspectiva de configuração histórica, passa pelo reconhecimento daquilo que denominaram como “lógicas” que se tensionam mutuamente, no que diz respeito à organização. Por um lado, há o esforço por fazer valer um ordenamento regulado das atividades esportivas. Ou seja, o respeito pelo regulamento geral da competição - as punições que devem ser cumpridas - especificamente e das regras do futebol no geral<sup>2</sup>. Tal respeito engendra, de uma certa forma, na civilidade das relações futebolísticas e quiçá da sociabilidade das comunidades entre si, bem como com a organização da competição, que no caso cabe ao poder público (prefeitura). Por outro lado, e concomitante a esses esforços calcados na letra da lei, há também uma rotina onde as interações tais quais elas acontecem no cotidiano entre as pessoas são respeitadas. Esse respeito pela rotina sugere uma ênfase maior nos acordos e na autonomia que as pessoas dispõem para celebrá-los. O que redundava em um “saber levar” (MYSKIW, 2012) dentro da várzea, a despeito da regra. Tais lógicas podem prevalecer umas sobre as outras e mudar ao longo do tempo e de acordo com o grupo de pessoas

---

<sup>2</sup> Ao longo do trabalho, escrevo sobre regras e regulamentos. A proximidade entre os termos sugere uma ambigüidade. No entanto, gostaria de justificar que, ao mencionar as regras, estou me referindo às regras escritas do jogo de futebol, tal qual aprovadas pelo IFAB e entidades afiliadas. Ao falar sobre regulamentos, estou me referindo ao regulamento geral do Campeonato Municipal. Ou seja, o estatuto que prescreve como a regra do jogo foi adaptada no torneio, entre outras instruções. O que não necessariamente representa uma coincidência de informações. Um exemplo dessa adaptação está no número de substituições aceitas. Enquanto nas regras há um número limitado de trocas permitidas, o regulamento do campeonato não determinou um número máximo de substituições.



que lidera a organização da competição, tanto em termos esportivos (liderança de ligas, gerência de futebol), quanto político (mudanças de gestão).

Dentro desta argumentação, a arbitragem de futebol também toma a sua parte. Se levarmos em destaque esta lógica do fazer reconhecer, caberia a ela ser responsável por fazer o futebol transcorrer de forma blindada ao que acontece fora dele. “Os campeonatos deveriam funcionar como um espaço em particular, distante das coisas que não eram ‘do futebol’, com destaque para a disciplina e autoridade do árbitro” (MYSKIW, 2012, p. 168). O desempenho do ofício, seria assim, uma espécie de circunscrição espacial. Ao menos se somaria a esse intuito junto com as próprias delimitações físicas existentes no futebol (na várzea as cercas ao redor dos campos cumprem bem esse papel). Caso se deposite o foco na perspectiva da lógica que apregoa o deixar levar, há de se considerar o próprio trânsito dos árbitros dentro das comunidades que disputam esses jogos, a percepção das pessoas do que (e como) pode ser tolerado dentro das interações futebolísticas. Sem com que a credibilidade da competição e a oficialidade do jogo, por assim dizer, sejam comprometidas.

Rebatendo essa discussão para uma apreciação mais antropológica, creio que seja possível dizer que a imbricação entre as lógicas comentadas lembre a análise proposta por Edmund Leach (1995) a respeito dos Sistemas Políticos da Alta Birmânia. Nesta obra clássica da disciplina, o antropólogo britânico procurou dar conta das mudanças sociais da comunidade *Kachin*, que se alternava entre uma ordem política mais hierarquizada e outra mais descentralizada. Entre estes extremos bem definidos, uma estrutura instável e dinâmica congrega pessoas que atuam em direção a cada um desses polos. Retomo aqui essa ideia pois acredito ser possível traçar uma comparação entre as diferentes lógicas do Municipal de Várzea e respectivas ordens políticas. A predileção por um viés ou outro dá conta do que se quer privilegiar dentro destes termos. Tendo em vista que o regulamento da competição hierarquiza condutas e modos de organização das equipes (e das comunidades) em detrimento à sociabilidade e a ênfase em respeitar uma dinâmica de interações mais coloquiais. A atividade comunitária foi por vezes acusada de desorganizar, “esculhambar” a organização do certame, de acordo com alguns agentes (MARTINS, 2016). Essa oscilação pendular parece permear a trajetória do campeonato até aqui. Nisso ressalta-se o quanto o próprio movimento, tanto no sentido do tempo, quanto no sentido das adequações a determinadas lógicas expressa os confrontos que fazem parte deste panorama e ao qual um árbitro precisa ter sensibilidade de interpretar para que a própria atuação seja profícua.

Parte do meu trabalho como mesário se baseava justamente por zelar para que alguns acordos congraçados fora adentrassem o campo de jogo observados. Ou seja, precisava me

certificar de que quem se apresentasse para jogar estivesse efetivamente inscrito em um clube, pois desta forma poderia registrar quando determinado atleta cometesse faltas, recebesse cartões, fizesse gols, fosse substituído, etc. Para isso, precisava observar as ações dos árbitros principal e assistentes. É neste sentido que afirmei anteriormente que fazia parte da equipe de arbitragem, pois de fato esse trabalho exige um pouco de sinergia entre aquele que executa os fatos a serem registrados e aquele que os registra. Muitas vezes houve ocasiões em que não consegui registrar certos fatos e que precisei consultar os árbitros para entender certa marcação. Por outras eles se dirigiam a mim para perguntar se havia anotado quem fora o jogador que havia feito tal ou qual ação no campo de jogo. Com a ratificação das informações, a súmula era assinada pela equipe de arbitragem e encaminhada para a prefeitura para que seus servidores pudessem preencher a tabela da competição e fazer a análise disciplinar dos fatos ocorridos em campo. Este trabalho de *dentro do campo* que foi me aproximando dos árbitros, já que compartilhávamos um pouco do cotidiano de trabalho ao longo dos jogos.

## 1.2 Conhecendo Primo

A respeito da inserção em campo por parte de antropólogos, Abu-Lughod (2016) defende que as possibilidades de trabalho são engendradas pela forma como somos identificados por nossos interlocutores. Se no caso dela, enquanto “filha e convidada”, os laços de parentesco tiveram preponderância nas negociações iniciais, da minha parte não posso negar que um vínculo familiar também teve o seu papel – apesar de que, na comparação com a autora, este aspecto tenha se dado de forma um pouco mais inusitada.

Em um determinado dia fui visitar minha mãe. Em meio a visita ela me comentou que, em um jogo de canastra na casa da irmã dela, encontrara um primo distante que lá esteve para jogar também. Disse que ele trabalhava “com essas coisas de arbitragem” e perguntou se isso não poderia ser interessante para o meu trabalho. Reagi afirmativamente, ainda que tivesse com dúvidas. Como eu não havia entendido o que ela quis dizer com “essas coisas” fui tentando adivinhar: “ele é juiz?”, “bandeirinha?”. Resposta negativa para ambas. “Aposentado?”. “Nem sei”, ela replicou. “Parece que ele tem uma empresa”. Continuei sem entender. “Empresa de juiz de futebol?”. Confesso que achei aquilo bem estranho. Ainda assim pedi para que ela ligasse para ele com o intuito de me apresentar e falar do meu trabalho. Ela telefonou, conversou brevemente com ele a meu respeito e passou o telefone para mim. Reforcei as apresentações e expliquei que estava fazendo um trabalho para a faculdade que tinha como objeto (na conversa

não usei esses termos) as experiências de trabalho de árbitros de futebol em Porto Alegre e perguntei se ele toparia se encontrar comigo para que eu pudesse explicar com mais detalhes a minha proposta. Naquela ocasião ele não estava em Porto Alegre, mas disse que em três dias estaria na cidade e que, se eu topasse, poderíamos nos encontrar naquela data. Concordei, guardei o contato dele para que mais perto do dia nós combinássemos um local para o encontro.

Nos encontramos na Lancheria do Parque<sup>3</sup> em uma manhã fria de segunda-feira de 2019. Enquanto tomávamos café (ele pediu café preto e eu, café com leite), ele me explicou que havia sido jogador de futebol profissional na juventude: havia feito carreira jogando mais pelos times do interior do Rio Grande do Sul. Quando se aposentou, este Primo<sup>4</sup> me disse que jogava as competições amadoras, pois os times costumavam pagar quantias interessantes para que profissionais aposentados atuassem. Uma dessas competições amadoras que disputava, na cidade de Feliz (região do Vale do Rio Caí) padecia da falta de árbitros, de acordo com ele. “Muitas vezes precisavam trazer árbitros de Montenegro, o que atrasava os jogos”, atestou. Justamente em um desses momentos de falta de árbitros, o Primo decidiu “assumir o apito”. Acabou gostando da atividade. Mais do que isso, passou a ser reconhecido como um árbitro respeitado e, assim, prosperou nas competições amadoras.

Foi esta notoriedade que o fez, já em Porto Alegre no início dos anos de 1980, conhecer um senhor que tinha uma “Liga de Árbitros” – empresa que escala uma equipe de arbitragem para atuar em competições. Nela aprendeu sobre escalonamento para jogos e conheceu os campeonatos amadores da capital gaúcha. Após um período trabalhando nesta instituição, decidiu fundar a sua própria empresa e desde então trabalha com isso. Após me explicar brevemente a sua trajetória e a relação com a arbitragem veio, entre um gole de café e outro, aquela pergunta que já esperava: “Em que posso te ajudar?”. Falei então sobre a minha trajetória. Que havia cursado Jornalismo na UFRGS e que, durante o período em que trabalhei com jornalismo, atuei majoritariamente na área esportiva. Expliquei que no momento estava fazendo mestrado em Antropologia Social e que durante este período formativo continuava com o interesse no esporte. Também falei sobre as minhas expectativas em compreender o trabalho da arbitragem e que, uma das principais tarefas que eu propunha, era desenvolver um panorama acerca do mercado de trabalho que envolve essa atividade, pois estava informado pelos estudos antropológicos em economia para realizar esta empreitada. Mencionei inclusive que era

---

<sup>3</sup> Tradicional espaço de Porto Alegre, no qual são servidas refeições rápidas da manhã à noite. Fica próximo à Redenção, grande parque público da cidade. Pela facilidade de acesso, serve como ponto de encontro dos mais variados fins.

<sup>4</sup> Assim como o nome Primo, os outros deste trabalho serão nomes fictícios.

importante, em face da disciplina a qual me engajo, ter algum tipo de oportunidade de convívio com árbitros. Por último falei do período que tinha para fazê-lo e perguntei se ele topava me auxiliar em alguma dessas demandas. Ele me ouviu atentamente e depois de anotar algumas coisas na agenda me respondeu: "Acho que é teu dia de sorte. Ganhei há pouco a licitação para apitar o torneio da prefeitura de Porto Alegre. Se tu te interessar, eu posso te colocar para trabalhar de mesário nos jogos. Assim tu vai conhecendo os árbitros e fazendo tua pesquisa". Eu aceitei a proposta, pois sabia que dali para frente o trabalho engrenaria.

O que eu não sabia, ou melhor, não previa, era o tipo de identidade que se atrelaria a mim por parte de quem eu conheceria por meio desse trabalho. Assumindo em paráfrase os termos de Abu-Lughod (2016), passei a ser “parente e convidado” (e “empregado”) e, como a própria antropóloga atesta, em certos momentos isso é embaraçoso, pois me fez questionar a minha própria competência enquanto pesquisador, por correr o risco dos outros só enxergarem a partir dessas lentes. Para os servidores da prefeitura eu fui de início “o estagiário da UFRGS”. Para os primeiros árbitros com quem trabalhei, “o menino do Primo”. Apesar dos pesares, não estava em condições de reclamar. Aprendi, talvez ingenuamente, que inserções em campo se davam à maneira de Clifford Geertz (1989) – mas a única coisa que consegui fazer de parecido com ele, ao tê-lo como referência de trabalho, foi ser ignorado ao estilo balinês. Assim, a ligação familiar, ainda que distante e recentemente descoberta, me colocou em um lugar que queria acessar. Ao mesmo tempo em que isso precisa ser assumido, é imperioso dizer que o que me balizou nos meus primeiros passos da Liga Municipal para além dos meus objetivos de pesquisa foi tentar diminuir em importância os traços dessa ligação. E que essa é uma espécie de condição de possibilidade.

### **1.3 Rodada Inaugural**

Minha primeira atuação como mesário aconteceu em um jogo disputado no dia 17 de agosto de 2019. Dias antes, após sair da “gerência de futebol”<sup>5</sup>, onde me foram repassadas as atribuições que deveria desenvolver no torneio, Primo (o vencedor da concorrência e responsável pela arbitragem) havia me ligado para avisar que no dia em questão haveria uma pequena cerimônia de abertura da 27ª edição do Campeonato Municipal de Várzea de Porto Alegre e que seria desejável contar com a minha presença. Até porque após a solenidade seria

---

<sup>5</sup> departamento da prefeitura responsável pela organização das competições de futebol

dado o pontapé inicial com um jogo – desta forma eu poderia já a aprender na prática as minhas funções, contando com a presença dele para me orientar. Combinado o dia e o horário, foi só uma questão de tempo e estudo dos documentos à minha disposição - regulamento da competição e instrução aos mesários - para que o dia do jogo chegasse.

Desta forma, com muita expectativa, cheguei no dia combinado ao campo de futebol localizado no Parque Marinha do Brasil, na região central da capital gaúcha, bem próximo a um shopping. Por uma questão de prudência e de ansiedade compareci ao local uns 30 minutos mais cedo do que havia combinado. Talvez por isso, a impressão que me acometera logo da minha chegada é o de que não havia sinal algum de que se jogaria futebol por lá. A movimentação era a típica de um fim de semana nos parques da cidade; com pessoas passeando, curtindo o ar livre e principalmente o sol, que estava bem forte para meados de agosto. Durante meu momento de espera não pude deixar de recordar da única oportunidade em que havia jogado naquele campo, ainda nos tempos de colégio, no início dos anos 2000. A diferença entre as minhas lembranças e a realidade que encarava era gritante. Afora as dimensões do campo – tanto no passado distante quanto naquela ocasião me pareceram grandes – o resto era diferente. O que na minha recordação era o legítimo “areião”<sup>6</sup>, deu lugar a um campo todo gramado. As marcações com cal pareciam bem proeminentes e o alambrado que isola(va) campo de jogo mudou de cor e material. A pista atlética que ficava ao redor do campo reside apenas como vestígios. A grama aparenta há muito a cobrir. As traves estavam sem rede e os refletores - que não existiam na minha recordação - pareciam suportes para ninhos de pássaros.

Pude me dedicar pausadamente às comparações temporais, pois na medida em que se aproximava o horário combinado para que eu estivesse em campo e me apresentasse, por assim dizer, nada parecia se movimentar. As pessoas que se aproximavam do campo, o faziam de passagem ou para comer um lanche no trailer localizado próximo a um estacionamento que se situa ali por perto. Na medida em que o horário avançava fui ficando ansioso e me perguntando se não deveria ligar para o Primo. “Será que houve um cancelamento?” Ou “será que mudaram o local?” eram perguntas recorrentes naquele momento. Em meio a esse quase devaneio é que pude vislumbrar muito vagarosamente um senhor de idade bem avançada sair do prédio onde se situam os banheiros do Parque. O senhor de pele bem escura e cabelos e barbas brancas por fazer vestia um uniforme que lembrava uma farda militar, da cor azul-marinho. Junto ao cinto estava um cassetete. Ele carregava um carrinho, esses de supermercado, no qual pude avistar redes, ferros e umas bandeiras de escanteio. Fiquei observando a movimentação desse senhor.

---

<sup>6</sup> Areião era uma forma coloquial designada por jogadores na época em que eu praticava o jogo para se referir à eventual falta de gramado em alguns campos de futebol. As marcações do campo eram feitas em terra batida.

Ele havia aberto a grade que separa o campo do parque e com muita serenidade adentrara ao campo de jogo, onde começava a instalar as redes nas balizas. “Se alguém poderia me falar algo sobre o jogo seria ele”, pensei. No entanto, ainda que tivesse feito menção em ir a sua direção meus planos foram modificados. Justamente quando me deslocava para ir ao encontro do senhor que instalava os equipamentos do campo de futebol, avistei um homem de estatura média que usava tênis preto, calça de sarja escura e uma camisa polo azul-claro. Usava o cabelo curto com gel para deixar o penteado espetado e portava uma bolsa de materiais esportivos. Alguma coisa em sua expressão me fez acreditar que ele pudesse ser da equipe de arbitragem e por esse motivo, mudei meus planos para interpelá-lo:

JOÃO M: Boa tarde! Por acaso o amigo vai apitar o municipal logo mais?

RÊNIO: Opa! Vou bandeirar. Você é da equipe?

JOÃO M: Vou trabalhar de mesário na competição. Me chamo João.

RENIO: Tudo Bem João. Sou o Rênio.

[nos cumprimentamos]

RENIO: Não viu se o Primo já tá por aí?

JOAO M: Ah, acho que não. Tô aqui há uns 40 minutos e não vi sinal de jogo. Tava indo perguntar *praquele* senhor se ia ter.

RENIO: Ah, sim. Vamos lá. De repente está com ele a chave do vestiário para se fardar.

Fomos conversar com o senhor que àquela altura estava agachado martelando pequenas barras de ferro atrás das goleiras para melhor fixar as redes. Rênio perguntou sobre a chave do vestiário e o ajudou com as últimas marteladas. Já eu perguntei se ele sabia a que horas aconteceria o jogo que estava previsto para aquela tarde. O senhor, sem repercutir muito os nossos questionamentos, entregou uma chave para Rênio enquanto reclamava de dor nos joelhos. Sem sabermos direito como agir, apenas agradecemos e nos propusemos a instalar as bandeiras de escanteio nos cantos do campo. “Assim já dá para fazer um reconhecimento”, argumentou Rênio. Tomamos, então, rumo ao nosso afazer. Na medida que caminhávamos pelo campo pudemos conversar um pouco mais.

JOÃO M: Faz tempo que tu apita na várzea?

RENIO: Na verdade faz um tempinho. Ano passado terminei o curso da federação [Federação Gaúcha de Futebol] e esse ano tenho trabalhado tanto nos jogos federados quanto na várzea. Aqui é bom pra pegar rodagem, até porque quem apita na várzea depois tira de letra o federado.

JOÃO M: Por quê?

RENIO: Ah, lá é bem mais tranquilo na condição de segurança. Tu pode fazer a tua. Aplicar a regra e deu. Qualquer coisa tem policiamento. Não que precise, pois até aqui eu tenho bandeirado em jogo de categoria de base e se um jogador fizer qualquer coisa contra arbitragem, põe a carreira a perder. Aqui tu nunca sabe como que pode acabar o jogo. E em caso de irem pra cima de ti, tu ta sozinho. Por isso que a experiência, a rodagem da várzea é importante. Sabendo controlar aqui tira de letra lá. E tu? Já apita? Ta a fim de apitar?

JOAO M: Na verdade eu estou fazendo uma pesquisa. Aliás, gostaria de fazer uma pesquisa sobre o trabalho dos árbitros de futebol. E surgiu essa oportunidade de ser mesário aqui do Municipal a partir do Primo. Pra conhecer árbitros e descrever essa experiência dos jogos, carreira, pressão...

RENIO: Bah, que legal! Arbitragem tem muita coisa para falar. Realmente tem muita pressão. Mas é bacana. Tu é da Educação Física?

JOAO M: Não...

RENIO: Psicologia?

JOÃO M: Não. Sou da Antropologia.

RENIO: Antropologia?

JOÃO M: Isso. É das Ciências Sociais. Na Antropologia a gente estuda os hábitos...os costumes de determinados grupos.

RENIO: Ah, mas é parecido com Psicologia então?

JOÃO M: Um pouco. Na Psicologia o foco maior é o indivíduo, a subjetividade. Na Antropologia o foco ta mais no grupo. Por exemplo, no Rio Grande do Sul se tem o costume de tomar chimarrão. É um hábito daqui, mas que nem todas as pessoas têm. Faz parte de como os gaúchos se reconhecem como fazendo parte de um grupo.

RENIO: Acho que entendi...é uma abordagem interessante. Eu pensei antes na Psicologia porque tem trabalhos na psicologia do esporte que exploram muito essa questão da pressão do árbitro. De tomar decisões rápidas e não poder errar. A gente tem que se preparar pra isso.

JOÃO M: Nesse aspecto imagino que a Psicologia ajude muito mesmo.

RENIO: Sim! Porque pra ser bom, não é só saber aplicar as regras.

JOÃO M: E o que pra ti é importante para ser um bom árbitro?

RENIO: Cara, a gente é muito xingado. Independentemente do que marque ou não. Então é importante a gente saber não se importar. Esses tempos mesmo eu fui bandeirar um jogo em Osório<sup>7</sup>. Uma final. O jogo tava pegadinho e tinha torcida, tinha banda. Ali pelo início do segundo tempo eu marquei um impedimento pro time da casa. Aí eu percebi que a batucada da banda até parou por um tempo e quando voltaram começaram a cantar uma música de que o bandeirinha era corno e que enquanto eu tava ali a torcida tava com a minha mulher. Sei que pode parecer besteira, mas como é que eu não vou sentir? A música era pra mim. Eu sou pai de

<sup>7</sup> Cidade localizada no litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul. Ela está situada a cerca de 100 Km de Porto Alegre.

família. Podia a minha mulher tá ali!?[me encarou com uma expressão bem consternada]

RENIO: É por isso que eu digo, as vezes a gente se importa, mas tem que saber não se importar. Esse equilíbrio é primordial.

Diante da explanação de Rênio, só pude acenar com a cabeça em concordância. Não soube elaborar uma boa repercussão para o que ele havia me compartilhado. De fato, transcender às hostilidades deve pressupor um esforço maior do que a simples menção de ignorar que passa pela nossa cabeça quando nos incomodamos com algo. Mas não pude avançar muito nessa reflexão naquele momento, pois ao longe ouvia uma voz de fora do campo chamando por nós. Era a de Diego, servidor da prefeitura, que havia chegado ao campo. Desta forma fomos ao seu encontro para obtermos mais informações acerca de como se daria a “rodada inicial”. À medida que nos aproximávamos do lado do campo próximo ao ponto em que antes me encontrava quando de minha chegada - lado de fora da cerca próximo ao trailer de lanches - pude vislumbrar uma rodinha de pessoas conversando com animação. Alguns com chuteiras nas mãos, outros com mochilas nas costas. Todos ainda em trajes de passeio. Eram os jogadores. Não pude ficar observando muito a conversa, pois logo Diego se aproximou, nos cumprimentou e ele me perguntou se eu não estava com a pasta do jogo. Disse a ele que não estava com pasta alguma e ele então me perguntou sobre o Primo. Respondi que não sabia do seu paradeiro. A seguir ele comentou que os secretários não teriam como vir naquela tarde e por esse motivo o jogo não tardaria a começar tendo em vista que não haveria solenidade de abertura da competição.

Em meio às rodinhas de jogadores, Rênio avistou um pouco mais adiante duas pessoas conversando. "São os outros árbitros. A equipe está completa", disse. Pediu licença a Diego e avisou que iria ao encontro deles, já que estava com a chave do vestiário da arbitragem. No caminho perguntei se ele sabia de qual pasta do jogo se tratava. Ele então me falou que o Primo tem o costume de mandar para a equipe de arbitragem uma pasta com a súmula do jogo, regulamento da competição, lista de suspensões, etc – a súmula é uma espécie de ata na qual os eventos transcorridos em uma partida devem ser registrados, naquele caso, pelo mesário. Resultado do jogo, quem marcou gols, quem levou cartão, expulsões e outros eventos devem ser descritos para posterior apreciação daqueles que organizam a competição - tabela de pontos, lista de artilheiros, jogadores suspensos, entre outros.

Nas competições de futebol profissionais esse trabalho cabe às federações de futebol (estaduais, nacionais, internacionais). No caso do Municipal de Várzea, por se tratar de um



torneio amador, cabe à gerência de futebol - vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte - da prefeitura essa articulação. De todo modo, até aquele momento, não sabia onde estava a tal pasta. Mas não tive muito mais tempo de me preocupar com a falta que ela fazia. Pois, fui apresentado ao Berílio e ao Zircônio. O primeiro tinha uma estatura média - cerca de 1,70 - aparentava seus 35, 40 anos. Vestia um sapatênis, bermuda jeans e camiseta preta. Usava o cabelo no mesmo estilo do de Rênio – a base com um corte baixo e a parte de cima mais alta, espetada com um gel. Carregava consigo uma bolsa de material esportivo em lona, aquelas cuja alça se costuma usar na transversal. Já o segundo era o mais alto do trio e o que aparentava ser mais velho. Vestia uma camisa polo vermelha e calça jeans. Em sua cabeça não ornava um penteado específico, apenas os cabelos brancos um pouco desgrenhados. “Tu que é o menino do Primo?”, perguntou Berílio. “Sou eu que vou trabalhar de mesário”, respondi já com um pé atrás com a pergunta. “Ah, muito prazer”, me retrucou rindo. Logo Rênio interferiu: “Pessoal vamos pro vestiário nos fardar que daqui a pouco tem jogo”.

O vestiário da arbitragem ficava a alguns passos de onde nos encontrávamos, ao lado de onde se situam os banheiros públicos mais perto do campo e entre os vestiários das equipes. É um estabelecimento pequeno, cujo reboco demonstra alguns sinais de desgaste em suas paredes interiores e com alguns azulejos na parede e no chão, nas áreas de banho. De equipamentos, além de dois chuveiros e uma privada em um ambiente separado por uma pequena parede de tijolos, há um banco de madeira. Ao adentrarmos, se encontrava por lá o senhor que vi mais cedo montando as redes. Estava sentado no banco ao lado do carrinho que havia usado para transportar as redes, próximo a uma mesa e cadeira de plástico, essas comuns em bares. Os dois outros árbitros o cumprimentaram com descontração e contaram algumas piadas com ele enquanto começavam a se trocar. Foi assim que eu descobri que ele era chamado de Vovô. Como a princípio eu não precisaria mudar de roupa, achei melhor puxar uma conversa para justificar um pouco minha presença e tentar me enturmar. Decidi falar sobre os objetivos da minha pesquisa, que explanei brevemente.

ZIRCÔNIO: Então a gente vai sair no jornal?

JOÃO M: Não. Não é uma reportagem. Vou escrever sobre a experiência da arbitragem, mas para um trabalho da Faculdade. Quis avisar antes para caso vocês tenham alguma objeção em participar, me avisarem.

BERÍLIO: Dá algum dinheiro isso aí que tu faz?

JOÃO M: Não muito.

BERÍLIO: Ih, então nem pra te cobrar uma grana vai servir [risos]

JOÃO M: Pois é...

BERÍLIO: Tá e tu não pilha ser árbitro?

JOÃO M: Olha... Antes eu até tinha considerado em fazer esse trabalho no curso da Federação. Só que não deu.

BERÍLIO: Não, mas pra várzea nem precisa ser federado. Vai aos poucos. Agora tu faz umas mesas. Depois tu pede pro Primo pra fazer umas bandeiras. Tu conhece a regra do impedimento?

JOÃO M: Sim.

RENIO: Ah, se tu conhece, então te joga. Nessa competição agora é tri boa pra começar já que é de *master*. Eles não correm muito, dá pra avaliar com calma os lances. Aí quando tu vê tu está no apito e aprende a ser árbitro.

JOAO M: Vou manter essa ideia na cabeça. Mas primeiro prefiro observar como vocês fazem. Mas olha só, outra coisa que eu queria saber era sobre a pasta do jogo.

O Primo falou algo a respeito pra vocês.

ZIRCÔNIO: Pra mim nada... Tu sabe de algo, Berílio?

BERÍLIO: Não, eu não sei.

JOÃO M: Bom, então vou perguntar pro Diego.

Saí do vestiário para procurar o Diego. No entanto, antes de encontrá-lo fui interpelado pelo Primo. Nos cumprimentamos e ele me perguntou sobre os árbitros. Disse que eles estavam no vestiário se trocando, que havia saído de lá. Ele assentiu em concordância e disse que era bom eu me apressar que logo o jogo começaria e eu tinha que homologar os jogadores que iam a campo. Perguntou se eu já tinha levado a mesa pro campo. Respondi que não, que não sabia do que se tratava. Ele então exasperado me apressou, afirmando que eu tinha que fazer isso logo, pois estávamos atrasados. Perguntei a ele onde estava essa mesa. Ele disse que não sabia, que quem cuidava dela era o Vovô. Foi então que voltei ao vestiário para perguntar para o Vovô sobre a tal mesa. Ele me respondeu que se tratava então daquela que estava próxima a ele. Sem mais delongas a peguei e fui carregando rumo ao gramado. Ao atravessar o campo de jogo, avistei que entre os bancos de reserva das equipes, havia um “terceiro posto”, menor que os outros dois. Presumi que lá era o local do mesário. Fui colocando a mesa e a cadeira de plástico que levava por ali. Alguns jogadores já se encontravam batendo bola por perto. Um que outro se aproximou, perguntando se já podia assinar a súmula. Foi aí que eu me lembrei novamente da pasta. Sem responder aos jogadores, corri para perguntar para o Primo qual havia sido o paradeiro desse objeto. Na corrida cruzei com o trio de arbitragem adentrando o campo de jogo. Quando cheguei ao encontro do Primo e o indaguei a respeito da pasta ele me retrucou em um tom surpresa: “A pasta eu mandei o Berílio te entregar. Ele ainda não fez isso?” Nova corrida

de volta para o campo, dessa vez em direção a Berílio. Ele me aguardava com uma expressão irônica, já antevendo o porquê de eu o procurar: “O mesário é quem primeiro tem que saber da pasta”, me alertou enquanto a tirava de sua bolsa e a entregava para mim. Como não quis prolongar muito o momento pregação de peça, apenas agradei e rumei para a mesa para inscrever os jogadores.

Alguns atletas da competição já formavam filas ao redor da mesa, o que denotava um senso de urgência maior. A medida em que fui me posicionando, Diego chegou ao local e foi me explicando como proceder para preencher a súmula. Enfrentaram-se na ocasião as equipes do Paulo Berg (de um bairro localizado na zona leste da cidade, denominado Partenon) e do Trevo (antiga empresa de ônibus). A minha atuação para inscrição dos jogadores se resumia ao mantra “Identidade, averiguação, cara-crachá, assinatura”. Ou seja, eu recolhia o documento de identidade do jogador, averiguava se o documento era original e se o seu nome estava inscrito na ficha da competição preenchida pelos clubes, conferia se a fisionomia da foto era parecida com a do sujeito na minha frente e pedia para que a pessoa assinasse a súmula. Também observava que estivesse na idade correta para a categoria do torneio. Para isso fora requisitado que eu solicitasse um documento de identidade original do atleta - podia ser carteira de motorista, RG, carteira de trabalho, entre outros - para que eu confirmasse com as informações de uma lista de inscritos que me eram fornecidas previamente. Assim que eu comprovasse que aquela pessoa que estava à minha frente estivesse efetivamente inscrita na competição, eu preenchia o nome na súmula e pedia para que ela assinasse ao lado e informasse o número da camiseta com que jogaria.

Em princípio, nada mal. Tudo bem burocrático, automático. Mas, conforme fui transcrevendo os nomes, entre um jogador e outro, fui percebendo comentários deles, principalmente com relação a minha letra. Coisas como: "Nossa! Que letra bonitinha", "letra de menina" ou "Ô mesa, vou te convidar para escrever os convites de casamento da minha filha", foram frases que ouvi de forma recorrente. Considerei aquilo um tanto quanto inusitado, não tanto pela comparação que eles faziam da letra deles com a minha, mas por perceber ali uma tentativa de intimidação. Mas por que intimidar a mim? “Eu não tenho nenhuma ingerência sobre o jogo jogado”, pensei. E foi então e aos poucos que eu fui descobrindo, que mesmo fora de campo, a forma como eu era visto por aquelas pessoas era como parte da arbitragem. E nesse sentido, para os jogadores, o jogo começa antes mesmo do apito inicial.

Após alguns minutos de inscrição, as equipes estavam aptas para iniciar a disputa. E assim o jogo foi iniciado. Do ponto de vista do que compreendia na ocasião sobre a atuação da arbitragem, o primeiro tempo transcorreu sem sobressaltos. Inclusive, perto dos minutos finais,

Primo foi até a mesa e pudemos ficar conversando sobre de que forma se analisa arbitragem. Enquanto víamos o jogo, explanou que, na opinião dele, um árbitro para ser bom tem que ser firme. Não titubear na marcação e, na medida que venham as reclamações, deve demonstrar firmeza na tomada de posição. Primo afirmou, inclusive, que na várzea o juiz não podia ser muito bom com os jogadores e nem era necessário ser muito técnico. Que tinha hora para ser. Dentro desses preceitos perguntei sobre o que ele gostava na forma como Berílio conduzia o jogo. Ele respondeu que Berílio era um cara que não dava espaço (ele utilizou a palavra *trela*) para reclamação: ainda que tentassem reclamar com ele, ele não deixava, ou não ficava no lugar para ouvir. De fato, pude perceber que a movimentação dele em momentos em que os jogadores faziam menção a pedir falta ou reclamar de algo era de sempre se afastar do jogador e “chamar” o jogo. Ou seja, utilizar-se de gestos, expressões ou frases curtas para incentivar o prosseguimento da partida. “Vai jogar bola!”, era uma frase que repetia muito, antes mesmo de um jogador o interpelar.

Ali pelo final do primeiro tempo, Primo me avisou que precisaria ir embora para averiguar um jogo em outro campo, mas que antes precisava me repassar informações acerca de como proceder o pagamento da equipe de arbitragem. Foi assim que me explicou que uma das incumbências dos mesários na Liga Municipal era a de fazer o pagamento da equipe de arbitragem. Por partida, um árbitro principal recebe 110 reais, os árbitros auxiliares, 55 reais e o mesário, 40 reais<sup>8</sup>. Enfatizou que os pagamentos só deveriam ser efetuados após as partidas. Naquele dia haveria um jogo por rodada, mas que nas ocasiões em que fossem disputados dois jogos, os valores modificavam (dobravam) no caso de a mesma pessoa fazer os dois jogos. Após a explicação, ele retirou da carteira 260 reais e me entregou para que eu guardasse. Justamente neste momento, um jogador da equipe do Trevo me viu recebendo a quantia de Primo e saiu correndo em minha direção. De forma acintosa, ele bateu na mesa e me interpelou: “Eu sabia que tu tava de *cambalacho*! Escreveu o jogador deles de forma irregular e recebeu pra isso. Confessa! Diz que tu é sem-vergonha? Diz que tu é sem-vergonha?” Como eu não tinha percebido que ele havia me visto recebendo o dinheiro, considerei que a reclamação podia ter se dado por algum erro de preenchimento de súmula meu. Por esse motivo tentei contemporizar:

---

<sup>8</sup> O dinheiro que recebi pelas partidas em que atuei foi utilizado em parte para subsidiar os meus deslocamentos pela cidade e também com a hidratação pessoal (água e suco) ou da equipe de arbitragem ao longo dos jogos. De forma complementar, usei a parte que retive fora dos jogos para compra de livros e outros materiais que pudessem colaborar com a pesquisa. Cabe mencionar que aceitar o pagamento foi uma condição imposta por Primo para que eu compusesse a equipe de arbitragem.

JOÃO M: Calma, senhor. Se houve algum equívoco vamos averiguar.  
 PRIMO: Que é isso, rapaz! Isso é jeito de se dirigir ao mesário do jogo?  
 JOGADOR: O mesário é um baita pau no cu. É sem-vergonha! sem-vergonha!  
 DIEGO: O que tá acontecendo aqui?  
 JOGADOR: Esse cara aí ó, inscreveu jogador irregular e ainda *recebeu bola* pra isso.  
 PRIMO: Da onde irregular, rapaz. Se tem irregularidade protesta na prefeitura e não faz escândalo. Sem-vergonha é tu que faz escândalo.  
 DIEGO: Primo, peraí, vamos averiguar. Qual foi o jogador que foi inscrito irregular?  
 JOGADOR: O 17! O 17 vocês vão ver vai tá na última posição da súmula. É nele o rolo. 17 do Paulo Berg.  
 DIEGO: Ok, João, por favor, nos mostra a súmula.

Nisso jogadores e diretores dos dois times estavam ao redor da mesa querendo saber, entender ou só mesmo complicar a situação. Diego então chamou os dois diretores para averiguarem a súmula acompanhado dele. Ao abrir na parte da lista com nomes e números dos atletas, o jogador 17 da equipe do Paulo Berg estava no meio da lista de sua equipe e não no fim, como havia acusado o jogador do Trevo.

PRIMO: E agora, meu? Vai pedir desculpas pro cara? Ele fez o trabalho dele todo certo e tu ficou aí metendo bolo.  
 JOGADOR: Que mané desculpas! Ele é um baita pau no cu, isso sim. É sem-vergonha que eu sei, sem-vergonha!

Enquanto o jogador da Trevo rumava para campo de jogo bradando contra mim, Primo me puxou para um canto e falou que eu não devia deixar de forma alguma que alguém me xingasse sem retrucar. Que eu deveria me impor, do contrário ia ser difícil o trabalho para mim. Confesso que, ainda que tenha tentado me concentrar em analisar a atuação da arbitragem no segundo tempo, havia ficado muito abalado com o que acontecera no intervalo. O espírito do juiz-ladrão que paira sobre os campos de futebol recaía sobre mim como para-raios, atraindo a fúria do jogador do Trevo. Não havia sido xingado e cobrado daquela forma e ainda que meu agressor não tivesse razão foi como se isso não tivesse importado no fim das contas. Administrar internamente a raiva alheia que depositam sobre ti, mesmo que esta não tenha razão de ser, não é algo automático. Não pensei que fosse vivenciar tão rápido algo que Césio havia me falado horas antes.

Em meio a esses devaneios o jogo acabou. E foi enquanto eu ajeitava as minhas coisas que vi um jogador de verde correndo em minha direção. Era ele. O zagueiro da equipe do Trevo, que antes havia me triturado de acusações no intervalo. Respirei fundo. Desta vez estava imbuído a me defender e o que quer que ele me xingasse, prometi a mim mesmo, teria volta. Nem que isso nos levasse a uma escalada de hostilidades. Aos poucos o trote dele foi se arrefecendo, ele se postando de frente para mim. Já sem correr ele estendeu o braço pegou em minha mão e disse: “Ô padrinho, me desculpa aí por antes. Mas tu sabe como é o jogo e como a gente fica no campo né? Isso faz parte.”

Toda a minha preparação beligerante caiu por terra. O cara conseguiu me desconcertar duas vezes em 45 minutos. De todo modo aceitei o pedido de desculpas. Disse para ele não fazer mais aquilo de acusar as pessoas sem provas. Ele então me falou que ao me ver recebendo o dinheiro achou que era algum suborno, ou algo do tipo e não que se tratava do pagamento dos árbitros. Nos demos as mãos mais uma vez e cada um seguiu para o seu destino.

#### **1.4 Controvérsias da arbitragem**

Se houve algo que o transcorrer da minha estreia como mesário pode informar foi que a experiência da arbitragem pode se apresentar de maneira bastante visceral. Mesmo atuando em uma função que por vezes é considerada como “de bastidor” (pois não entra no campo e não toma decisões), tive que lidar com acusações ríspidas, que colocaram a minha índole sob suspeição. O que não chegou a surpreender ninguém naquele contexto. Do contrário: o maior motivo de alarmismo por parte de Primo, por exemplo, foi eu não ter respondido à altura, foi eu ter tentado temporizar. De toda aquela situação, esse aspecto foi o que me instigou. Não pude deixar de me perguntar sobre os motivos que fazem com que a comunicação com os árbitros escale de forma tão facilitada para a hostilidade. Por que é tão fácil interpretar a ação dessas figuras do jogo de modo a considerá-las desonestas? Ao que me parece, a arbitragem tem como companheira íntima a imagem da controvérsia.

Como já estudado, no futebol, a noção de pertencimento (DAMO, 1998) atua de maneira muito evidenciada, mesmo em competições amadoras. Para a arbitragem, esse registro acaba se tornando capcioso, já que cabe a um árbitro de futebol atuar sem expressar favorecimentos para além do que a regra do jogo apregoa. Entretanto, a pessoa com tal incumbência é uma figura isolada em meio a tantas outras que vivem o próprio pertencimento

de forma passional. Assim, não é incomum que se procure desvelar algum viés da arbitragem no futebol. As cores clubísticas de um árbitro podem ser motivo de questionamentos, jocosidades ou indignação (principalmente quando os clubes especulados estão em ação). O tensionamento maior, no entanto, me parece recair sobre o interesse financeiro dos árbitros: é a máxima do juiz ladrão, daquele que pode ser comprado e levado a auxiliar apenas um lado da disputa. Ao longo da minha convivência com árbitros não ouvi por parte deles nenhuma história de suborno. Pelo contrário: para aqueles que perguntei, me responderam que consideravam isso um folclore, algo do passado. No máximo, uma “gracinha” que algum jogador fala para tentar desestabilizar. Algo que nunca haviam visto ou “só na várzea da várzea”, como me dissera certa vez um colega. A impressão que tive é que, à medida que uma conversa sobre o assunto se estendia, ia ao encontro da conclusão daquele antigo ditado sobre a existência de bruxas (que não se acredita, mas existem). De todo o modo, eles parecem entender que o que alimenta essa impressão é o fato de que, ao menos na várzea, ainda que existam atletas que atuem por dinheiro<sup>9</sup>, sejam os árbitros os únicos que recebem para estar em campo, sem defender ninguém. E apenas para isso. Tal fato, insisto, pode suscitar uma sensação de estranhamento para quem participa das competições “no amor”, a ponto de que, nas vezes em que algum jogador ou torcedor viu a mim ou a outro mesário com o pagamento dos árbitros – ou só de entender que se está a tratar de uma operação financeira em algum momento – fez menções e apelos nos colocando sob descrédito, vide o cenário descrito anteriormente.

Um fator que talvez possa justificar a atualização das hostilizações é que esses pagamentos podem ter várias formas de celebração: o acerto direto entre um organizador da competição e um árbitro designado para apitar um jogo específico ou um conjunto de jogos; o pagamento por parte dos times diretamente ao árbitro da partida; ou então, a atuação de um mediador junto aos organizadores ou times, cabendo a esta pessoa, em função de um pagamento, designar árbitros. Essas formas dão margem em maior ou menor medida para tentativas de condicionamento e talvez por isso esse momento esteja atravessado por uma certa discricção quando se dá - procura-se não fazer o pagamento na frente de jogadores e torcedores. Da minha parte, atuei e presenciei negócios apenas na última conformação. E me pareceu que por parte dos donos das ligas ela é considerada profícua, pois os desonera de uma suspeita prévia - ainda mais quando eles são presidentes de clubes - de negociar pessoalmente com algum árbitro. Do ponto de vista dos árbitros também é produtora, pois essa relação pacificada por um mediador os previne de, na hora e no calor do jogo, terem a sua credibilidade

---

<sup>9</sup> É costumeiro, na várzea, que ex-jogadores que atuaram em equipes profissionais sejam pagos para jogar por determinadas equipes amadoras.

questionada por estarem recebendo de uma pessoa ligada a alguém que está dentro de campo, seja de um dos times, seja dos dois, por terem sido ativos na negociação. De acordo com Primo, essas mudanças de formas de pagamento não se deram fortuitamente. Ele conta que, no seu caso, ainda enquanto atuava como árbitro, se desentendeu com um dono de liga para quem apitava jogos. O motivo para o rompimento foi ter dado preferência a atuar em determinadas praças que não eram administradas por esse dono. Como consequência teve a sua ação boicotada nos certames de responsabilidade da pessoa para quem prestava serviços. Foi a partir deste episódio que resolveu se engajar na elaboração de uma entidade de árbitros independente e passou assim a atuar como esse mediador, a fazer esse papel de coordenação. Se, em princípio, as combinações entre as competições e a arbitragem eram mais informais, realizadas no ato a partir dos estilos acima elencados, as competições promovidas por prefeituras alteraram esse panorama.

A obrigação administrativa de um poder público para com as suas compras impeliu as representações municipais a se valerem de uma formatação mais regulada. A entidade de árbitros que liderou teve que se adaptar, o que engendrou, no caso, a homologação da liga de árbitros enquanto uma pequena empresa e a consequente inserção dela em uma estrutura burocrática (obtenção de registros legais) que a viabilizasse a concorrer em chamadas públicas, pregões e formatos propícios de licitação – o que é considerado por Primo o melhor negócio nesse ramo<sup>10</sup>. O conhecimento dos árbitros que atuam em competições amadoras, combinado com a sua inserção bem-sucedida nesses trâmites mais burocráticos da prestação de serviços para a Administração Pública, o auxiliou a escalonar a procura por parte dos árbitros por jogos para atuar e as necessidades dos eventos esportivos públicos. Logo adiante, as ligas privadas mais organizadas também adotaram esses princípios para contratação de serviços de arbitragem. Creio que tais informações possam dar conta de um processo de mercadorização (CALLON, 2010) da arbitragem que estipula fora das quatro linhas o seu “espaço particular” de atuação no circuito da várzea. Da forma como ocorreu, esse processo engendrou a especialização do serviço (a sua burocratização perante as demandas Estado) e sua autonomia da influência mais pessoalizada dos antigos donos de ligas. Mas isso não significou que as antigas maneiras de celebrar acordos fossem esquecidas, nem as compreensões que se tinham acerca delas para a reputação da arbitragem de uma forma geral.

---

<sup>10</sup> Em termos jurídico-comerciais, de acordo com as condições de participação previstas em edital, uma liga de arbitragem pode ser uma microempresa ou empresa de pequeno porte, tais como definidas em lei. Por esse motivo costumam ter um registro de pessoa jurídica na junta comercial, nome fantasia e estarem atreladas a um regime de tributação simplificado.



Arrisco argumentar que a figura da arbitragem pode ser circunscrita naquilo que a socióloga Viviana Zelizer (2005) denotou como (e criticou) a incompatibilidade entre as relações de solidariedade e de interesse. Porém, isso acontece de uma forma curiosa no contexto aqui descrito: como um árbitro supostamente não atua ancorado em um pertencimento, ele é quase que automaticamente interpretado no polo oposto (o do interesse), para a partir deste registro poder ser interpelado pelo seu entorno. Parece muito mais compreensível em nosso senso comum um árbitro potencialmente influenciável, guiado estritamente pelo aspecto financeiro (no limite, corruptível) do que um árbitro que goste de exercer essa atividade pelo que ela pode proporcionar aos seus praticantes. É como se o árbitro e sua relação com o dinheiro incorporassem os males que fustigam a paixão do futebol, a sua legitimidade. Algo que, desde a várzea ao menos, apreende-se enquanto um gesto de compreensão da atividade. E que também pode ser verificado em outros domínios.

Assim como experimentei na minha estreia, quase todo árbitro para quem mencionei a história da minha alteração comentou que já fora xingado de ladrão, acusado de ter sido comprado por algum dirigente ou, em suma, de ter algum interesse escuso. Por um ou outro desses motivos, os árbitros acabam sendo marcados pejorativamente, tendo seus nomes atrelados a todo tipo de sortilégio. Muitas vezes, a partir de situações que não representam de fato nada polêmico.

Veja o caso em que estive envolvido, por exemplo: todos os clubes envolvidos na competição sabem que os árbitros de futebol são pagos a cada partida e que a origem desse dinheiro passa pela licitação que é feita pela prefeitura. Antes do início dos torneios são realizados os chamados congressos técnicos, que visam nivelar as informações a respeito da competição que será jogada. Uma dessas informações diz respeito a qual prestadora de serviços de arbitragem foi a vencedora do processo de licitação. Ou seja, há um conhecimento compartilhado do modelo de negócio. É razoável supor a partir da ocorrência dessas reuniões que os representantes dos clubes repassem essas informações a suas comissões técnicas. Ainda assim, quando o jogo acontece, esse conhecimento pode não ser o suficiente no momento em que algum jogador interpela o árbitro de futebol com alguma acusação.

A simples observação do dinheiro circulando de uma mão para a outra – das mãos de Primo, o coordenador da liga de árbitros para as minhas mãos, as do mesário – dentro do contexto do jogo, ou seja, com a bola rolando, foi o suficiente para que um jogador tivesse certeza de que a cena representasse uma mácula da competição. Quase como se ele estivesse esperando, ou precisasse confirmar uma impressão que sempre paira ao redor dos árbitros e sua equipe. Mesmo depois de dissipada a confusão, o jogador não pareceu se constranger com o

escândalo que criou. Nas palavras dele é algo do jogo. A presença dessa desconfiança sobre a arbitragem enquanto algo fantasmático e pertencente à dinâmica do futebol foi uma situação que me chamou muito a atenção não só pelo choque que me causou, mas também pela forma como ela é vivida – na minha opinião sem contemporizações. Tentarei explorar com um pouco mais de profundidade estes aspectos no próximo capítulo me ancorando em registros literários, artísticos e também historiográficos que visam circunscrever a relação que os espectadores e participantes do futebol em suas mais diversas funções possuem com a arbitragem do jogo.

## 2 ARBITRAGEM: ENTRE A DISCÓRDIA E A REGULAÇÃO

A partir da retomada dessa inserção e também das repercussões da minha primeira atuação como membro de uma equipe de árbitros, especulo sobre como a arbitragem de futebol pôde se estabelecer em meio as discordâncias engendradas pelas disputas corporais do jogo e também em meio a um certo senso de desconfiança sobre os homens do apito, que ratificam os lances a partir das regras do jogo. Tomadas de decisão essas que geram polêmicas no ambiente da competição, e reforçam uma percepção imaginária que as pessoas têm a respeito dos operadores das leis do jogo - algo que tento apreciar a partir de registros literários e artísticos.

Argumento, assim, que as discordâncias em torno dos lances engendram uma necessidade de mediação, ou um espaço de atuação que cabe à arbitragem de futebol preencher. É o que denomino de uma *pertinência da arbitragem*. Entretanto, este espaço de atuação não se estabelece apenas pelas suas proposições morais ou com referência a regras constitutivas de um jogo; na formação do futebol desde a Inglaterra, a ratificação deste espaço de pertinência a partir da formação da arbitragem se deu com a articulação de elementos distintos que atuaram em um grande processo de institucionalização (das regras, das organizações, dos modos de qualificação, dos instrumentos, da própria expertise e das pessoas) para diminuir as controvérsias. O que é desejável, mas nem sempre exequível. Acredito que, se do ponto e vista da formação do futebol profissional, tal articulação se dá de modo extensivo, na várzea esse panorama é rearticulado em função da menor abrangência com que os elementos dispostos se dão. Assim, é papel do que aqui chamo de *circuito de arbitragem* projetar, com elementos distintos, a mesma pertinência.

### 2.1 O que dizem sobre a arbitragem

Tome-se por exemplo as iniciativas com as quais alguns cronistas e artistas retrataram a arbitragem de futebol: entre as décadas de 50 e 70 do século XX, algumas crônicas de Nelson Rodrigues (1993) imortalizaram “O Juiz Ladrão”, alegoria da qual o autor se valia para escrever os seus textos futebolísticos e cuja crônica de mesmo nome foi dedicada a essa figura. Nela, Rodrigues analisa a arbitragem de futebol em meio às mudanças que acometeram o esporte com a passagem do tempo:

Vejam vocês que coisa melancólica e deprimente: — um jogo de futebol tem 22 homens. Com o juiz e os bandeirinhas, 25. Acrescentem-se os gandulas e

já teremos um total de 29. Vinte e nove homens e nem um único e escasso canalha, nem um único e escasso vigarista! Eis a verdade, que levaria um Balzac ao desespero e à úlcera: — as condições do futebol contemporâneo tornam impraticável a existência do canalha. Ou por outra: — o canalha pode existir, mas contido, frustrado, inédito, sem função e sem destino. Mas em 1918, 17 ou 16, os gatunos constituíam uma briosa fauna, uma luxuriante flora. Evidentemente, havia as exceções. Mas os salafrários podiam apitar as partidas e com que glorioso, com que genial descaro! Certa vez, foi até interessante: — existia um juiz que era um canalha em estado de pureza, de graça, de autenticidade. Um domingo, ele vai apitar um jogo decisivo. Que fazem os adversários? Tentam suborná-lo. Ora, o canalha é sempre um cordial, um ameno, um amorável. E o homem optou pela solução mais equânime: — levou bola dos dois lados. Justiça se lhe faça: — roubou da maneira mais desenfreada e imparcial os dois quadros. Ao soar o apito final, os 22 jogadores partiram para cima do ladrão. Mas o gângster já se antecipara, já estava pulando muros e galinheiros. Era uma figurinha elástica, acrobática e alada. Isto foi em 1917. O juiz gatuno está correndo até hoje. [Manchete Esportiva, 31/12/1955] (RODRIGUES, 1993, p. 20).

Em suas crônicas esportivas, Nelson Rodrigues procura argumentar que o futebol, tal qual foi se modificando do início para os meados do século XX, deixou (e deixaria no futuro) de ser catártico. Para exemplificar de forma lírica esse ponto de vista, lançou mão de vários personagens, entre eles o juiz ladrão. Papel, segundo o autor, em extinção. Alguém que não deixaria de se valer de uma ambiguidade de caráter para aceitar subornos e “ajeitar” jogos de forma mais elástica do que a regra abrangia. Neste excerto e em outros textos ao longo da carreira do autor, o árbitro de futebol, quando mencionado, está imerso em alguma situação de picardia. Um dos pontos culminantes para este desgravo seria a possibilidade de obtenção de alguma vantagem financeira.

Nesse sentido, mesmo que argumente (ou reconheça) que o influxo da profissionalização tendesse a achatar as personalidades no contexto do jogo, o que parecia inspirar Rodrigues era essa conformação da plasticidade do (mau) caráter enquanto algo arquetípico das relações que se estabeleceram dentro das quatro linhas, ao menos no Brasil. Esta vigarice do personagem, por assim dizer, expõe a multifacetagem do humano e de suas relações (subornos, enganações, entre outros) – algo que uma concepção de ação correta dentro da lei do jogo e uma ideia de virtude esportiva tentam solapar. No caso do árbitro, por mais contido que os tempos o façam, o autor chama a atenção para a possibilidade de subversão da lógica do jogo que um “juiz” carrega e que, seja por capricho, despreparo ou por incentivo, pode lançar mão (a frase final, “está correndo até hoje”, soa como um alerta). É como se as contradições daquilo que é relativo ao humano (aos sujeitos) irrompessem, mais cedo ou mais tarde na ordem das coisas, nas convenções. Por isso, talvez, paixão seja encarada como garantia e dinheiro como ameaça.

O jornalista e escritor Eduardo Galeano (2004) também teve o futebol como tema de suas obras. Dentro deste conjunto, dedicou ao árbitro de futebol as seguintes linhas:

O árbitro é arbitrário por definição. Este é o abominável tirano que exerce sua ditadura sem oposição possível e o verdugo afetado que exerce o seu poder absoluto com gestos de ópera. Apito na boca, o árbitro sopra os ventos da fatalidade do destino e confirma ou anula os gols. Cartão na mão, levanta as cores da condenação: o amarelo que castiga o pecador e o obriga ao arrependimento, ou o vermelho que o manda para o exílio. Os bandeirinhas que ajudam, mas não mandam, olham de fora. Só o árbitro entra em campo; e com toda razão se benze ao entrar, assim que surge diante da multidão que ruge. Seu trabalho consiste em se fazer odiar. Única unanimidade do futebol: todos o odeiam. É vaiado sempre. Jamais é aplaudido. Ninguém corre mais do que ele. É o único obrigado a correr o tempo todo. Este intruso que ofega sem descanso entre os vinte e dois jogadores galopa como um cavalo e a recompensa por tanto sacrifício é a multidão que exige a sua cabeça. Do princípio ao fim de cada partida, suando em bicas, o árbitro é obrigado a seguir a bola branca que vai e vem entre os pés alheios. É evidente que adoraria brincar com ela, mas nunca essa graça lhe foi concedida. Quando a bola, por acidente, bate em seu corpo, todo o público lembra de sua mãe. E, no entanto, pelo simples fato de estar ali, aguenta insultos, vaias, pedradas e maldições. Às vezes, raras vezes, alguma decisão do árbitro coincide com a vontade do torcedor, mas nem assim consegue provar sua inocência. Os derrotados perdem por causa dele e os vitoriosos ganham apesar dele. Alibi de todos os erros, explicação para todas as desgraças, as torcidas teriam que inventá-lo se ele não existisse. Quanto mais o odeiam, mais precisam dele. Durante um século, o árbitros vestiu-se de luto. Por quem? Por ele. Agora, disfarça com cores. (GALEANO, 2004, p. 17-18).

Na reflexão de Galeano, mais do que a figuração do árbitro a partir de um caso ancorado na plasticidade do caráter, o que é ressaltado inicialmente são seus poderes de mando e seus instrumentos. A partir destes, enfatiza-se a obrigação que o árbitro impele dentro de campo, as punições que aplica. Em um segundo momento, ao evidenciar a relação do árbitro com o seu entorno (principalmente a torcida), a reflexão passa por uma transição que parte daquilo que o árbitro obriga a fazer e rumo para aquilo que ele é obrigado a suportar: vaias, correr atrás da bola sem poder encostá-la e a falta de reconhecimento de sua atuação. Por fim, postula o ódio ao árbitro enquanto um bode expiatório por parte de jogadores e torcida, uma espécie de mal necessário que, se não existisse, precisaria ser inventado, o que de novo dá conta de um trânsito de obrigações. Tudo nessa ambiência parece se dar no imperativo. A partir de Galeano, arbitrar pode muito bem ser obrigar. Mas também é suportar e, de certa forma, se purgar.

O cinema também não se furtou de retratar o árbitro de futebol. No filme brasileiro *Boleiros - Era uma vez o futebol* (1998), dirigido por Ugo Giorgetti, uma das cenas apresentadas ao longo do filme retoma o caso envolvendo o personagem *Virgílio Paiva*. Tratava-se de um árbitro que, antes de uma partida válida pelo campeonato paulista, havia aceitado suborno para

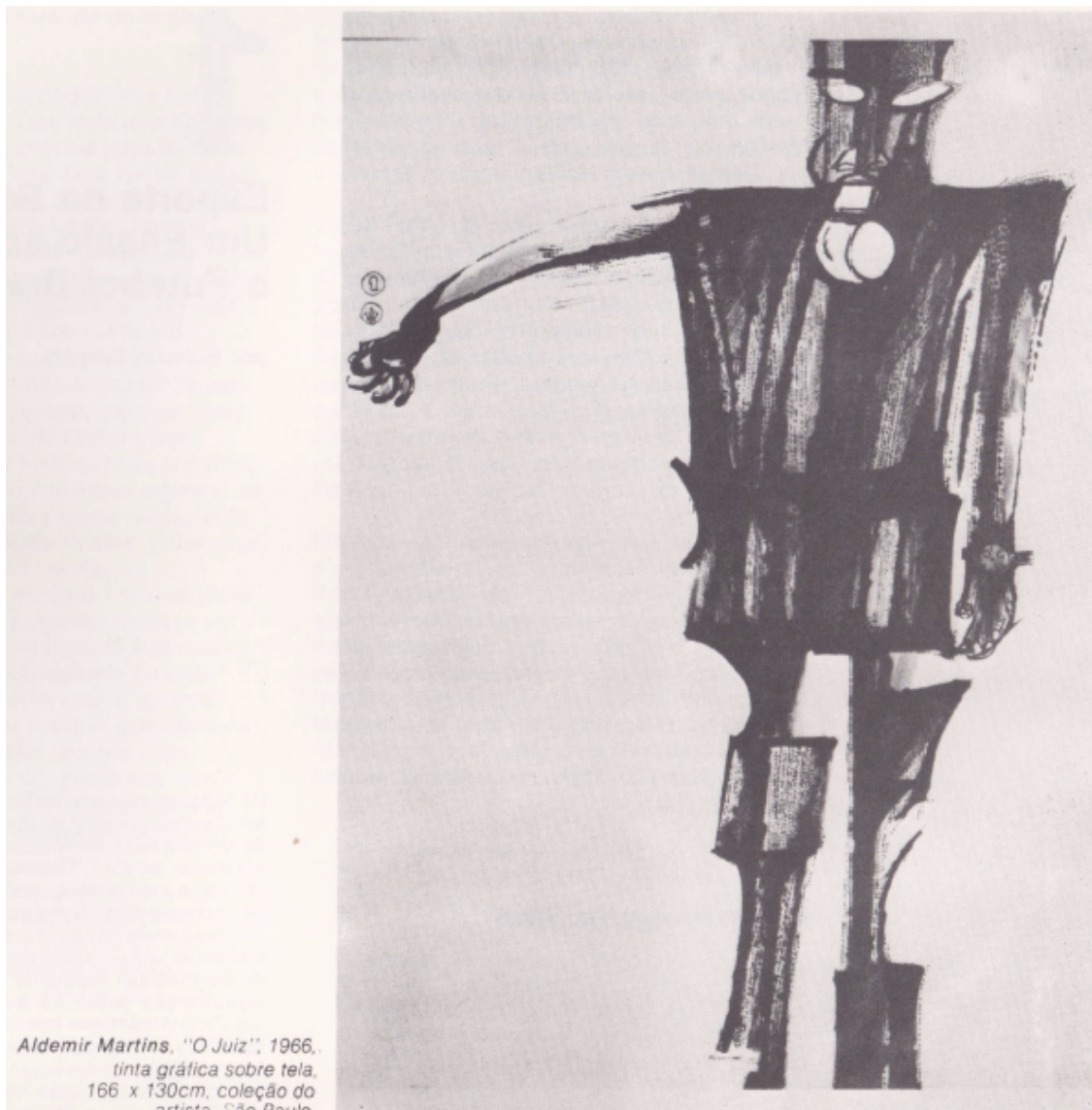
favorecer uma das equipes. Com o dinheiro recebido, Paiva conseguiria saldar suas “dívidas com o *bookmaker*”. Na cena em questão, o árbitro marca uma penalidade máxima para a equipe que deveria beneficiar. O cobrador o acerta o alvo, mas o goleiro defende. Para manter o seu compromisso, o árbitro dá um jeito não validar a defesa, alegando que o goleiro adversário havia se adiantado. Na nova cobrança, o atacante volta a errar o gol. Insistentemente, Virgílio anula a segunda tentativa e proíbe o batedor que havia errado duas penalidades de seguir tentando. Finalmente, um novo cobrador se apresenta e faz o gol. Mal a equipe comemora, o árbitro já encerra a partida para os apupos dos torcedores do time derrotado<sup>11</sup>.

Até mesmo na seara das artes plásticas os senhores do apito não passaram incólumes. O pintor, ilustrador e escultor cearense Aldemir Martins tomou o jogo de futebol como uma das inspirações que o incentivaram em seu trabalho, ao longo de sua carreira. Viu no rolar da bola uma das formas de representação da identidade nacional, assim como o fez com os animais, as paisagens e também as pessoas. Ao se debruçar sobre contexto futebolístico, homenageou os grandes craques que vestiram a camisa da seleção brasileira entre os anos 1960 e 1970, como Pelé e Rivelino. Da mesma maneira, procurou apreender e representar movimentos plásticos que encantaram e encantam torcedores até hoje, como é o caso da bicicleta. Ainda que o foco de seu trabalho residisse em retratar os grandes protagonistas do espetáculo, também não deixou de notar no árbitro de futebol na pintura intitulada “*O Juiz*”. Pintura essa, aliás, que foi reproduzida na coletânea “*Universo do Futebol: Esportes e Sociedade Brasileira*” (1982), organizada pelo antropólogo Roberto DaMatta e tida como uma das primeiras publicações a se dedicar a esta temática dentro das Ciências Sociais. A reprodução da tela em questão ilustra o primeiro texto do livro, intitulado “*Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro*” (DAMATTA, 1982, p. 19).

---

<sup>11</sup> A cena pode ser vista no seguinte endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=E2Q2icAoKrQ>>. Acesso em 5 out. 2020.

Figura 2 – O Juiz



Fonte: DAMATTA (1982, p. 19).

A tela reproduzida mostra a expressão figurativa e estilizada de um árbitro de futebol. A cor preta é a única utilizada para caracterizar o personagem (possivelmente em alusão ao uniforme mais tradicional com o qual o árbitro se apresenta em campo) e é aplicada com maior ou menor intensidade, de modo a auferir os contornos, alguns detalhes do corpo (como olhos, nariz, dedos, cintura, ombros e pernas), o uniforme (meiões, calção e camiseta) e a posse de instrumentos (como o apito, relógio e moedas). As linhas utilizadas no desenho compõem formas geométricas (retangulares e triangulares) definidas em sua maioria por ângulos retos, com destaque para os membros inferiores e para o torso. As formas curvas aparecem em menor medida e estão especialmente na linha da cintura, no braço que está aberto de forma levemente arqueada e também na bochecha, que parece prender o ar para soprar o apito. A ação que parece

transcorrer da pintura é a de um sorteio que se faz por ocasião da definição de saída de bola, ou escolha do lado do campo no qual se quer começar a jogar. Tendo em vista que duas moedas se encontram no ar (sendo arremessadas ou recolhidas) e a perspectiva do árbitro se porta de frente para o espectador da tela, é possível argumentar que o árbitro representado está por iniciar um jogo do qual aqueles que o encaram (espectadores) também fazem parte (algo que, ao se considerar a posição na qual a reprodução da tela se encontra dentro do livro mencionado acima, ou seja, antes do início do primeiro ensaio, parece bastante sugestivo).

Toda esta composição, em especial em função das formas utilizadas, remete para uma sensação de que se está à procura de evidenciar rigor e concretude. O preto no branco, os ângulos retos, a prontidão para a ação sugerida e até mesmo a protuberância do apito no rosto (em contato direto com a boca, a fazendo sumir) em combinação com os olhos (sem pupilas, sem íris e saídos para fora da órbita do rosto) causam a impressão de que o que está retratado não é um ser humano de carne e osso simplesmente. É a imagem de um árbitro que não remete a um sujeito orgânico; mas sim um sujeito sólido, em um sentido material, como concreto ou metal. Que não tem voz, a não ser pelo barulho do apito; que tem olhos, mas não enxerga; e cujas pernas lembram mais baluartes (como base de torres, por exemplo) do que membros inferiores propriamente.

A diversidade de suportes com os quais um árbitro de futebol tem sido representado não deixa escapar sobre o quanto o seu papel é observado como algo importante para jogo e para as histórias que o futebol permite contar. O que parece convergir das perspectivas elencadas, entretanto, é que, de maneira pouco exultante, essa atuação é vista em premente tensionamento. Seja pela estranheza que a ideia de alguém imparcial atuando em meio a “apaixonados” suscita – o que dá ao interesse financeiro alheio um ângulo de compreensão hegemônico para o porquê de alguém estar ali, ao mesmo tempo em que justifica e, de certa forma, expia<sup>12</sup> as manifestações de jogadores e torcedores – seja pelas características taciturnas das quais se valem um árbitro para o exercício da sua atividade. Exercício esse calcado em obrigações e na observação das regras.

A respeito dessa observação, DaMatta (1982), no mesmo artigo que traz a reprodução da tela de Aldemir Martins, ressalta que em torno a aceitação das regras é que giram as questões capciosas sobre a forma como a sociedade brasileira vivencia o futebol. E que é em face desta

---

<sup>12</sup> Tomando uma compreensão genérica de ritual como comparação, aquele que cuida da oficialidade de um rito está mais próximo ao sagrado do que quem participa dele na condição de público. O que talvez possa ser pensado de forma inversa ao considerarmos a relação entre árbitros de futebol e torcedores, por exemplo. O que seria uma chave de compreensão a má fama dos árbitros



situação que árbitros são tão comumente hostilizados. Na reflexão ensaística que empreendeu, argumenta que o futebol, ao ser tomado enquanto um drama, pode ser interpretado como um instrumento pelo qual a população, ao frequentar os grandes estádios, participa de um evento que engendra uma experiência exemplar de igualdade (no qual a cada início de uma partida se tem a compreensão da igualdade de condições de disputa entre os participantes envolvidos nela), algo que contrastaria com a nossa ordem social mais tradicional, onde prevalecem, de acordo com o autor, a hierarquia e a pessoalidade. As regras do jogo e a sua aplicação pelos árbitros seriam, neste sentido, a negação dessa condição mais em voga. A opção pela prevalência de um aspecto ou de outro conformaria o nosso dilema enquanto país.

O que infiro dessa reflexão - e mais amplamente das teses que o autor apresentou em sua carreira - é que caberia a nós enquanto país escolher de que lado do campo se quer jogar. Ou seja, entre uma ordem social tradicional, onde prevalecem valores mais pessoalizados, de posições estruturadas, e outra ordem em consonância com a ideia de igualdade, onde prevalecem valores impessoais, que concernem ao que denominou, citando o antropólogo francês Louis Dumont, de “ideologia individualista” (DUMONT, 1985). Com relação a esses dois caminhos, DaMatta (1982) contrasta, em termos da relação com as regras, a experiência que identifica no Brasil com a forma pela qual essa relação se estabelece em sociedades igualitárias, nas quais o “reconhecimento de leis universais, aplicáveis para todos os indivíduos” (DAMATTA, 1982, p. 35) efetivamente acontece. Usa como exemplo das sociedades igualitárias os países anglo-saxões, mais especificamente os Estados Unidos (ao considerar os esportes em geral) e a Inglaterra (ao se ater mais detidamente no futebol).

Se do ponto de vista da dramatização proposta, a experiência de igualdade já se apresenta exemplar, quando considero o cotidiano de competições de futebol e a própria atuação da arbitragem, tanto do que acompanho enquanto torcedor, quanto do que pude auferir em torno ao Municipal de Várzea em Porto Alegre, o caminho para essa experiência não me parece dado e, sim, em permanente constituição. Ainda que seja inegável que a pretensão para a igualdade de condições de disputa esteja no horizonte das associações futebolísticas e que também paute o trabalho dos árbitros<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Ao trazer o trabalho de DaMatta para o diálogo que busco estabelecer, não está em consideração tecer uma crítica ao conteúdo do que o antropólogo propôs com o seu ensaio. A esse respeito, inclusive, outros autores teceram os seus comentários, levando em conta o recorte do que DaMatta sugeriu em termos especulativos. O que tento evidenciar, ou melhor, sugerir é um deslocamento possível a partir das ideias apresentadas no texto entre uma experiência de igualdade ancorada na caracterização moral de nações presentes na dramatização e uma experiência ancorada na construção da relação entre pessoas e regras que se dão em contextos nacionais sem com que essa “moral nacional” a defina. Essa é a possibilidade que procuro experimentar.

A partir dos pontos de vista aos quais tenho contato, suponho que essa aceitação parece se constituir de forma mais abrangente do que pela apreciação das regras em si, ou da presunção da igualdade (ou desigualdade) enquanto algo naturalizado. Independentemente do tipo de ordem social, é preciso confiar que os regulamentos nela engendrados serão efetivos para o que se propõem. Neste aspecto, a própria relação das regras com a ideia de Modernidade que a formulação de DaMatta (1982) deixa evidenciar, transporta essa a confiança subentendida na ideia de aceitação das regras para capacidade inata do tipo de sociedade.

A relação que tive com o cotidiano da arbitragem em jogos amadores e o interesse que tenho no assunto de modo mais abrangente me fazem acreditar que esta ideia de aceitação da regra ou o seu reconhecimento se constituem de modo análogo ao que, por exemplo, Giddens (1991) escreve sobre sistemas peritos (no sentido de que uma predeterminada experiência gera confiança). Ou seja, no caso da arbitragem de futebol coloca-se em apreciação dos seus participantes, desde as regras do jogo codificadas (acompanhada das convenções que as escapam e os princípios que a precedem), as organizações que promovem as competições, a sua difusão, seus processos capacitação, seus instrumentos e chegam a pessoas que executam determinadas expertises. Deixar de ver as regras apenas como princípios e considerá-las inseridas numa coordenação mais abrangente de como o futebol é vivenciado. E nesse sentido, as experiências inglesa e brasileira podem não se dar necessariamente em contraste. Ao se tomar o exemplo bretão é possível argumentar que nem lá onde a arbitragem foi criada as discórdias em torno à deliberação de lances de jogo deixaram de operar em detrimento de valores universais.

## **2.2 Formação da Arbitragem**

Muitos estudiosos que me precederam já escreveram sobre a formação do futebol na Inglaterra do século XIX. Ao retomá-la, não pretendo trazer adentos documentais ou questionar a pertinência historiográfica com que abordagens como a de Eric Dunning e Graham Curry (2015) ou Adrian Harvey (2018) aportaram para o entendimento futebolístico desse período. Penso antes que, ao me aproveitar destes estudos para evidenciar o surgimento da figura do árbitro de futebol, posso apreender as necessidades que a invenção desta atividade preconizava. Considero este movimento importante não apenas em termos contextuais, mas principalmente porque indicam as associações, obstáculos e resposta a eles que o futebol carregou consigo para ocorrer. Foram formulados distintos modelos de mediação de disputas/interesse durante uma partida. O que sugere que o reconhecimento da regra por si só

não foi algo pacificado. Talvez um caminho para se entender as facilidades ou dificuldades em torno a aceitação das leis do jogo seja revisar o que se dizia a respeito delas em seus momentos de elaboração. Por esse motivo tentei recorrer ao que alguns pesquisadores que se debruçaram sobre a história do futebol neste período em específico comentaram a respeito da elaboração da arbitragem enquanto uma atividade do jogo e enquanto um modelo em desenvolvimento.

A maneira mais usual com a qual literatura sobre a história do futebol tem tratado sobre esta questão tem sido o mote da preocupação dos inventores do jogo com a elaboração e padronização das regras. Se por um lado esta perspectiva consegue traçar um padrão (linear) com o qual este esforço foi empreendido, tentei me apegar a aspectos e aportes mais erráticos dessa elaboração. Ou seja, não tanto a resolução de conflitos em torno da padronização das regras em si, mas os momentos em que estes eram suscitados ou percebidos. Acredito que sejam estas passagens que informam controvérsias (sem esgotar) as possibilidades de mediação/intervenção para aqueles que se preocuparam (e se preocupam) em organizar uma partida de futebol.

De acordo com James Mangan e Colm Hickey (2008), os estudos sobre o futebol fazem poucas menções aos árbitros e à participação deles na construção do jogo. Dentro desse contexto, os autores partem do pressuposto que, ao menos durante o período em que o esporte se institucionalizou, o árbitro de futebol foi um elemento secundário em relação à regra. As investigações acerca de como estes códigos do jogo se estabeleceram remetem principalmente às *Public Schools* (ELIAS, 1992; MANGAN; HICKEY, 2008; WEBB, 2014; CURRY; DUNNING, 2015). Nesta interpretação, a historiografia foca em como estudantes e egressos destas entidades de ensino em diversas localidades inglesas desenvolveram formas distintas de jogos com bola. Ao confrontarem essas formas diferentes de jogo precisaram chegar a um acordo sobre qual modelo adotar. Quais elementos de controle do jogo seriam levados em conta para a construção de uma padronização. Foi com esse espírito que surgiram as primeiras associações de futebol. Graham Curry e Eric Dunning (2015) inclusive atestam que das 34 prescrições dedicadas à primeira explicação de como a partida deveria se desenrolar, duas fizeram menção à arbitragem. As normas de número 4 e número 5.

#### REGRAS DE JOGO DE CAMPO ETON DE 1847

[...]

4. Para evitar disputas, é melhor nomear, antes do jogo, dois árbitros[*umpires*]: um escolhido por cada equipe; e um árbitro[*referee*] a ser acordado por ambas as equipes, cuja decisão, se os árbitros[*umpires*] diferirem, deve ser final.

5. Será dever dos árbitros [*umpires*] fazer cumprir as regras: decidir sobre as

disputas que surgirem; desmanchar um *rouge* ou *bully*, quando necessário, e fazer valer o jogo limpo [*fair play*] para ambas equipes [...](CURRY;DUNNING, 2015, p. 53-54)<sup>14</sup>

Algumas considerações podem ser tecidas no que diz respeito à tradução. Em inglês, os termos *umpire* e *referee* se referem à figura do árbitro. Pelo que é possível interpretar, nos tempos da formalização feita pelos estudantes de *Eton*, cada equipe selecionava uma pessoa para atuar como *umpire*. A este cabia deliberar com o *umpire* da equipe adversária, em caso de alguma jogada gerar impasse quanto a sua resolução. Caso a disputa não fosse resolvida com a deliberação dos *umpires*, se recorria a um terceiro referente, previamente estabelecido que teria a última palavra acerca da disputa. Este seria o *referee*. Pelas regras dispostas na época, não fica claro se o *referee* tinha ligação com algum dos times em disputa. De todo o modo, o que se vê a partir da formalização das regras são duas formas de estabelecer uma responsabilidade pelo evento esportivo, de oficiá-lo. Uma na qual a ligação com os times em disputa fica expressa e outra na qual a ideia de um afastamento, uma exterioridade está subentendida. Também fica muito evidente a partir da codificação apresentada, qual é o princípio ao qual os responsáveis pela partida devem se reportar: o do *fair play*. Ou seja, o jogo precisa ser justo e os competidores leais uns com os outros. Afinal é isso que se esperava dos *gentlemen* daquele período. A posição na qual se encontravam os *umpires* para analisar as jogadas e deliberar sobre as disputas mudava de uma instituição para outra (WEBB, 2014). Entretanto, naquela ocasião foi comum que ficassem fora da área de jogo.

No que diz respeito as denominações de certas marcações, *rouge* era uma maneira secundária de contabilizar pontos no jogo de *Eton*. Uma espécie de método de desempate. Quando a bola não atravessava a meta entre as balizas, também era considerado um “prêmio” (não da mesma forma que o gol) quando um jogador tocava na bola atrás da linha do gol do adversário, de forma semelhante ao que acontece no *try* do Rugby. Tal prática eventualmente gerava “montinhos” e cabia aos árbitros, por assim dizer, dissipar o emaranhamento. Por isso da expressão desmanchar o *rouge*. Já o *bully* é um método de reinício de jogadas similar ao *scrum* do Rugby. Ou seja, uma disputa pela posse de bola que se dá pelo uso da força corporal, através de uma formação de uma espécie de barreira humana. A supervisão dessa formação e da correta execução era de responsabilidade dos árbitros. O que dá conta de uma racionalização das disputas – diferenciação entre jogos - que preconizava a existência dos árbitros.

Fora do sistema das *public schools*, cada região estava formalizando um conjunto de regras diferentes, o que engendrou esforços de padronização que culminaram na fundação da *Football*

---

<sup>14</sup> Citação no original: 1847 ETON FIELD GAME RULES 4. To prevent dispute it is better to appoint, before the game begins, two umpires: one chosen by each party; and a referee to be agreed on by both parties, whose decision, if the umpires differ, is to be final. 5. It will be the duty of the umpires to enforce the rules: to decide on disputes that arise; to break a rouge or bully, when necessary, and to see fair play for both parties

*Association* em 1863 (HARVEY, 2005). Com relação a atuação dos árbitros até esse momento, a diferença com relação às *public schools* é que os *umpires* possuíam a palavra final na metade do campo do qual estavam mais perto para analisar as jogadas. Um outro modelo estudado foi aquele no qual o desenvolvimento das regras é atribuído a um processo que se inicia com a tentativa de formalização para as competições disputadas mano-a-mano, que eram negociadas individualmente e orientadas por apostas:

Provavelmente, isso ocorreu porque era um evento competitivo que geralmente envolvia apostas de grandes quantias. Muitos outros esportes brutais com animais também tinham regras porque os apostadores apostavam na resistência das bestas com isca e nos cães que os atacaram, no número de ratos mortos por um *terrier* em particular ou no vencedor final de brigas de cães e outros concursos em que os animais eram arremessados um contra o outro. Nas iscas de touros bem conduzidas, por exemplo, foram tomadas providências para garantir que os cães atacassem de frente. Mas, na maioria das vezes, essas eram regras [públicas] da casa [*pubs*], relacionadas a um local específico, sem a consistência necessária de um lugar para outro. Os esportes com sangue humano também eram frequentemente orientados ao jogo e, portanto, exigiam regras de conduta e resultado. *Cudgelling and singlestick*<sup>15</sup>, ambas formas de duelo com armas de madeira, tinham regras que, por exemplo, impediam a apreensão da arma de um oponente e determinavam quais partes do corpo não podiam ser atingidas. Essas regras variavam entre as regiões, assim como as das várias formas de luta livre. As regras escritas iniciais foram destacadas nos 'artigos do acordo' que eram comuns na maioria das competições por dinheiro de aposta durante os séculos XVIII e XIX. Em essência, eram contratos de 'jogar ou pagar' entre as partes rivais, que definiam os termos particulares do contrato de disputa pretendido, como horários, lugares, apostas e os meios para resolver disputas. (VAMPLEW, 2007, p.846-847)<sup>16</sup>

À medida que os responsáveis pelas *public houses* foram centralizando os modelos de disputa, um conjunto de regras para estes eventos foi se tornando conhecido. A mim essa passagem chama a atenção em dois aspectos. O primeiro, a correlação do interesse na disputa

---

<sup>15</sup> Nome dado a uma espécie de duelo em voga naquela época que era executado com bastões de madeira. O objetivo da competição era atingir a cabeça do oponente usando o bastão. A partir do momento em que o golpe proferido gerasse um corte na cabeça, no rosto ou no pescoço e o sangue proveniente desses locais fosse derramado, o duelo era encerrado com o ferido sendo declarado derrotado.

<sup>16</sup> Citação no original: These probably came about because it was a competitive event often involving large-stake gambling. Many other brutal animal sports similarly had rules because gamblers bet on the endurance of baited beasts and the dogs that attacked them, on the number of rats killed by a particular terrier, or on the ultimate winner of dogfights and other contests in which animals were pitted against each other. In well-conducted bull-baiting, for example, arrangements were made to ensure that the dogs attacked head-on. But mostly these were [public]house rules, relating to a particular location with no necessary consistency from place to place. Human blood sports too were often gambling-oriented and hence required rules of conduct and result. *Cudgelling and singlestick*, both forms of duelling with wooden weapons, had rules which, for example, prevented the seizing of an opponent's weapon and determined what parts of the body could not be struck. These rules varied between regions as did those for the various forms of wrestling. Early written rules featured in the 'articles of agreement' that were common to most stake-money contests during the eighteenth and early nineteenth centuries. In essence they were 'play or pay' contracts between the contending parties which set out the particular terms of the intended contest such as times, places, stakes and the means of settling disputes. (VAMPLEW, 2007, p.846-847).

de esportes entre equipes como sendo tributários das competições envolvendo animais. Lembrando que nesta época também era considerado de mau tom para um nobre ganhar dinheiro com a prática esportiva. O segundo aspecto é a evidência que a ideia de contrato assume nesta abordagem. A aposta pode ser entendida enquanto uma forma de engajamento que tem por objetivo o interesse financeiro e não o vínculo sentimental. De todo modo, neste contexto, as formalizações que faziam referência aos *umpires* pareciam estar mais focadas na ratificação das observâncias estipuladas pelos acordos. Dentro das disputas e fora delas, com as apostas. É como se a figura do árbitro regulasse o fluxo das ações, sendo estas compreendidas de duas formas possíveis: tanto no fluxo da disputa, quanto no fluxo do dinheiro que o resultado garantido por ela auferiria.

James Mangan e Colm Hickey (2008) destacam também que em meio as grandes associações nacionais que se formaram no período após a padronização das regras, os momentos de criação de associações regionais resultaram uma atuação de suma importância, pois teriam sido a partir da ligação destas com professores de escolas primárias que a figura de uma pessoa responsável por zelar pelas regras de forma externa e imparcial teria começado a ganhar maior notoriedade.

Você pode estar se perguntando por que apenas depois de criadas e codificadas as regras do jogo é que a preocupação com o que viria a ser a arbitragem tomou certo alcance. Entendo que a resposta resida na postura aristocrática que se tinha em relação ao jogo. De início, os *lords* ingleses não previram que o nível de competitividade pudesse sobrepujar o código de conduta das classes dirigentes inglesas no que diz respeito a jogos (em especial a ideia do *fair play*). Em um jogo de pessoas de *status* (CURRY; DUNNING, 2015), o controle não precisaria ser externo, pois caberia a auto-restrição ser desempenhada por cada um. Intervenções exteriores só faziam sentido em termos de mediação ou esclarecimento de dúvidas. E neste sentido, a ligação entre árbitros e professores de escolas primárias fazia ainda mais sentido. Pois eram eles que ensinavam seus pupilos na escola a praticar esse novo esporte. E enquanto educadores, já se encontravam em um papel de elucidação sobre as coisas e mediação de conflitos. Além disso, estes homens eram tidos como pessoas “comprometidas com os valores morais” que o futebol poderia promover. De uma forma ou de outra, o que parece estar disposto nas linhas de pesquisa elencadas é que o desenvolvimento das regras acabou ensejando uma necessidade de deliberação sobre algumas contendas que precisavam ser resolvidas durante o jogo. É a partir daí que podemos começar a falar da arbitragem de futebol. Cabe assim reforçar que, por serem contemporâneos, o futebol e a arbitragem – ou seja, que a prática do esporte circunscrita às regras, que era a ideia fulcral do *fair play* – acabaram se relacionando de forma que coube ao

segundo divulgar e explicar as ações do primeiro. O que torna possível imaginar que os árbitros tenham exercido a função de pedagogos em muitos casos, ao “esclarecer” as regras ao invés de mediar interpretações conflitantes. É mais ou menos como faz um professor de colégio. Quando o futebol se consolidou, a função pedagógica perdeu relevância em detrimento da arbitragem propriamente dita. Em todo o caso, e isso é importante de reter, o árbitro nunca perdeu a função de condução ou tutoria do jogo.

Ainda que suas atribuições começassem a ficar conhecidas entre todos os estratos da sociedade britânica, foi só a partir da consolidação da *Football Association* enquanto organização responsável pelo jogo na Inglaterra e as consequentes disputas das primeiras competições entre clubes de regiões diferentes, que foram redimensionando a relação entre *umpires* e *referee*. Acerca deste processo, Webb (2014) traz um bom panorama:

Paralelamente ao início e desenvolvimento das ligas de futebol, a FA continuou a melhorar o papel e o significado do árbitro [*referee*] e, ao fazê-lo, diluiu o efeito que os árbitros [*umpires*] poderiam ter em uma partida. Como consequência, uma adição à lei quinze em abril de 1888 atribuiu mais poder ao árbitro [*referee*]. A adição à lei quinze declarou que, se árbitros [*umpires*] de ambos os lados não concordassem ou não pudessem tomar uma decisão, o árbitro [*referee*] teria o poder de fazê-lo. Além disso, o árbitro [*referee*] também foi instruído a agir como cronometrista e ter a capacidade de emitir advertências e de "afastar o jogador ou jogadores infratores de jogo" (ata do Conselho da FA, 15/04/1888), o que na verdade significava que ele tinha a capacidade de expulsar jogadores do campo de jogo a seu critério. Em 1889, os árbitros [*referees*] foram autorizados a marcar faltas sem apelo dos jogadores e a introdução do pênalti foi seguida em 1891, após um longo período de teste. As mudanças no jogo de futebol e o papel do árbitro [*referee*] como um tomador de decisões continuaram em ritmo acelerado. Em 1891, os árbitros [*referees*] adentraram no campo de jogo, com um apito, introduzido em 1878, e não estavam mais atuando como cronometrista e pacificador entre os dois árbitros [*umpires*] indicados pelo clube. A ampliação do papel de 'árbitro' [*referee*] coincidiu com o rebaixamento de 'árbitros' [*umpires*] para auxiliares [localizados] nas linhas. O Conselho da FA declarou em sua ata em 1892 que “é desejável que as posições dos árbitros [*umpires*] sejam abolidas e que os homens de linha [*linesmen*] sejam designados, cujas funções (sujeitas ao árbitro), devem decidir quando a bola está fora de jogo e para qual equipe é o “arremesso lateral” (ata do Conselho da FA, 27/05/1892). Isso foi elaborado como uma proposta, que foi devidamente aprovada pelo *Internacional Board*, para excluir o termo “*umpire*” e substituí-lo por “*linemen*”, que atualizava as leis 10 e 12 das leis do jogo. A mudança de *umpire* para *linesmen*, mais tarde, não apenas deu ao árbitro [*referee*] autoridade mais direta para a tomada de decisões, sem a necessidade (se ele quisesse) de consultar outros oficiais, mas também significou que os árbitros [*umpires*] haviam se tornado relativamente impotentes. Seguiram-se desenvolvimentos no papel e responsabilidades do árbitro [*referee*]. Uma decisão de 1895 declarou que os árbitros de linha podiam dar uma opinião ao árbitro principal sobre a bola cruzar a linha de gol entre os postes e, em 1896, as marcas de campo de jogo especificamente declaradas foram consagradas

nas regras do jogo. Com efeito, as mudanças implementadas representaram uma promoção para o árbitro principal. (WEBB, 2014, p.22-23).<sup>17</sup>

Desta forma, os *umpires* se tornaram os que nós conhecemos hoje por árbitros assistentes e o referee se tornou o árbitro principal. Como aponta o autor acima, foram necessárias muitas mudanças nos ordenamentos da ideia do jogo para que o árbitro tivesse a sua atuação enquanto ratificador da regra reconhecida (e de tabela o respeito pelas regras de jogo). Uma curiosidade a este respeito é a introdução do apito. Antes dele, para chamar a atenção dos jogadores, o árbitro costumava usar um lenço branco. A partir do momento em que se decidiu pelo uso do apito, eles foram adquiridos junto às fábricas que construíam o objeto e os destinavam às corporações policiais. Ou seja, dentro do campo de jogo o árbitro de futebol teve que se valer de um instrumento considerado, em princípio, policialesco para executar esta tarefa.

Considero que a mudança de objetos usados para chamar a atenção dos jogadores denota o quanto a arbitragem precisa se valer de alguns expedientes para ratificar da forma mais concreta possível um espaço de atuação que não só imponha as regras e preserve princípios, mas também vá ao encontro de um entendimento entre os envolvidos com o jogo de que as decisões tomadas são imparciais e advindas deste lugar de privilégio. O lenço remonta o tom aristocrático e professoral. Engendra a atividade do árbitro educador, cuja presença (seja por meio dos *umpires* ou referee) representa a importância de valores a serem comungados e do

---

<sup>17</sup> Citação no original: Alongside the initiation and development of league football, the FA continued to enhance the role and significance of the referee and, in so doing, diluted the effect umpires could have on a match. As a consequence, an addition to law fifteen in April 1888 saw further power handed to the referee. The addition to law fifteen stated that if umpires from either side could not agree, or they were unable to make a decision, the referee would have the power to do so. Furthermore, the referee was also instructed to act as a timekeeper and given the ability to issue cautions and to “rule the offending player or players out of play” (FA Council minutes, 15/04/1888), which in effect meant that they had the ability to send players from the field of play at their discretion. By 1889 referees were permitted to award free kicks without appeals from the players and the introduction of the penalty kick duly followed in 1891 after a lengthy trial period. The changes in the game of football, and to the role of the referee as an arbitrator continued apace. By 1891 referees had moved onto the field of play from the sidelines, complete with a whistle, which had been introduced in 1878, and they were no longer acting as a time-keeper and a peace-maker between the two club-nominated umpires. The enlargement of the role of ‘referee’ coincided with the demotion of ‘umpires’ to linesmen. The FA Council declared in their minutes in 1892 that “it is desirable that the positions of umpires should be abolished and that lines-men should be appointed, whose duties (subject to the referee), should be to decide when the ball is out of play, and which side has the “throw in” (FA Council minutes, 27/05/1892). This was drafted as a proposal, that was duly passed by the International Board, to delete the term “umpire” and replace it with “linemen” which updated laws 10 and 12 of the laws of the game. The move from umpires to linemen, later to become linesmen, not only gave the referee more direct decision making authority, without the need (if he so wished) to consult any other officials, it also meant that umpires had in effect become relatively powerless touch judges. Further developments followed in the role and responsibilities of the referee. An 1895 ruling stated that linesmen were permitted to give the referee an opinion on the ball crossing the goal-line between the posts and in 1896 specifically stated field of play markings were enshrined in the rules of the game. In effect the changes that had been implemented represented a promotion for the referee. (WEBB, 2014, p.22-23).



esclarecimento das regras em momentos duvidosos. O acirramento das competições, rivalidades e o posterior advento do profissionalismo mostrou algumas limitações desses controles baseados exclusivamente na moral aristocrática. Ao menos a sua relatividade ao se contrabalancear com a busca pela vitória por parte dos jogadores. Desta forma, se lançou mão de formas mais impositivas para que a regra fosse acatada. A arbitragem precisou intervir mais diretamente. O lenço deu lugar ao apito, sopro de ar que corta os fluxos da partida.

Entretanto, decisões tomadas de forma muito rápida podem não ser sempre consensuais (se tornarem impopulares) e trazerem consequências que gerassem desconfiança e insatisfação. E em face disso que as vezes as reações de jogadores e torcedores tornam-se agressivas na direção de quem apita. Apreensivos com relação à própria segurança, árbitros e dirigentes de associações passaram a debater medidas de responsabilização para aqueles que extrapolassem os limites das regras do jogo. É o que atestavam o registro de atas de reuniões e minutas de regulamentos do período, de acordo com os pesquisadores. Entidades que organizavam jogos e competições lançaram mão de precauções devidas para preservar a integridade dos participantes do futebol. Estas vieram em forma de convenções complementares. Junto com o apito, os regulamentos de competições, protocolos e congressos técnicos. Todos prevendo punições.

A introdução do RA [Associação de Árbitros], a avaliação das qualificações dos árbitros e sua subsequente alocação nas partidas foi devido em grande parte ao número de “incidentes” envolvendo árbitros e a insatisfação geral com seus desempenhos. A partir da década de 1880, a insatisfação com o desempenho dos árbitros era comum, com a raiva se transformando em violência com certa regularidade. Houve ocorrências relativamente frequentes de relatos e reclamações dos próprios árbitros durante este período, muito possivelmente como uma reação à falta de orientação, ou como consequência da falha em abordar pontos problemáticos que surgiram das Leis do Jogo. Por exemplo, em um confronto válido por uma copa amadora entre Chatham e os Casuals em 1894, um árbitro foi forçado a relatar que os espectadores e jogadores do clube Chatham foram devidamente suspensos até o final da temporada e uma vez que foram autorizados a competir novamente, o clube não pôde jogar a menos de cinco milhas de Chatham (ata do Conselho da FA, 28/02/1894). (WEBB, 2014,p.24)<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Citação no original: The introduction of the RA, the examination of referees' qualifications and their subsequent placement at matches was due in no small part to the number of 'incidents' involving referees and the general dissatisfaction with their performances. From the 1880s dissatisfaction with the performance of referees was commonplace, with anger spilling over into violence with some regularity. There were relatively frequent occurrences of reports and complaints from referees themselves during this period, quite possibly as a reaction to the lack of direction, or as a consequence of the failure to address troublesome points that arose from the Laws of the Game. For example, in an amateur cup tie between Chatham and the Casuals in 1894 a referee was forced to report the Chatham club's spectators and the Chatham club were duly suspended until the end of the season and once they were permitted to compete again the club were not allowed to play within five miles of Chatham itself (FA Council minutes, 28/02/1894). (WEBB, 2014,p.24).

Se tem uma coisa que esse breve sobrevoo sobre o período de formação do futebol pode auxiliar a reforçar é que a configuração da arbitragem de futebol se deu justamente pelas dificuldades que a aceitação de uma regra constitutiva de um jogo suscita. E ela própria como foi pensada inicialmente não foi o suficiente para dirimir discordâncias em torno de determinados lances. Ela precisou se constituir a partir de seus princípios, códigos e convenções em um espaço compartilhado de entendimento entre as pessoas envolvidas com o jogo. Essa constituição partiu de uma moralidade específica (a das classes dirigentes da Inglaterra do Século XIX) e foi se modificando a medida em que o jogo foi se reproduzindo com um conjunto mais codificado de regras e aceitando a participação de pessoas advindas de outras classes, com outros valores.

### **2.3 A Pertinência da Arbitragem**

Se procurei retomar a ideia folclórica do juiz ladrão neste segmento não foi para fazer acusações aos árbitros que vi atuar na várzea. Muito pelo contrário, cada um a seu modo e com seu estilo tentou conduzir a sua atividade da forma mais correta o possível dentro do contexto que a competição e as partidas em específico permitiram. Entretanto isso não significa que o juiz ladrão esteja alijado do futebol, pensando aqui não só no futebol de várzea, mas o jogo em sua diversidade. Ele é uma desconfiança que sempre existe na interpretação de alguém. Quis o destino que este folclore me acozasse no meu primeiro dia de trabalho mesmo não sendo árbitro e sim mesário. A indignação com a qual fui atacado pode parecer chocante (e sim: me soou de tal forma). No fim das contas, acredito que o que prevaleça em situações como aquela é a sensação de ser prejudicado. Ela se imporia caso eu efetivamente tivesse sido subornado e ela se impôs na forma como fui acusado. Acredita-se na injustiça e não há regra do jogo capaz de afastar essa impressão das nossas avaliações.

De acordo com o que pude apreender com os estudiosos da formação do futebol enquanto esporte, está na prevalência dos códigos escritos, dos sistemas de informação e sua reprodutibilidade no tempo e no espaço a ideia de organização do jogo, por mais que ele se torne complexo. Quando menciono aqui a ideia de organização é justamente o esforço de separação entre aquilo que é permitido e proibido no jogo. Entretanto, tenho a impressão de que se só a palavra escrita funcionasse, não se precisaria de equipe de arbitragem. A minha atuação como mesário que começo a compartilhar por aqui, bem como as experiências de trabalho de árbitros que testemunhei só reforçaram tal sensação. A concepção do futebol enquanto

modalidade esportiva moderna reforça essa separação (o que pode e o que não pode) taxativamente. Mas, se considerarmos a prática do jogo, as fronteiras entre esses espaços por vezes não são tão bem definidas. Daí o motivo das controvérsias e complexidades de organização. A ocorrência da regra não encerra as práticas dentro da disputa (ainda que as balize). Nesse sentido, a arbitragem se faz necessária porque informa a justiça do jogo no momento em que a separação entre o permitido e proibido se torna poroso. Cabe saber de que forma essa possibilidade de trazer a justiça e a igualdade de possibilidades dentro da partida aos presentes é constituída.

Dentro dos grandes gestos que o futebol comporta, a primazia que é dada ao jogar e ao torcer acaba influenciando a percepção que se tem sobre o arbitrar, o apartando de modo que ele pouco consegue ser apreciado em seus próprios termos. Não acredito que sozinho eu possa apresentar essa perspectiva em toda a sua exatidão ou abrangência, mas algumas coisas a partir da minha observação e interesse no assunto podem ser postuladas. A primordial para o momento é essa ideia subjetiva, mas que se concretiza, de um espaço de atuação onde as regras podem ser observadas, os conflitos podem ser moderados e até certos fluxos que orbitam ações que atravessam o jogo acabam se organizando (me refiro especificamente ao aspecto emocional e também ao fluxo financeiro). De certa forma, é o arbitrar que os legitima. Talvez esteja aí a pertinência da arbitragem.

### **3 TORNAR-SE DURO PARA DURAR**

Passada a minha “estreia” como mesário na Liga Municipal de Várzea, pude aproveitar a semana para avaliar melhor as situações que havia vivenciado (entre o contato com os árbitros e o meu próprio desempenho) e me preparar para a rodada seguinte, caso fosse convocado a atuar. Uma das situações que os árbitros haviam me comunicado era de que não sabiam se voltariam a trabalhar (ao menos naquela praça) na data de jogo posterior. Ou seja, não é em toda rodada que se é escalado para trabalhar. O chamado da equipe de arbitragem fica a cargo do Primo estipular. Ainda que no geral ele conte com as pessoas para quem ele dá oportunidade, pode ser que, como também me disseram, “se fique de fora” uma rodada, ou rodadas seguidas: “Vai muito do teu trabalho, de tu fizer bem e de gostarem dele”, me compartilhou Rênio na saída do primeiro jogo. Em face dessa indefinição com relação ao futuro na competição, passei eu mesmo a especular e procurar me informar sobre o que seria um trabalho considerado aprovável no circuito da várzea. A busca por uma compreensão sobre o que pode ser entendido como uma boa atuação e as estratégias das quais os árbitros se valem para irem ao encontro deste padrão de desempenho é o assunto que trato neste capítulo.

De acordo com o que pude me inteirar através das súmulas da competição, no Municipal, levando em conta as duas categorias disputadas no segundo semestre de 2019, atuaram no total, entre árbitros assistentes e principais, 33 pessoas. Estas foram arranjadas em equipes diferentes ao longo de 62 jogos. Esse registro aponta para uma alta possibilidade de formação de equipes de arbitragem a serem designadas para atuar. Também sugere a existência de uma concorrência forte. Pois, ainda que os arranjos possíveis fossem muitos, a quantidade de jogos do Municipal é limitada, por auferir pouca alocação na comparação com a quantidade de combinações. O que pode explicar o porquê de grande parte das pessoas deste conjunto ter atuado pouco. Do total de árbitros escalados, 11 (somando principais e assistentes) atuaram em sete jogos ou mais na competição. Ou seja, no circuito da arbitragem em competições amadoras, ainda que se postule uma certa abrangência de oportunidades para os árbitros trabalharem, existe também uma certa limitação na quantidade de jogos. O que os impele a não se contentar com uma só situação de trabalho. Tal panorama intensifica para aqueles que desejam se manter atuando, o aprimoramento e a busca por um nível de atuação considerado razoável e também justifica a preocupação que pude auferir (e até certo ponto experimentar) com a execução de uma boa arbitragem.

A partir desta preocupação que procurei, levando em conta as diferentes atuações de árbitros ao longo da competição e a fala compartilhada entre os árbitros a respeito da noção de postura, encaminhar uma reflexão que desse conta de entender o que seria para eles a boa arbitragem. Para isso observei o comportamento dos colegas de fora para dentro do campo, pois conforme interpretei, é neste sentido que o árbitro de futebol se instaura. Considerando os instrumentos que os árbitros trazem consigo e que os auxiliam a se constituir enquanto tal (uniformes, apitos, relógios), bem como gestos e expressões que reforcem a sua influência sobre o jogo (e também uma ideia de autoridade), o argumento que procuro apregoar se ancora na necessidade propalada pelos árbitros de saberem suportar e enfrentar hostilidades para continuarem assíduos. Ou seja, saberem se valer de uma postura correta para um árbitro de futebol, no termo êmico “ser duro”. A partir da resolução dos desafios que as situações em campo apresentam, a capitalização das boas atuações pode contribuir para a construção de uma sequência de jogos e da itinerância no circuito da arbitragem, que mesmo um exagero nessa concepção não parece desabonar. A partir de algumas reflexões a respeito do conceito de performance, infiro que o desempenho de arbitragem considerado ideal seja sustentado a partir das expressões emanadas pelo corpo por meio de gestos técnicos que procuram emular na medida do possível a mesma atitude da qual falam.

### **3.1 Conhecendo uma Nova Equipe**

Para tentar atuar melhor, procurei por dicas tanto dos servidores da prefeitura que organizavam a competição, quanto do Primo, ao longo da semana. Um dos retornos que mais me favoreceu foi dado por Bernardo, um dos servidores. Ele me aconselhou a tentar preencher antecipadamente na súmula a lista de todos os atletas inscritos nas equipes que disputariam a rodada em questão. Desta forma o processo de habilitação dos jogadores se daria de forma mais rápida, pois não precisaria a momentos do apito inicial, ficar transcrevendo nomes completos. Bastaria coletar a assinatura do jogador. Além disso, divaguei, ficaria poupado dos “elogios” a minha caligrafia por parte dos jogadores. Já Primo, talvez preocupado com a alteração que tive com o jogador de uma das equipes na rodada inicial insistia para que eu não fosse “bonzinho com aqueles caras”. Pediu para que eu me impusesse e não aceitasse xingamentos. Além dessa situação, perguntei para ele quando e como saberia que ia trabalhar. Ele respondeu que me ligaria todas as quintas-feiras para confirmar ou não a minha presença nos jogos e que, nos

casos em que eu fosse convocado combinaria comigo de que maneira eu poderia obter a pasta do jogo e o dinheiro do pagamento da equipe de arbitragem de forma antecipada.

Na quinta-feira daquela semana, assim como combinado, recebi a ligação de Primo informando que eu seria utilizado na rodada seguinte, que seria jogada no campo do Parque Marinha, no domingo pela manhã. Quanto a pasta do jogo e ao dinheiro, combinamos naquela ocasião que eu os pegaria no sábado com um senhor que atuaria de árbitro auxiliar (bandeira) que estaria na região próxima da onde eu residio. Assim como foi nesse caso, ao longo da competição, grande parte das combinações e esclarecimentos de dúvidas que tive que fazer com o Primo foram feitas via celular. Esse era o procedimento mais corriqueiro adotado entre as equipes de arbitragem escaladas e ele. Como as rodadas iniciais da Liga Municipal aconteciam em quatro campos ao mesmo tempo em regiões distantes da cidade (bairros Rubem Berta, Passo D'areia, Praia de Belas e Tristeza), era impossível que ele estivesse presente fisicamente em todos esses lugares. Por esta razão, o celular propiciava um acesso remoto às informações do que acontecia nos jogos. E era uma função dos mesários relatar alterações ou tirar dúvidas com relação a algum problema quanto às inscrições, regulamentos, atrasos, entre outras coisas.

No dia anterior ao jogo, conheci Manganês, um senhor de baixa estatura, com cabelos brancos bem desgrelhados e forte sotaque da região da Serra Gaúcha. Pude pegar com ele os itens combinados, mas sem muito tempo para conversas, pois ele estava com pressa. O máximo que ele me informou é que trabalharíamos juntos no dia seguinte. Tendo posse da súmula do jogo pude transcrever os nomes dos atletas inscritos. Assim como na rodada inicial cheguei mais cedo do que o horário combinado. Tive receio de não pegar o ônibus no tempo correto, já que, aos domingos, a espera entre um transporte e outro tende a ser maior. Era uma manhã gelada, com o céu carregado, em cinza chumbo, típico das frentes frias quando passam pela cidade no mês de agosto. Até por ser cedo (sete e trinta mais ou menos) o trajeto até o campo foi mais rápido do que de costume. Chegando ao local, não havia sinal de que se jogaria futebol, como já imaginava que pudesse acontecer. Entretanto havia uma alta movimentação de corredores, pois não muito longe do campo se daria a largada de um evento de corrida promovido por um hospital da cidade. Assim sendo, até a hora em que as movimentações futebolísticas começassem a se intensificar, fui me distraíndo com o desfile de corredores e corredoras passando em direção à largada. A maioria calçando tênis muito chamativos de marcas famosas e usando roupas de elastano para se protegerem dos rigores do tempo. Números de inscrição pregados ao peito e executando o que eu imaginei serem os últimos retoques para a corrida que se iniciaria logo mais. Rumavam parque adentro, ao fundo de onde se podia ouvir

a voz de um locutor incentivando a todos para que tivessem disposição de enfrentar o frio e a neblina para correrem. De fato, era um dia daqueles que para sair de casa, perseverar era necessário. Não pude deixar de considerar contrastante o quanto a maratona que logo se iniciaria atraía um público considerável na comparação com o jogo de futebol. Bem como a quantidade de patrocinadores, locução e infraestrutura. Ali percebi o quanto um mesmo segmento (eventos esportivos) pode assumir formas bem distintas uma das outras. Mesmo quando envolve a participação de atletas amadores.

Logo minha atenção se esvaiu do desfile de preparação dos corredores para encarar um senhor que muito vagorosamente rumava em direção ao campo de jogo carregando um carrinho de supermercado. Dentro do carrinho, redes, estacas e bandeiras dos escanteios. Dessa vez fui prontamente ao encontro de Vovozinho e o auxiliiei com a instalação das redes nas goleiras e a colocação das bandeiras de escanteio. Perguntei sobre o paradeiro da mesa e a cadeira de plástico, meus instrumentos de trabalho. Ele me respondeu que elas estavam no vestiário da arbitragem. Rumei até lá para poder buscar a mesa e a cadeira. No caminho, cumprimento Diego que havia chegado ao campo. Ele quis conferir se eu estava de posse da pasta do jogo, o que respondi afirmativamente dessa vez. Cheguei ao vestiário da arbitragem, cuja porta estava aberta para pegar mesa e cadeira. Fiz de volta o meu deslocamento até o campo de jogo onde pude instalar os materiais. Na volta já começo a avistar um agrupamento de pessoas em uma roda de conversa. Aos poucos, portanto, os jogadores começavam a chegar. Antes de cruzar o campo avistei Manganês, que fez sinal para mim de que iria até o vestiário se trocar. Segui o meu caminho em direção aos bancos de reserva para dispor a mesa e a cadeira.

De lá, já sentado à mesa, avistei outra pessoa adentrando o campo. Usava um par de botas marrons, uma calça de moletom cinza, casaco estilo “canguru” (com capuz e bolsos na frente) azul com capuz na cabeça. A medida em que se aproximou, abaixou o capuz, deixando vislumbrar seu penteado bem ralo, a pele escura e uma barba “por fazer”:

NIÓBIO: Tu que vai ser o mesário?

JOÃO M: Sou eu mesmo.

NIÓBIO: Opa! Nióbio, o juiz. [estende a mão para cumprimento]

JOÃO M: Bom dia, eu me chamo João.

NIÓBIO: Sabe se o Primo vai passar aqui mais tarde?

JOÃO M: Olha, eu não sei. Falei com ele só na quinta.

NIÓBIO: Mas é bem fdp mesmo...eu to atravessado com ele.

JOÃO M: Ué, que que deu?

NIÓBIO: Agora no verão ele tinha combinado comigo de eu apitar um jogo lá no litoral, uma final. Tava tudo certo. Tudo planejado, aí ele me liga um dia antes

dizendo que o jogo não ia mais sair, que não sei o que. Eu fiquei meio assim né, mas tudo bem. Esses torneios pirata a gente sabe que tem de tudo. Depois fiquei sabendo que não só o jogo saiu, como ele botou outro pra apitar. Aí é muito traíra.

JOÃO M: Putz, que merda. Mas por que ele fez isso?

NIÓBIO: Ah, na real eu sei qual é que é. Final os caras do torneio devem ter pedido pra ele alguém federado. E eu rodei no curso da federação. Por 0,8. Tô fazendo de novo agora todas as aulas. É foda. Mas, daí falasse pro cara que pediram federado né? Ficar dando “migué” é coisa de quem não tá pelo certo.

JOÃO M: Caramba! Te reprovaram por oito décimos? Quem é que faz uma coisa dessas hoje em dia?

A conversa/desabafo de Nióbio foi interrompida pela chegada dos dois árbitros auxiliares. Manganês que eu já havia conhecido, e Ródio, a quem fiz menção de saudar enquanto ele comentava com seu colega.

RÓDIO: Ué, da onde o Primo tirou esse mesário?

MANGANÊS: Esse é da categoria de base das mesas [risadas]

JOÃO M: Olá, me chamo João. Prazer em conhecer...

RÓDIO: Faz mesa desde quando?

JOÃO M: Tô começando esse ano

MANGANÊS: Nova contratação

RÓDIO: E tu tá querendo ser juiz, é isso?

JOÃO M: Na verdade tô escrevendo um trabalho sobre arbitragem pra faculdade. Trabalhar de mesário é a forma de estar em contato com vocês.

RÓDIO: Ah tá. Só o que me faltava mais um bandeira na concorrência [risadas] Mas falando sério, bacana tu escrever sobre juiz. Todo mundo só quer saber dos boleiros.

NIÓBIO: Pra pegar o lugar desse aí não precisa nem saber a regra. É só conseguir enxergar que já tá melhor do que ele

RÓDIO: Tá negão e tu não vai se fardar? Os times já tão se aprontando.

NIÓBIO: Vou fardar aqui mesmo. Nem vou me abalar até o vestiário. Vamos de que hoje gurizada? Vocês já tão de amarelo...

MANGANÊS: Isso, vamos deixar assim. Põe o amarelo que, se por acaso for a cor de um time, a gente troca.



Figura 3 – Árbitros com camisa amarela



Fonte: registo feito em campo.

### 3.2 O Árbitro é Reconhecido

O amarelo em questão se refere a cor da camisa do uniforme com o qual a equipe de arbitragem foi trabalhar naquela rodada. Acontece que não é difícil identificar o árbitro da partida e seus auxiliares ao longo dos jogos. A equipe costuma estar vestida com cores diferentes das dos times que se enfrentam. Tradicionalmente a escolha da cor do vestuário

consagrou o preto como uniforme de predileção e tal associação já legou muitas troças sobre o mau agouro destes senhores do apito. Entretanto, ao longo do desenvolvimento do jogo e principalmente por causa das transmissões televisivas do futebol em sua seara profissional, outras cores puderam ser atribuídas ao uniforme da equipe de arbitragem. Tal pluralidade de escolhas com relação ao uniforme também se difundiu nos jogos da várzea. Nos dias das partidas os árbitros carregam em suas mochilas ou bolsas um conjunto de uniformes que vai desde o clássico calção, camisa e meiões pretos, até outros conjuntos de cores: amarelo, verde, azul e laranja. Além das roupas, os instrumentos de trabalho (apito, bandeiras).

De acordo com Diego, há o oferecimento de um primeiro conjunto de camisetas com as cores habilitadas para o exercício da arbitragem para os concluintes dos cursos ministrados pela prefeitura. Ainda assim, no geral, cabem aos árbitros a manutenção e a disposição dos instrumentos de trabalho em dias de jogos. Em geral esse equipamento básico é composto por chuteiras, uniforme (meiões, calções e camisetas de cores diferentes), cartões (amarelo e vermelho), relógio para cronometrar o tempo de jogo, lápis, apitos ou/e bandeira de sinalização. Dentro deste conjunto há uma variação de elementos para mais, como por exemplo, bombas de ar para encher a bola de futebol, medidores da pressão interna da bola e até mesmo equipamentos de comunicação eletrônica (microfones, pontos, entre outros). A adição destes elementos depende quase que exclusivamente da iniciativa pessoal dos próprios árbitros em comprarem esses equipamentos.

Cabe salientar que a variação pode ocorrer também para menos. Não foi incomum na Liga Municipal, ver árbitros esquecendo de alguma camiseta de cor específica ou até mesmo de apito ou bandeiras. Nesses casos, quase sempre alguém da equipe de arbitragem possuía o material faltante para emprestar. Em algumas ocasiões esse material de empréstimo acabava redundando em uma oportunidade de negócio, pois aquele que havia usufruído do material emprestado acabava gostando e abrindo negociações. Assim sendo, muita coisa era trocada entre eles, seja por via de empréstimo, seja por venda. Acompanhando conversas dessa qualidade que aprendi, por exemplo, algumas predileções por marcas de apito, sites preferidos de compras online para material de arbitragem, tensões de vendas mal concretizadas, entre outras vicissitudes das coisas que circulam entre árbitros.

Ainda que em princípio não tenha me parecido tão evidente ou relevante, creio que seja possível argumentar que arbitrar para começo de conversa diga respeito às condições visuais que propiciam a atividade. O fácil reconhecimento por ocasião do jogo, de uma diferença que é materialmente composta. A existência de alguém que, dentro de campo, desde

os primeiros protocolos se diferencia, pois não joga e nem torce (não ao menos naquele momento). Consequentemente, é alguém que age de forma não pareada aos jogadores no campo de jogo. Já que se trata de um componente do espaço do futebol que não joga naquela ocasião, tal possibilidade precisa estar indicada visualmente. Para não confundir jogadores e espectadores. Por isso tudo, alguns elementos devem compor a constituição desse estatuto da diferença instituída: o uniforme de cores diferentes, os materiais de intervenção no fluxo da partida à disposição, a ocupação de espaço dentro de campo. E aparentemente, vestir-se de árbitro é imbuir-se de uma postura diferente também. Por muitas vezes pude perceber que, o clima de jocosidade muito comum no ambiente do futebol de várzea antes do início das partidas (como o excerto acima tenta apresentar) era cessado entre os árbitros a partir do momento que, a equipe se encontrava devidamente uniformizada e aparamentada. A partir de então e só aí os árbitros se dirigiam ao centro do gramado para aguardar as equipes. Ainda que não houvesse nenhum esquema especial para tal em termos rituais (a título de comparação, resalto o rito de fechamento entre os jogadores), vestir o uniforme da arbitragem era investir-se dessa figura. Ao que tudo indica, posturas pessoais deveriam acompanhar essa mudança de estatuto com uma interlocução com as pessoas dentro do campo mais condizente o exercício da arbitragem de futebol.

Com relação ao mesário, não lhe é requerido em regulamento o uso de uniforme. Assim, bastava me apresentar aos jogos usando roupas comuns, as que possuo em meu guarda-roupa. Por uma questão de adequação à ocasião, quase sempre optei por um estilo mais esportivo de vestuário. Tênis de corrida, bermuda ou calça composta por fibras de *tactel* (a depender da temperatura), camisetas de tecidos semelhantes nas cores azul ou vermelha e boné cinza. Quando o frio foi mais rigoroso adicionei um casaco estilo corta-vento preto. Ainda que as minhas opções de roupas fossem mais liberadas isso não significa que não existissem elementos associados ao desempenho da atividade que exerci. Nesse sentido, o item principal era a mesa de plástico branca onde fazia as anotações dos fatos ocorridos nos jogos. Inclusive, era comum que eu fosse interpelado pelos jogadores ou diretores de equipes a partir do vocativo “mesa”, ao invés da palavra mesário. Até por eu ser uma pessoa recém-chegada na atividade e desconhecido por parte das pessoas que participavam habitualmente daquela competição, meu nome não era sabido e, assim, era chamado de “o mesa”. Para além da mesa (objeto), a pasta na qual estavam contidas a súmula dos jogos, a lista de jogadores suspensos e o regulamento da competição também era muito notório da função que exerci. Em função dela, levava como os meus objetos canetas e um bloco de rascunho onde podia anotar impressões dos jogos para

fora da súmula, coisas mais relacionadas ao trabalho de campo. Se o uso de objetos por parte da equipe de arbitragem intencionava a intervenção no fluxo das partidas, eu utilizava os objetos de que dispunha com um objetivo maior de apreensão e registro. Tendo registrado os jogadores em súmula, a minha função mais intervencionista, por assim dizer, se resumia a repor a bola ao campo de jogo quando a que estava previamente em disputa ia para fora. Na várzea o mesário tem um pouco de gandula.

### **3.3 Uma Partida Exemplar**

Como já comentado, Eduardo Galeano (1995) escreveu que um árbitro de futebol “exerce seu poder com gestos de ópera (1995, p.17)”. Ainda que o autor tenha se utilizado dessa expressão para evidenciar o arbítrio, ou seja, o autoritarismo daquele que aplica as regras em detrimento da fluência do jogar e da alegria do espetáculo que ele costumava descrever, creio que esta expressão seja adequada para continuar a abordar as atitudes envolvidas com o exercício da arbitragem. No mínimo, conforma uma boa imagem acerca do engajamento corporal para este trabalho. Além de suas cores, a obra do árbitro passa pelo gesto, pelo agir. E algumas vezes, eu diria, esse agir carrega consigo a dramaticidade do gênero artístico citado. Ainda mais ao se considerar o futebol jogado na várzea.

Se de uma perspectiva mais midiaticizada (referendada por seus expoentes), se argumenta que uma boa atuação de um árbitro de futebol deve prescrever a discrição (o não se fazer notar), meus interlocutores diante desta questão (o que configura uma boa arbitragem?) pontuaram de uma forma também bastante gestual que a resposta para essa pergunta tinha a ver com expressões tais quais, “postura”, “personalidade”, “presença”, “imposição”, “força para controlar jogo”, “ter o jogo na mão”, entre outras. A diversidade de termos usados, ainda que tenham relação entre si, não me deixou de parecer intrigante, pois ao mesmo tempo em que classificavam uma certa forma de agir entendida como profícua, pareciam ser insuficientes em termos da definição precisa. Tanto que, acompanhando esses termos, somavam-se relatos de lances e jogos aos quais momentos-chave redundaram enquanto definidores desta classificação. Exemplos se sucediam desde a intervenção para apartar uma briga pontual ou generalizada, passavam por impedimentos vistos com olhar apurado, até chegar a um pênalti marcado contra a equipe local, no bairro local, aos 50 do segundo tempo em uma final. Momentos como esses são narrados com a mesma veemência com a qual os torcedores que acompanham futebol se acostumaram a lembrar grandes dribles ou grandes gols realizados pelos grandes jogadores.

São eles que aparentemente justificam esta postura e também são eles que parecem se cristalizar nos gestos realizados naquelas ocasiões e repetidos ao longo dos relatos.

A guisa da importância desses momentos que procuro adiante compartilhar uma descrição de um jogo no qual a atuação da equipe de arbitragem, especialmente do árbitro principal impregnou em mim essa impressão de uma boa arbitragem. Impressão essa que foi repercutida posteriormente com Primo. A partir deste entendimento testemunhado, por assim dizer, que pude balizar as atuações que acompanhei e também compreender melhor do que se tratavam os exemplos que acompanhavam os termos usados pelos meus colegas/interlocutores ao refletirem sobre a arbitragem de futebol.

O jogo começou bem disputado, com as equipes se esforçando em anular as jogadas de ataque adversário. Antes dos cinco minutos de jogo, as faltas nos lances mais ríspidos começaram a aparecer. Para além da disputa corporal, a disputa “no grito” se faz muito presente. Ou seja, cada lado em competição reivindicava verbalmente (aos berros) o favorecimento de seu interesse. Se após uma disputa dividida algum jogador caísse, seus companheiros dentro (e por vezes fora) de campo gritavam e gesticulavam em direção ao árbitro central ou então ao árbitro auxiliar mais próximo do lance. Cobravam a interrupção do jogo e a marcação da falta. Por ocasiões inclusive paravam o jogo para protestar. A situação era tão acintosa que cheguei a me questionar se haveria bola rolando naquela oportunidade. Foi aí que Nióbio decidiu intensificar a sua intervenção. “Capitães comigo aqui!”, exclamou, caminhando em direção ao centro do campo. Chegando lá, os repreendeu com o dedo em riste: "Olha só, senhores. Vocês não estão colaborando. Se é para estragar o jogo eu ponho todo mundo para rua! Avisem seus jogadores que a partir de agora é sem patifaria!"

O recado arrefeceu os ânimos apenas temporariamente. No final do primeiro tempo, uma jogada de ataque foi interrompida com um carrinho do defensor adversário. Os jogadores envolvidos no lance se exaltaram e passaram a discutir, trocando empurrões. Ao sinal dos primeiros indícios de hostilidades físicas, jogadores que estavam longe do local onde a falta se deu correram para “ajudar” caso uma briga mais violenta transcorresse. Entretanto, antes que algum punho cerrado pudesse encontrar um alvo, Nióbio se colocou entre os dois jogadores que disputaram o lance que redundou em falta. Esticando as mãos como um homem vitruviano (com os braços em movimentos para cima e para baixo), o árbitro os afastou e, fazendo o uso do próprio corpo, impediu que chegassem mais próximos. Acenava firme e gritava “Aqui, não!”. Nisso os jogadores da “turma do deixa disso”, como costumam ser nomeados os jogadores que tentam impedir as brigas, já haviam separado os seus companheiros mais exaltados da confusão.

O que restava da aglomeração eram outros jogadores dos dois times cobrando punições aos seus adversários. Ela veio na sequência em forma de cartão amarelo para os atletas envolvidos com a disputa que causou a falta e o consequente entrevero. Junto com a apresentação dos cartões, o recado: "agora acabou a palhaçada! Essa é a última vez que falo. Quem inventar de brigar vai pra rua."

Sem a rede balançar e com esse estado de espírito no campo, o primeiro tempo ter terminado empatado não chegou a ser surpreendente, ao menos do ponto de vista de quem observava a partida. Em princípio, considere que o encerramento da etapa inicial havia acontecido em boa hora, pois daria alguns minutos para que todos “esfriassem a cabeça” e voltassem a pensar mais no próprio jogo. No entanto, havia subestimado o fato de que, pelas casamatas dos times e da arbitragem se encontrarem uma ao lado das outras, o fim do jogo com as pernas não representa o fim do jogo de cobranças. Ainda quando a equipe de arbitragem se encaminhava em direção a mesa, pude acompanhar uma seara de reclamações:

JOGADOR DO TIME A: Tá de sacanagem, velho? Com todo respeito, o cara deu carrinho. Carrinho é anti-jogo. Por causa de carrinho que eu to assim [aponta para perna] Depois que quebrar um não adianta ir lá ver como tá, pedir desculpas. Se ta liberando carrinho, vai dar ruim.

JOGADOR DO TIME B: Ô bandeira, tu viu que o cara deu um tapa na cara né, bandeira? Tava de frente pro lance!

JOGADOR DO TIME A: O juiz, faz tua parte! os caras tão baixando o sarrafo em campo e tu tá se fazendo!

AUXILIAR DO TIME B: O 3 deles deu um cotovelasso no meu jogador e tu te omitiu. Tu te omitiu! Só quero pontuar isso aí.

JOGADOR DO TIME B: Os dois se engalfinharam. Se os dois se engalfinharam é amarelo. Mais a agressão é vermelho. Tu errou!

JOGADOR DO TIME A: Tu tem que ser igual com todo mundo, pai! É a regra.

TORCEDOR GRITANDO DA GRADE: Que vergonha isso aí, hein? É muito vergonhoso isso aí! Arbitragem fraca! Vai tomar no c...

DIRETOR DO TIME A: Tu ta acomodando o jogo, né Nióbio? Tá acomodando!

AUXILIAR TIME B: O professor! Tu deu 3 minutos de acréscimo? Pelo amor de Deus! Os caras fizeram cera o tempo todo!

Mesmo enquanto bebia água para se hidratar, a equipe de arbitragem não podia deixar de repercutir ou responder a alguma reclamação. Tal comportamento foi recorrente ao longo de todos os jogos e, talvez, por saberem que serão pressionados e coagidos em seus momentos de descanso, os árbitros fiquem pouco tempo na casamata. Na ocasião em questão, Nióbio e eu

conferimos o número dos jogadores que haviam sido advertidos com o cartão amarelo para que, logo em seguida, ele rumasse com os seus auxiliares para o centro do gramado. Lá e apenas lá, me parece que eles tinham um momento de intimidade sem serem acoçados por reivindicações. Ainda que ficassem em pé e debaixo do sol. Pelo visto isso era preferível a ter que ouvir as lamúrias dos boleiros. “Os caras quando não jogam nada colocam a culpa na gente”, me segredou após o jogo o auxiliar Manganês.

O segundo tempo transcorreu em um panorama bem diferente. A maior intensidade na movimentação de Nióbio foi perceptível. Em consequência disso, quando um possível lance de falta ocorria não se dava tempo nem para a reclamação. Quando alguém tentava, logo ele replicava com elocuições que evidenciassem a presença dele no lance: “Tá marcado, ataque bola!”; “Tô aqui, eu vi”; “foi na minha frente” são exemplos de falas que demarcavam paralisação do fluxo do jogo, inclusive com o árbitro auxiliando jogadores caídos a levantar. Já frases como “segue o lance” ou “joga bola”, acompanhadas de um movimento com os braços esticados ao longo da corrida demarcavam o prosseguimento do fluxo do jogo. O acompanhamento dos lances mais de perto não significou que o jogo estivesse menos disputado. Inclusive, eu diria, que essa combinação acarretou a apresentação de 6 cartões amarelos (3 para cada equipe) e um vermelho. É necessário ressaltar também que, no segundo tempo, é quando a idade dos jogadores nas categorias mais experientes cobra mais o seu preço. E isso não se dá só com o cansaço que impossibilita a alguns de continuar jogando, mas também com a ocorrência de lances mais imprecisos. O que no caso das tentativas de interceptação, pode fazer com que aconteçam mais faltas. E quando elas ocorriam, Nióbio estava lá. Acompanhando tudo que acontecia em campo com muita atenção e intervindo quando julgava necessário.

Os lances faltosos sendo mais advertidos e as possibilidades de manifestação de reclamações dentro do campo sendo mais tolhidas, parecem ter dado ânimo para aqueles que se encontravam fora dos gramados agissem em nome dos companheiros. Em dado momento da etapa final, jogadores reservas e comissão técnica das equipes começaram a reclamar de forma mais hostil do que haviam feito até então, inclusive com algumas pessoas não respeitando a delimitação presente nos bancos de reserva, que no futebol é chamada de área técnica. Isso ocasionou com que, reiteradamente, eu me dirigisse até os treinadores das equipes e solicitasse a eles para que mantivessem seus jogadores sentados nos bancos de reserva e que eles próprios não ultrapassassem os limites demarcados no chão como área técnica. Meus pedidos não pareceram surtir muito efeito. Ainda que com palavras eles consentissem, suas ações não estavam mobilizadas para se retrair nos momentos decisivos do jogo. Ao cabo da terceira

tentativa frustrada, já havia me conformado que não obteria o controle da situação fora do campo. Mas, Nióbio interveio, paralisando o jogo para repreender os treinadores: " A próxima vez que eu enxergar o mesário indo falar com vocês eu expulso os senhores, combinado?", encerrando assim a questão.

Um pouco antes do fim do jogo Primo apareceu no campo e foi conversar comigo, perguntar sobre a partida e o trabalho. Comentei com ele a atuação de Nióbio, principalmente no segundo tempo, pois considerei destacável a forma como ele conseguiu conduzir um jogo de ânimos exaltados. Primo então respondeu que na opinião dele, além dos dotes físicos (ser uma pessoa alta e forte) via todos os elementos de um bom árbitro na forma como ele atuava. Principalmente porque ele se impunha nos jogos, impunha respeito. "Hoje aqui deve ter sido barbada para ele. Ele faz ficar fácil", comentou. "É uma pena ele ter rodado na federação [de arbitragem], mas até por ele ser novo, ele tem muito futuro", complementou. Após mais alguns minutos o jogo havia sido finalizado. A equipe de arbitragem se reuniu junto à mesa para que conferíssemos as informações da súmula e fizéssemos o relatório disciplinar das ocorrências (todas as expulsões precisam ser relatadas para embasar o julgamento da comissão disciplinar da prefeitura). Nessa ocasião comentei com Nióbio que havia achado sua atuação boa e que mesmo Primo (que aquela altura já havia ido embora) o considerava um árbitro de futuro. Na sequência provoqueei, argumentando que a várzea pra ele devia ser barbada. Ele riu e me respondeu: "Barbada nunca é. Mas, o Primo sabe que comigo ele pode contar pra guerra. Sempre falo pra ele me botar na guerra. É disso que eu gosto!".

### **3.4 O desafio e a valência da arbitragem na várzea**

A disposição guerreira de Nióbio pode ser explicada por alguns aspectos particularmente evidenciados no futebol de várzea que, a meu ver, engendram repercussões sobre a ideia de uma boa arbitragem de futebol – tanto no âmbito comunitário, quanto para ambições de atuação profissional. No tocante específico ao aspecto disciplinar, circunscreve-se a compreensão para os jogadores de que, ainda que a observação dos protocolos do jogo seja importante, esta não pode sobrepujar a ratificação da própria masculinidade ao longo da disputa. Ou, ao menos, não colocá-la em suspeição com alguma atitude considerada reprovável. Os comportamentos beligerantes de jogadores homens tem sido um fato reportado na literatura sobre o futebol. Damo (2007) argumentou a esse respeito que tal comportamento é tributário da rua. Esta entendida enquanto uma categoria nativa, pertencente a crença da idiosincrasia do



futebol praticado no Brasil. Característica essa que também afirma valores calcados na coragem e honra, entendidos como iminentemente masculinos. Nesse sentido, em seu aspecto intermediário entre pelada e profissional, a várzea está perto das regras e das ruas.

Nesse contexto, o futebol de várzea não é praticado para “manter a forma”, mas para mostrar quem está em forma, [...] joga-se pelo prazer estético, para exibir-se, para mostrar-se másculo, embora não seja muito habitual falar-se sobre isso. Joga-se simplesmente. Jogar faz parte das atividades de tempo disponível, da sociabilidade entre amigos e espera-se que todos os machos, não importa de que idade, tenham algum interesse nisso. Por isso a técnica, embora valorizada, não é o único quesito dos técnicos na hora de compor as equipes. Virilidade, força, resistência à dor, coragem e bravura são atributos essenciais a qualquer jogador de várzea. Os campos em meio às vilas são cenários nos quais se dramatizam esses valores, e a razão desses espaços serem preservados deve-se, em grande parte, a perpetuação desses atributos. A sobrevivência do futebol de várzea é, sem dúvida, indicativa de que o protótipo do homem viril, temido e corajoso segue sendo forjado, embora os campos indiquem outras coisas também. (DAMO, 2007, p. 66).

Ao serem incumbidos de administrar os intuitos hostis de jogadores nessas situações, os árbitros acabam vendo convergir para si próprios os riscos advindos desse comportamento. Mas ao mesmo tempo também, acabam capitalizando em termos de prestígio e valor. Afinal, são eles que podem controlar a situação, que arrefecem os ânimos e eventualmente penalizam os jogadores. Soma-se a isso o fato que nesses torneios, o estofamento institucional (regras do jogo, comissões disciplinares) que subsidia a autoridade da equipe de arbitragem, por mais articulado que esteja, é quase sempre precário quando se trata das consequências em campo das tomadas de decisões. Assim, muitas vezes os trabalhadores do apito se veem sozinhos (“contra 22”, como costumam falar, se referindo ao número de jogadores em campo) na hora de empreenderem resoluções difíceis e impopulares. Perseverar a esses momentos aufere respeito. E torna o apitar na várzea uma condição específica. Eventualmente uma guerra, como disse Nióbio. Exaltar, gostar, saber lidar com essas situações de agressividade em potencial é considerado uma valência da arbitragem. Principalmente porque, aparentemente, tal característica não é algo treinável. Neste sentido que os termos como personalidade e postura se justificam.

Alguns trabalhos sobre arbitragem nas Ciências Sociais já se debruçaram em reflexões sobre qual o lugar que a arbitragem de futebol poderia assumir dentro das interpretações socio-antropológicas, bem como a particularidade de seu ofício. Carla Righeto (2016) ao refletir sobre a atuação de árbitros no âmbito do futebol de espetáculo e também amador destaca que a observação das regras e a violência que pode irromper a qualquer momento do jogo são polaridades interdependentes. “A função do árbitro como autoridade responsável por

salvaguardar as regras e a correta interpretação destas faz com que o árbitro sofra violência e que em determinadas situações gere violência, quando tem decisões equivocadas.” (RIGHETO, 2016, p.75). A partir de entrevistas com os seus interlocutores cita a importância de um árbitro saber ouvir frustrações alheias e saber lidar com emoções, principalmente em contextos onde o futebol acaba servindo como local socialmente aceito para a catarse, onde se pode extravasar, onde a excitação propiciada pelo esporte acaba adquirindo uma importância e um sentido que extrapolam o momento do jogo.

Mauro Myskiw (2012), por sua vez, ao seguir as controvérsias da várzea porto-alegrense, apresenta os movimentos da arbitragem, tanto em sua capacitação (quando participou do curso ministrado pela prefeitura), no panorama da organização das ligas de arbitragem e em suas práticas. Neste último quesito ressalta que a violência performada não deixa de ser um jogo para além do jogo da bola. Uma disputa que ocorre na ordem do ilícito, da qual a arbitragem precisa também tomar conhecimento, ou melhor, se assenhorear. Do contrário, a atuação da arbitragem pode ser compreendida como insuficiente.

Luiz Henrique Toledo (2000), ao justificar a inclusão dos árbitros na categoria “profissionais” de sua tríade analítica, enfatiza a possibilidade de interferência no jogo de dentro de campo e apregoa um objetivo próprio na dinâmica presente na arbitragem.

Os juízes também almejam um resultado na forma de um escore estabelecido dentro das regras. Uma partida não terminada – excetuados imprevistos técnicos como falta de iluminação no estádio ou intempéries – sugere um trabalho que passou por alguns percalços e que, portanto, não foi realizado dentro da normatividade imposta pela presença desses atores, condição necessária para que se realize a partida, pois consiste numa das regras (TOLEDO, 2000, p.7).

Tulio Amaral (2014), ao acompanhar o trabalho de árbitros em uma competição amadora na região do Distrito Federal, defende a ideia que a singularidade da prática arbitral em um jogo de futebol reside em um interesse discrepante dos árbitros com relação as equipes em disputa. Tal interesse se sintetizaria na expressão “bola rolando é um problema” (2014, p. 59). Ou seja, quanto mais o jogo fluir, maior o risco de uma reputação de bom condutor cair por terra. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, sem a bola rolar, um árbitro não tem como se notabilizar enquanto alguém bom naquilo que faz e construir uma boa reputação entre os jogadores e ligas. A partir de uma perspectiva interacionista, o autor argumenta que o sucesso e o fracasso são negociados na relação. Seja esta a interpelação em uma jogada, interlocução com os jogadores e a convivência com outros árbitros empresários da arbitragem, ligas, entre outros. O jogo dos que não jogam seria um jogo de reputação. A diferença se produziria a partir daqueles que conseguissem manter uma boa imagem. Assim, se conseguiria a possibilidade de

trabalhar em jogos subsequentes (dentro de uma competição até a fase mais avançada possível e em outras competições).

As contribuições dos autores sugerem que, mais do que um elemento externo ao jogo, o árbitro pertence à dinâmica de confronto do futebol. E que faz parte das atribuições das pessoas que exercem a arbitragem compreender a atividade nessa seara. Os árbitros são vedados do jogo com a bola nos pés. Mas, quando o foco recai sobre a validação de suas interpretações, acabam sendo arrastados para uma forma específica de confronto. Ademais, quando se trata do futebol na várzea, essa compreensão ganha contornos mais específicos. Isso por causa da maior tolerância com a contenda que ocorre dentro de campo. Ela própria está atrelada a valores caros às pessoas que participam dessas competições. Sendo assim, mais do que seu controle em termos institucionais a partir das regras, o controle também performado, expressado pelas noções de “postura”, “personalidade” e seus congêneres passa a ser algo valorizado, na medida em que melhor uma pessoa ou uma equipe de arbitragem se sobressaem perante a situações de briga em potencial. A ideia de “violência performada” mencionada por Myskiw (2012) aqui me parece cara; primeiro porque ela me parece apontar para um espectro de negociação emocional, por assim dizer, entre a apatia e a agressividade. Em segundo lugar ela parece rechaçar um registro de gratuidade que poderia acompanhar esta concepção de disputa beligerante entre homens nos jogos. Por fim, me parece conseguir congrega gestos e expressões que servem de (contra) estratégia para imposição de autoridade. Ou seja, apontam para um saber-fazer que circunscreve a atividade.

A esse respeito me chama a atenção uma dinâmica de expressão e repressão de sentimentos a qual os árbitros de futebol precisam administrar no âmbito do jogo (seja os sentimentos endereçados a eles, por assim dizer, seja os deles próprios). Se no capítulo anterior, Rênio ressaltava a importância de saber não se importar com as hostilidades, gostaria de chamar a atenção para outro aspecto que na minha opinião também compõe esse leque de repertórios dentre os quais um árbitro pode se valer para sobreviver aos confrontos. Quem protagoniza esse cenário é Césio, árbitro auxiliar com o qual trabalhei até as fases finais do campeonato. A cena em questão tratou-se de uma rodada disputada em setembro.

### **3.5 Árbitro também é ser humano**

Mais uma vez fui o primeiro a chegar no campo, o que já não é novidade. No entanto, dessa vez não demorei a ter companhia. Em meio aos meus devaneios, vi Césio chegar. Ele faria uma das bandeiras naquele dia:

CÉSIO: Não chegou mais ninguém?

JOÃO M: Por enquanto não...

O árbitro auxiliar franziu sua testa, deixando mais evidenciado os traços da idade que, em sua pele branca, não chegavam a ser discretos. O comentário que prosseguiu conferiu ainda mais austeridade a sua expressão: “Esse pessoal se atrasa para começar a jogar e depois morre no sol!”.

Acenei em concordância. Mais para manter a conversa fluindo do que um efetivo compartilhamento da indignação de Césio. De todo modo, posso supor que ficar parado debaixo do sol do meio dia não seja apazível. Se eu que fico debaixo da sombra da casamata eventualmente sinto os efeitos do sol na pele, para quem precisava prestar atenção em lances rápidos do jogo, então, não devia ser nada fácil. Mas, o assunto tinha que continuar:

JOÃO M: Desde que você começou a bandeirar as pessoas já se atrasavam?

CÉSIO: É...na real depende do campeonato. *Master* não costuma atrasar muito porque véio acorda cedo. E quase não faz mais noite. Esse é que está demais. 15 para as 9 e só tem nós dois aqui. Tinha que dar um W.O nesses caras para eles aprenderem. Ninguém aqui é palhaço!

JOÃO M: Ah, mas tudo bem... logo todo mundo vai chegar. Enquanto isso vamos, trovando fiado. Há quanto tempo você tá na bandeira?

CÉSIO: Ih...antes de tudo eu jogava bola. Joguei bastante tempo na várzea. Até que lá pelo fim dos anos 80 conheci o Primo. Ele me perguntou se eu não topava apitar, fazer bandeira. Aí aceitei. Na época pagava mais. Cheguei a ficar 10 anos trabalhando só com arbitragem. Depois acabei voltando para o meu trabalho, para conseguir o tempo de me aposentar. Aí fiquei fazendo as duas coisas.

JOÃO M: E você conseguiu se aposentar?

CÉSIO: Aposentei faz três anos.

JOÃO M: Que bom que conseguiu! Daqui para frente vai ser complicado. E com que você trabalhava, fora a arbitragem?

CÉSIO: Na obra. Desde que dei baixa do exército sempre trabalhei lá. Só dei aqueles 10 anos pra ficar na arbitragem, mas o resto sempre foi na obra.

JOÃO M: E você chegou a ser federado? Ou a pensar em apitar no profissional?

CÉSIO: Não. Nunca fiz o curso da federação. Para apitar, fiz o da prefeitura que era de graça. No da federação e no da SAFERGS [Sindicato dos Árbitros] eles te mordem. Aí fui fazendo os da prefeitura. Eles te ensinam as regras, dão uniformes. O último que eu fiz foi em 2005. Tinha até de ver para fazer de novo. Me atualizar.

JOAO M: E dentro da sua experiência, o que você acha que um juiz tem que ter para se dar bem na profissão? Para ter sucesso?

CÉSIO: Ah! Tem que gostar, né? Curtir o que faz, até porque não é fácil o cara ficar lá se concentrando enquanto os outros estão te xingando. Não dá para se deixar levar. Se bem que, as vezes, eu até respondo para os caras, para eles verem que eu não aceitei. Tudo com muita consciência, claro! Mas é isso. Boleiro acha que só eles têm motivo para reclamar dos outros. Torcedor acha que tudo é bagunça, mas árbitro é ser humano também...

No meio da explanação de Césio, fomos interrompidos pela chegada de Diego. Ele nos cumprimentou e conduziu o assunto para os preparativos para o jogo. Logo em seguida, Frâncio e Ródio, os outros membros da equipe de arbitragem daquele dia também chegaram já perguntando sobre a rodada. Quais times jogariam naquele dia. Para minha frustração não consegui retomar a minha conversa com Césio naquele momento. A “resenha” que tomou conta da roda de conversa entre os árbitros foi o infortúnio de Bário, um outro árbitro que no dia anterior havia apitado um jogo de uma liga promovida por uma associação dos moradores, em um bairro localizado na zona norte de Porto Alegre e que havia contratado a liga de árbitros do Primo. Pelo que comentaram a jornada de Bário foi infeliz, não pela ocorrência de um erro capital no jogo, o que geralmente insufla os ânimos dos participantes e torna a condução da partida difícil de controlar. Mas por uma questão da propalada (falta de) postura:

FRÂNCIO: Mas também, o Bário apita todo mole! Com a mãozinha na cintura, cheio de gíria pra cima dos caras. Pai isso! Pai aquilo! Aí óbvio que não vai durar. Antes do jogo terminar os donos lá já colaram no Primo e passaram o recado: "Ó, esse cara que tu trouxe pra apitar aqui, conosco, não volta mais"

RÓDIO: Ah, mas aquela liga lá é f... os caras, por qualquer coisa, te pressionam, querem reclamar. Eu nem gosto de fazer bandeira lá.

FRÂNCIO: Mas, aí que tá! Os caras já são chatos. E tu ainda vai para lá como se fosse jogar uma pelada na Tuca. Vai tomar choque!

Com relação aos jogos daquela rodada, tudo transcorria dentro da normalidade de um jogo na várzea: muita disputa, reclamações e alguma rispidez em determinados lances que

estavam sendo prontamente observados pela arbitragem. Foi então que, após um lance de impedimento discutível não marcado por Césio, um torcedor resolveu, na expressão coloquial, marcá-lo. Manifestando todas as suas hostilidades especificamente para ele. Desde comentários irônicos sobre o braço do bandeira estar “engessado”, ou seja, não ser levantado para indicar lances de impedimento, até xingamentos usuais entre torcedores (“filho da puta”, “enfia essa bandeira no cu”). A veemência com a qual os impropérios eram proferidos acabaram redundando em um clima jocoso entre os jogadores do banco de reservas que ficava atrás da linha lateral na qual Césio estava trabalhando. Desta forma, alguns jogadores e o treinador da equipe em questão começaram a reverberar os comentários. Um, em específico, engendrou reações mais histriônicas. A careca do bandeira. O torcedor debochado exclamou que, debaixo do sol daquele dia, sem fazer nada no jogo, a cabeça do bandeira iria rachar. Nisso, Césio olhou para trás para entender quem proferia aqueles gritos. Ato contínuo, o treinador da equipe cujo banco de reservas se encontrava próximo o interpelou: "Tá assustado, bandeira? Se não aguenta, pede para sair." Ao que Césio respondeu refutando sentir medo e xingando o treinador (o mandou tomar “naquele lugar”). A situação gerou a paralisação do jogo. Com os jogadores reclamando com o árbitro Frâncio de que o árbitro auxiliar não podia xingar um membro da comissão técnica e Césio reclamando que foi hostilizado pelas pessoas que estavam no banco de reservas. Alguns jogadores inclusive me pressionaram para colocar em súmula os xingamentos proferidos por Césio. Consegui me safar de ser incluído na confusão, argumentando que precisava acompanhar o desenrolar dos fatos até as últimas consequências para depois elaborar um relato. E que caso os jogadores quisessem fazer uma reclamação formal, constava no regulamento da competição as instruções para se fazer um protesto. De todo modo, após muita reclamação e a mediação de Diego para que os ânimos se acalmassem, Frâncio optou por expulsar o técnico da partida. Após efetuar a expulsão, puxou Césio para junto da casamata da arbitragem e o advertiu:

FRÂNCIO: O Césio, tu é nego véio. Não pode cair na pressão dos caras. Olha a confusão que a gente se meteu

CÉSIO: Ah para! Os caras ficam me tirando pra palhaço. Palhaço é ele!

FRÂNCIO: Não entra nessa. Os dois times tão jogando bola. Isso aí foi coisa de torcedor, não dá bola pra torcida. E outra, se falaram ou gritaram alguma coisa, nós não podemos responder com tom alto. Deixa que eles falem com tom alto. Nós não podemos falar e agredir eles verbalmente. Eles podem nos agredir verbalmente, nós não. Nessa agora fui por ti, mas vê se não me arranja mais confusão.

O jogo foi retomado. Não sem tensão. Pois, naquele momento o treinador que fora expulso deu a volta na cerca que delimita o campo de jogo para se juntar com o torcedor debochado. Os dois acompanhados por mais algumas pessoas passaram a criticar cada passo de Césio junto à linha lateral. Dessa vez com ameaças: “Quero ver ir pra casa hoje, hein bandeira!” e “Na saída vamos lustrar essa tua careca!” foram algumas das frases proferidas. Não demorou muito e Césio novamente explodiu: "A é? Querem me pegar? Eu que vou pegar vocês na saída! Seus merdas! Querem me bater, mas olha tu aí com essa pança enorme, cheia de merda! [se dirigindo ao treinador expulso] não consegue nem correr com essa barriga cheia de merda. Ainda mais brigar!"

Chocados com a manifestação do árbitro assistente, os jogadores mais uma vez paralisaram o jogo e exigiram do árbitro central que alguma medida fosse tomada. Frâncio já incomodado com a situação trocou os árbitros assistentes de posição, deixando Césio longe da torcida que o hostilizava. A medida não foi bem aceita entre os jogadores do time reclamante pois, na expectativa deles Césio precisava ser expulso (quem tem o poder de expulsar o árbitro assistente?). O jogo mais uma vez foi retomado e parecia que desta vez não seria mais interrompido até seu final regulamentar. Entretanto, um pouco antes do encerramento do primeiro tempo, um torcedor invadiu o campo correndo em direção a Césio, que já antecipando do que se trataria, correu em direção ao torcedor. Um ou dois socos chegaram a ser trocados antes que Frâncio pudesse se colocar entre os dois e alguns jogadores pudessem segurar os brigões para separá-los.

No segundo tempo, o jogo transcorreu sem alterações até o seu final. Fiquei sabendo depois, pelos servidores da prefeitura, que o invasor do campo era na verdade o filho do treinador, que havia tomado as dores das ofensas proferidas ao pai e decidiu vingá-lo, se é que o termo é correto para a ocasião. Pela confusão na qual se envolveu, eu imaginei que não veria mais Césio naquela competição. Me surpreendi, não só de termos trabalhado juntos nas rodadas seguintes, como de ele ter bandeirado na final da categoria. Ao longo desse período ele ficou notabilizado entre os trabalhadores da prefeitura e outras pessoas que acompanhavam o Municipal como sendo uma “bomba-relógio”, já que seu pavio curto rendeu outras confusões similares. Todos se perguntavam o porquê dentre tantos árbitros, Primo insistia em escalá-lo. Açodado também pela dúvida, mas com receio de tratar do assunto diretamente com Primo (afinal estaria falando mal de um colega), decidi especular junto aos outros árbitros, qual era a opinião deles a esse respeito. O próprio Frâncio semanas depois me explicou o seu ponto de

vista: "Um dia ele ainda vai se dar mal por ser louco daquele jeito. Mas, ele não tem medo né? Isso tem que admitir. Acertar e errar acontece com todos. Reclamar e te pressionar sempre vão. Pra durar aqui então, às vezes tem que ser duro com os caras. Não tem jeito. Nisso ele tá certo, só que exagera."

**Figura 4** – Confusão em torno ao árbitro



**Fonte:** registro feito em campo.

### **3.6 O trabalho é dureza**

A reflexão de Frâncio, somada com as atuações de Nióbio e também a ação intempestiva de Césio me remetem aos sentidos que o trabalho da arbitragem pode admitir na administração dos sentimentos e, por consequência, na valorização da própria atuação. Pelo que pude compreender, ao menos na várzea, o árbitro precisa saber não se importar; ou seja, saber lidar com a hostilidade advinda de outros (jogadores, torcida, comissão técnica), das partes que efetivamente estão engajadas em uma disputa. O que em princípio poderia indicar uma prescrição de moderação e autocontrole, nos exemplos trazidos pelos árbitros desse segmento,



ganha uma dimensão mais ativa. Ser duro e não ser mole, como contrastou Frâncio em algumas vezes, circunscreve a atitude intangível que é enaltecida e narrada como “personalidade” ou “postura” nas suas mais diversas ocasiões. Diante de um ambiente considerado hostil, comparável em metáfora com a "guerra", a estratégia para sobreviver (vencer?) é empenhar seus atributos (físicos, psicológicos e materiais) de forma a suportar toda a agressividade endereçada. Mas suportar nesse caso, não tem a ver especificamente com passividade. Mas sim com se tornar também alguém que se opõe às pressões. Alguém que se mantém firme da maneira que for possível. Apto para quando a pressão vier, não ser o árbitro a sair maculado. E a mácula aqui pode adquirir concepções um tanto quanto físicas (apanhar), quanto de reputação; ser visto como alguém displicente, que não dá conta do recado, não solicitado para atuar, como foi o caso de Bário. Assim, a força do corpo, a gravidade no tom de voz, a rispidez dos gestos, a austeridade no olhar, o domínio do espaço. Tudo adquire tom operístico e é empregado com propósito. E mesmo ações consideradas incoerentes como as de Césio preservam esta concepção de impavidez que os árbitros da Liga Municipal parecem exaltar entre eles próprios. Esta lógica na qual dureza aparece como uma imagem significativa para árbitros parece ser comparável, respeitando as devidas abrangências, ao que foi descrito sobre o dom futebolístico entre os jogadores:

O dom futebolístico está na origem de todos os investimentos, uma vez aperfeiçoado e reconhecido pelo público, entra em circulação, suscitando uma cadeia de trocas que, por seu turno, implicam na sua reconversão incessante em forma de dinheiro e afeto, interesses individuais e coletivos, fidelidade e traição, idolatria e escárnio, enfim, toda uma miscelânea de eventos e símbolos. (DAMO, 2005, p.113).

Ainda que o excerto se trate da formação dos jogadores de futebol em âmbito profissional, algo muito diferente da atuação de árbitros no contexto de uma competição de várzea, algumas aproximações podem ser consideradas. Em ambos os casos, há o reconhecimento de um comportamento cujo alcance não é concretizável para além da própria expressão da atividade em questão. O talento para jogar futebol e a postura para a arbitragem do jogo de futebol. É a partir desse reconhecimento que, no caso dos jogadores, o talento pode continuar a ser moldado, de modo que esta habilidade tomada enquanto valor se converta nas potencialidades que a carreira de jogador de futebol pode aportar em termos de prestígio e econômicos, por exemplo. Aptidões comensuradas circunscrevem uma ocupação cuja valência é revertida em moeda. Em termos de um caminho de reconversões e comensurações, a situação da arbitragem na várzea parece se coadunar. Muda neste panorama a contingência do ponto de

partida. Ele passa a se dar a partir de uma outra referência: uma postura firme. A resistência material dos árbitros circunscreve um caminho da dureza ao valor. Do metal à moeda, poderia se extrapolar.

Os dois casos apontam para uma espécie de singularidade que não se configura enquanto coisa. E é possível argumentar também, como foi no caso do dom futebolístico, que essas expressões não apontem para uma substância em si e sim para as configurações contingentes a estabilizá-las (DAMO, 2005). Mas, por que fenômenos que podem ser lidos como convergentes se valem de imagens e significantes distintos para serem acionados? Porque por um lado, o que é evidenciado é a postura e, por outro, o talento? Ao estabelecer essa comparação, não pude deixar de me questionar sobre os motivos de os árbitros da Liga Municipal não enaltecem as próprias aptidões em termos de talento, sendo que, me parece razoável supor, que algumas pessoas, como no exemplo de Nióbio, podem exercer o seu ofício de uma forma compreendida como mais vocacionada que outras. Ao que tais diferenças podem remeter, quando consideramos os contextos nas quais elas se dão?

Como estou me debruçando aqui sobre termos instáveis em princípio, ou atitudes intangíveis, peço licença para adicionar mais uma alegoria conceitual à reflexão. Esta, advinda da literatura. E se o faço, não é meramente por uma escolha estilística. A forma pela qual acabei dimensionando esses questionamentos passou por essa aproximação que fiz entre os relatos que registrei sobre a arbitragem e as reverberações assimiladas a partir da ficção. Tal possibilidade me pareceu profícua nesse caso como possibilidade de interpretação que não circunscrevesse ao domínio da mera representação a correspondência possível. Tratou-se da reflexão sobre a “felicidade das máquinas” apregoada pelo escritor luso-angolano Valter Hugo Mãe, no livro intitulado *O Apocalipse dos Trabalhadores* (2017). Nele, o autor traz a história de *Andriy*, um jovem que imigra da Ucrânia para Portugal com a intenção de encontrar trabalho e auxiliar financeiramente a família que deixou para trás (um pai adoentado e a mãe). Já em Portugal, o personagem passa por uma série de experiências de labor sem garantias de proteção social (desde a construção civil até bicos de garçom em uma pizzaria). Rotina esta que o fustiga. Fragilizado pela saudade de casa e pelos desencontros linguísticos que atrapalham sua possibilidade de romance com Quitéria, uma empregada que conhecera e com quem havia tentado se relacionar, decide abdicar dos sentimentos para perseverar no novo país.

O Andriy entrou em casa e prostrou-se na cama. Ficou de botas no ar, o corpo grande demais para ocupar o tão exíguo espaço da sala. Dividia um pequeno apartamento de apenas dois quartos, com outros cinco homens, e a ele tocara-lhe dormir na sala, ao lado do Mikhalkov, o russo que lhe falava das portuguesas como porcas. O Andriy não estava com vontade de ouvir nada.

Ficava masculino, calado de chumbo a querer empedernir para secar todos os sentimentos. Se pudesse, esquecia-se de ser emotivo, gostava de acreditar que a vida podia existir apenas como para uma máquina de trabalho perfeita, incumbida de uma tarefa muito definida, com erro reduzido e já previsto, e com isso atender ao mais certo objetivo, enviar algum dinheiro para a família na Ucrânia, e nem pensar muito nisso e nunca dramatizar a questão. Depositar o dinheiro, saber que seria levantado lá tão longe, e mais nada, pensar no ato como um ofício a mais. Um item nos seus afazeres. Retirar daí a felicidade das máquinas, uma espécie de contínuo funcionamento sem grandes avarias ou interrupções. A felicidade das máquinas, para não sentir senão através do alcance constante de cada meta, sempre tão definida e cumprida quanto seria de esperar de si. As botas suspendiam-se e ele começara a balançá-las muito lentamente, como a criar um embalo, e talvez pudesse chorar. O Mikhalkov estaria em casa em muito pouco tempo, assim como os outros, e ficar para ali a chorar seria deitar por terra a regra mais básica da sobrevivência e progressiva metamorfose para máquina. O que diriam os outros se o encontrassem ferido de saudade ou tão injusta condição. Era melhor que empedernisse verdadeiramente, muito masculino, um corpo bruto, por mais belo e claro que parecesse, preparado para abrir caminho na ferocidade de um país alheio. (MÃE,2017, p.57-58)

Parece-me destacável e relacionável ao campo esta reflexão empreendida a partir do personagem Andriy, na qual se expressou que o êxito no trabalho a ser realizado passa pela expurgação das emoções que o deprimem e o atrapalham em suas relações. Essa expurgação só é possível a partir de ações que tornam o corpo (masculino) rijo, ou melhor, embrutecido. Empedernir, secar e esquecer são os verbos usados relacionados ao corpo e aos sentimentos. As condições de trabalho enquanto imigrante engendram que o cumprimento estrito do objetivo circunscreva o propósito não só de sua atividade, mas de sua pessoa – a ponto de querer transformar a própria subjetividade em uma máquina, solução encontrada para sobreviver em meio a “ferocidade” de um novo país. Acredito que a correlação apresentada entre o corpo, as emoções e o êxito do trabalho refletidos no livro podem ser justaposta às experiências que testemunhei entre os árbitros. E nesse sentido, empedernir, secar e embrutecer para realizar o objetivo a que se propõe está no registro da dureza, do sentimento incorporado que torna a arbitragem no Municipal reconhecível. De forma mais abrangente, o que me parece haver de anterior e em comum entre essas duas narrativas aqui aproximadas é o trabalho. Ou ao menos, o estilo de trabalho nos quais tais termos se afirmam.

No Brasil, os estudos sobre futebol na perspectiva das Ciências Sociais também estiveram próximos em seu princípio ao mundo do trabalho, principalmente daquele exercido entre os grupos periféricos urbanos (GUEDES, 1982; 1997). No caso dos árbitros que encontrei e com quem trabalhei esse panorama se repete: grande parte dos meus interlocutores advém de camadas populares, a exemplo de Césio descrito acima. O que me parece confluyente a uma visão proposta e descrita por Guedes (1997) acerca da categoria “Homem/Trabalhador”:

As investigações realizadas com trabalhadores urbanos, assim como o constructo mais geral de uma ética do trabalho a que me referi anteriormente como importante em termos da construção de uma classe trabalhadora no Brasil, permitem situar a ideia de força como um operador central que liga as concepções de homem e trabalhador. A valorização do trabalho “manual” (em oposição a trabalhos que não envolvam atividade física visível), o orgulho da capacidade de trabalho pesado, trabalho duro, expressam um lado desse modo de positivar a maneira como se inserem globalmente na sociedade. (GUEDES, 1997, p.140).

É interessante ressaltar que enquanto nas investigações pioneiras estavam indicadas as influências de uma visão fabril, a experiência que tive na Liga Municipal sugere que, ao menos para os árbitros, o modelo de negócio no qual se inseriram desde os anos 1980 já começava a se distanciar desse influxo, tendo em vista que a atividade laboral de árbitros nesse contexto era organizada a partir de outras premissas. Características estas que encontram eco na cena elaborada por Hugo Mãe. A história da Andriy, embora fictícia, remonta a um panorama real e contemporâneo no mundo do trabalho. De um contingente de trabalhadores e trabalhadoras que, em especial quando em situação de imigração, se veem fora do amparo legal das regulações trabalhistas estatais e sem redes de proteção. Com isso, acabam se vinculando a atividades nas quais os modelos de negócio preconizam relações livres e sem mediações entre as partes envolvidas nas relações (contratos) de trabalho. Acredito que a arbitragem nas competições de várzea que pude acompanhar possa denotar um momento no qual o trabalho protegido e o trabalho livre conviveram com proximidade, se encontraram a partir do momento em que cada pessoa acionava a uma ou a outra forma para desempenhar suas atividades e com isso tocar o seu cotidiano. A mudança da hegemonia de um modelo para o outro pode não ter se dado em um processo unidirecional em termos de flexibilização das relações trabalhistas por um lado, ou fragmentação das mesmas por outro. Ou melhor dizendo, ainda que em termos macroestruturais, o sentido do fenômeno possa ser lido dessa forma, no dia a dia, os vestígios dos encontros entre um modelo e outro parecem ainda operar.

Veja a situação dos árbitros: exaltam a própria força de vontade, descrevendo suas aptidões em termos de dureza, tal qual registrado como algo positivo dentre uma ética de trabalho dos grupos populares. Entretanto, em alguns casos, não se furtaram de experimentar outras formas de trabalho na qual a relação com a empresa (liga de arbitragem) não se dá no mesmo registro, tendo em vista que contam mais com os próprios esforços para comprar equipamentos e vestuário, se atualizar nas regras do jogo, dispor de meios para deslocamento para as partidas, enfim, se responsabilizar pela própria assiduidade e constância enquanto trabalhador. Nesse sentido, a dureza enquanto imagem da atitude ideal vai ao encontro de seus

propósitos, pois é uma forma de expressar estabilidade em um contexto que pode ser bastante dinâmico, dentro dos jogos, campeonatos e também fora deles. A título de exemplo, alguns colegas relataram se sentirem desamparados na hora de fazerem observar a ordem do jogo ou estabelecer a sua inteligibilidade em momentos em que até o que há de mais estrutural no futebol aparenta estar tensionado. Esses encontros e desencontros com a ordem serão o tema de reflexão na próxima parte do trabalho.

Do que aprendi com os árbitros, a boa arbitragem não existe enquanto uma essência, é contextualmente configurada. No caso dos árbitros do Municipal, esta configuração circunscreve avaliações que remetem a compreensões presentes entre uma geração de trabalhadores que participam da competição. Suponho também que estes entendimentos estejam atrelados às experiências presentes entre grupos populares urbanos. Especialmente, aquele que engendra que as resoluções das dificuldades necessitam de esforço e resiliência, principalmente quando se trata de uma necessidade de observação da ordem dentro de uma dinâmica caótica. Assim sendo, as falas que remetam à austeridade do comportamento e metáforas que associem a vontade enquanto uma atitude de firmeza (imagens de dureza) são valorizadas. Em um contexto no qual as emoções hostis orbitam fortemente ao redor dos árbitros, se destaca no trabalho aquele que impõe a ordem seja ignorando os agressores, seja os enfrentando simbolicamente – ou fisicamente, se for o caso - no mesmo estilo.

Para concluir, gostaria de voltar à ideia de performance, ou “violência performada” como foi apresentada anteriormente, pois esta parece cara ao exercício da arbitragem na várzea. Existe uma percepção entre os árbitros de como eles devem se portar para exercer a sua função. Esta começa ainda fora de campo, no que diz respeito a um comportamento menos descontraído, na comparação com aquilo que é possível de se observar entre os jogadores. Talvez até por isso uma certa distância física antes do início das partidas seja preconizada por alguns (não se misturar com os jogadores). Entretanto, não cabe a este distanciamento permanecer invisível. Ele precisa ser exibido. Neste aspecto, os materiais de trabalho (uniforme, apito, bandeiras) ajudam a constituir o árbitro e também a exibir a sua diferença no contexto do jogo. Primo, inclusive, dá muita importância à apresentação pessoal. Argumenta que um árbitro alinhado impõe respeito aos jogadores ainda no aquecimento. É possível que corrobore com esse ponto de vista o fato de que, ao menos em seu sentido público, o exercício da arbitragem prescindia das palavras. Ou seja, a eles não é necessário desenvolver uma longa argumentação que vá embasar as suas ações. O que aumenta a importância do aspecto visual para comunicar

o que se é e também o que se faz em campo – uma aparência alinhada, austera, discreta, sóbria... seria percebida como prenúncio de uma atuação com os mesmos predicados.

John S. Russel (2004), um filósofo norte-americano que se dedicou a estudar a arbitragem esportiva, chama a atenção para o fato de que as próprias marcações ao longo do jogo possuem também o que denominou de “caráter performativo”, já que elas trazem à tona algo que anteriormente não existia. Um exemplo disso é que jogador não comete falta até que um árbitro sinalize a falta. Ainda que a disputa corporal em um lance seja interpretado como faltoso por todas as pessoas presentes, a falta só existirá se o árbitro disser que assim foi. E é justamente esse elemento que assegura o influxo de um árbitro sobre o jogo e quiçá, também, a sua autoridade. Trazer situações para existência, através das palavras, ou como aqui no caso, dos atos, é o que, desde John Austin (a quem Russel se refere ao falar de performance), é chamado de declarações elocutórias.

Entretanto, o caráter performático não é tudo que um árbitro precisa dispor. Russel (2004) argumenta que as marcações podem estar corretas ou equivocadas, pois dependem do quão bem elas refletem os lances como realmente ocorreram. É neste sentido que a forma pela qual um árbitro sustenta as definições que dá ao jogo passa a ganhar importância. Ainda na seara da performance, antropólogos que se dedicam a pesquisar sobre o papel da linguagem na vida social (Bauman, 2014; Langdon, 2007), asseveram que, além da sua função ou de seu conteúdo, o modo de empregar a linguagem dá conta de certas criatividade e habilidades que são conscientemente suscitadas em uma determinada interação por parte dos interlocutores. Essas considerações, creio eu, podem ser reportadas para a experiência dos árbitros no Municipal e concorrer para a ratificação da ideia de dureza que perpassa a reflexão que os árbitros empreendem. Em um primeiro movimento se trata de assumir para si de modo a exibir uma atitude de confronto em face a um ambiente de jogo hostil. Ou seja, trata-se para um árbitro na várzea de tentar correr próximo ao lance, estufar o peito nas marcações, franzir o cenho ante as reclamações, fazer calar os exaltados, gritar mais alto, se for o caso e, no limite, até brigar. Valer-se do corpo para demonstrar em primeiro lugar que o estado de um árbitro é inabalável. E que só o que é próximo a esse padrão será aceito. Lembro aqui a repercussão da atuação de Bário, considerada “mole” entre seus colegas. Nas oportunidades em que atuei com ele, pude entender um pouco melhor como se criou essa impressão. O estilo de Bário para apitar jogos se ancora em uma abordagem de menor distanciamento entre a figura do árbitro e a do jogador. Ele tenta resolver as disputas que os lances engendram usando o que no cotidiano do futebol se chama de “linguagem do boleiro”, ou seja, utilizar gírias e expressões comuns aos jogadores

de futebol. O interessante no caso dele é que a adoção de tal estilo incidia na forma com a qual conduzia uma partida na condição de árbitro principal. Influenciava os gestos que utilizava, as condutas diante dos jogadores e até mesmo a forma de correr dentro de campo (algo mais troteado, “no atalho”). Algo correlato ao que o psicólogo Richard Majors e a socióloga Janet Bilson (1992) denominaram como *cool pose*<sup>19</sup>, ao escrever sobre a atitude performada por homens negros nos Estados Unidos. Se por um lado, os jogadores conseguiam se identificar com Bário, eventualmente, também gerava estranhamento por não ir ao encontro da arbitragem dura que se exalta na várzea.

Outro movimento que ocorre é que a incorporação e a exibição desses preceitos de dureza parece congrega na figura do árbitro, em seus corpos toda a estabilidade, e de certa maneira segurança que o exercício da atividade, ao se considerar os aspectos extra-campo, parecem não fornecer em termos das relações de trabalho e também do da certeza de se encontrar novos jogos para se arbitrar. Assim, aparentemente, cabe aos homens do apito neste circuito aprenderem a carregar em si toda a estabilidade necessária que os fará continuar em atividade e lembrados para apitar em uma futura rodada.

Não me parece fortuito também que, ao se considerar e se classificar os estilos de arbitragem, as dicotomias apresentadas (duro x mole) carreguem uma conotação sexual sugestiva. Cabendo ao duro o papel daquilo que se impõe (uma concepção de masculinidade hegemônica) e ao mole aquilo que é maleável, manipulável (uma concepção de masculinidade subalterna que no limite coincide com impotência).

Apesar da importância do caráter performático enquanto uma ação habilidosa e criativa no contexto da várzea, de pouco adianta para o sucesso de um árbitro no circuito lançar mão de uma atitude ríspida em um lance clamorosamente equivocado. É o que tentarei explorar na próxima parte.

---

<sup>19</sup>*Cool pose* diz respeito a um conjunto de gírias, maneirismos, gestos e movimentos que “expressam ritualmente”, a masculinidade performada nas comunidades afro-americanas nos Estados Unidos (MAJORS; BILSON, 1992, p.4). De acordo com os autores, ao mesmo tempo em que esta autoexpressão aufere um senso de dignidade às pessoas que a emulam, ela pode ser lida como uma postura de confronto por parte de quem não a compartilha. Tal reflexão me remete ao exemplo de Bário porque a forma que ele tinha de conduzir o jogo estava atravessada por posturas e expressões coloquiais. Algo que ia de encontro com a postura exigida e esperada como correta dos árbitros. Uma postura impávida.

#### 4 COM A CINTURA TAMBÉM SE JOGA

Não é apenas dentro das quatro linhas que um árbitro precisa demonstrar habilidades. Por sua conformação enquanto esporte moderno, o futebol preconiza a essa figura uma certa relação com a oficialidade do jogo. Ou seja, cabe a ele agir em nome de organizações que se articulam para conceber e executar o evento esportivo por meio de suas codificações. Embora no âmbito profissional essa relação entre a entidade competente e seus representantes esteja mais bem delimitada, ou compreendida em um mesmo registro (os árbitros estão inseridos na alçada da Federação Gaúcha de Futebol, por exemplo), a partir do Municipal de Várzea, o que pude compreender é que existe uma certa independência entre instâncias naquele contexto, o que suscita uma série de encontros e desencontros entre essas duas alçadas (a das entidades e a dos representantes). E também faz com que um circuito se justifique.

A observação estrita das codificações nesses casos pode se tornar menos relevante do que na comparação com sua versão hegemônica, chamando a atenção, assim, para outros elementos. Uma ligação entre a ação de um árbitro e uma certa institucionalidade que circunscreve o contexto do jogo. Assim, para manter a bola rolando, levar o jogo com normalidade, é necessário despender capacidades para além daquelas debatidas no capítulo anterior, já que o limiar entre a estrutura do futebol (seus códigos e convenções) e as contingências do que o delimitam podem a qualquer momento se confundir. E nisso também incide a arbitragem.

Diante desta relação, não são somente as valências no tocante ao aspecto disciplinar que fazem com que um árbitro de futebol persevere. É preciso também saber atuar com conhecimento de causa. Primo mesmo, por mais que enfatize a postura ou presença como algo primordial, costuma fazer a ressalva de que existem ocasiões em que um árbitro, mesmo na várzea, precisa abordar o jogo de um modo perito também. Ou seja, é preciso saber diferenciar quando se precisa ser "firme no apito", como gosta de dizer, e quando se precisa ser técnico. Ainda que uma arbitragem de futebol "dura" modere os ímpetos de jogadores e/ou torcedores, é o conhecimento sobre o momento de intervir ou não no jogo, a correta interpretação dos lances, sua correta sinalização e a relação destas execuções com as regras (ou com as consequências previstas a partir delas) que auferem a fluência que o jogo de futebol necessita. É sobre esta fluência, sobre como a arbitragem na várzea torna um jogo de futebol oficial<sup>20</sup> que

---

<sup>20</sup> Tornar oficial aqui se refere tanto a uma concepção "absorvente" (GEERTZ,1989) da disputa que a presença de um árbitro propicia – ou seja, o que está é para os participantes é mais importante do que uma análise exterior desprende - quanto no aspecto daquilo que o árbitro faz enquanto um agente responsável pelo evento.



tentarei me debruçar neste capítulo. Creio que seja este andamento que baliza a arbitragem e auxilie a constituir a concepção que temos sobre o jogo. Para tal, empreenderei uma exploração sobre o exercício da arbitragem de futebol em uma abordagem que possa, na medida do possível, apreender a sua técnica: quais movimentos e gestos prescritos, quais as estratégias de tomadas de decisão são lançadas, bem como quais tensões se constituem a partir da atividade em meio às ações do jogo. Ancoro-me nas orientações explicitadas no livro de regras do jogo de futebol em sua última edição (CBF, 2020), no intuito de colocá-las em diálogo com alguns registros de campo que fiz ao longo dos jogos em que atuei e também com interpretações antropológicas acerca sobre técnica (SAUTCHUK, 2015) da concepção de jogar (HAMAYON, 2016) enquanto um modo de interação no qual um árbitro de futebol possui um papel-chave.

#### **4.1 “Pegar a manha da arbitragem”**

Ao longo da competição, à medida que fui ficando mais à vontade com as minhas atribuições como mesário, comecei a ser incentivado por alguns árbitros com quem adquirir maior convivência a “colocar o pé no campo”. Ou seja, tentar atuar como árbitro auxiliar. Essa ideia, confesso, me pareceu inusitada, pois em momento algum me senti apto a exercer tal função, principalmente por não ter preparação e habilitação alguma para tal. E também por não entender que deveria mudar o que havia previamente combinado, tanto com Primo, quanto com o pessoal da prefeitura. "Imagina prejudicar um jogo? Reclamarem por terem colocado alguém que nunca bandeirou?", pensei com uma certa preocupação. Concluí na ocasião que certas etapas não poderiam se configurar de forma precipitada, o que seria justamente o caso se eu aceitasse “fazer uma bandeira.” Ao defender essa argumentação diante dos meus interlocutores, eu costumava receber como resposta os seguintes questionamentos: "Mas tu acompanha o futebol? Conhece a regra do impedimento? Se sim, então pode atuar. É no campo que tu *pega a manha* da coisa". Apesar de ter me mantido irredutível quanto ao incentivo, não pude deixar de reparar essa diferença entre alguns colegas e eu: enquanto por meu lado me pareceu complicado (basicamente inviável) atuar em uma atividade para a qual não me qualifiquei formalmente, para alguns árbitros, a qualificação no sentido que eu a tomava (aulas, provas, etc) é só um detalhe, uma etapa de uma esfera determinada. O que interessa é atuar. E, de fato, ao me falarem sobre os primeiros passos deles, as situações aconteceram mais por uma questão de vontade/oportunidade do que efetivamente por uma preparação sistemática. A qualificação foi aperfeiçoada em concomitância. Seja a partir de cursos (sobretudo nos casos em que se

precisa de uma comprovação de que se é árbitro, o que na várzea em Porto Alegre, foi sendo mais requisitado com o passar do tempo), seja a partir da orientação de pessoas mais experientes, papel esse que Primo parece gostar de exercer. Ele costuma falar a respeito dos árbitros que atuaram na várzea sob a supervisão dele e que atualmente estão no quadro da Federação Gaúcha de Futebol (FGF). Não deixa de transparecer um certo orgulho por ver as pessoas que auxiliou chegando nesse patamar. Dentre o grupo de árbitros mais jovens que vi atuar no Municipal, Rênio é um caso destes que está sendo preparado por Primo. Os jogos nos quais o árbitro atua (seja na bandeira, seja no apito) costumam ser previamente avaliados pelo coordenador da liga de árbitros para adequá-lo às dificuldades que o futebol neste contexto apresenta. Algumas vezes, Rênio me falou sobre dicas de posicionamento e até mesmo de preparação física que ouviu dos mais experientes. Por ter pretensões de atuar em jogos profissionais (havia recém-concluído o curso de arbitragem de Federação), a cobrança com ele era maior. Para aqueles que não tinham uma orientação tão próxima com alguém mais experiente, os acertos e erros nos jogos somados com a repercussão da equipe de arbitragem da rodada acabavam balizando a aprendizagem. Conversar sobre lances vivenciados em campo é uma situação comum do pós-jogo e um modo gregário de se aperfeiçoar, já que ninguém assume explicitamente uma posição professoral com relação ao contexto que é tema de discussão. Avalia-se a situação com o foco no lance, ou seja, não está em julgamento a pessoa em si e seus equívocos. Os elementos mais elencados nessas conversas costumavam girar em torno da posição em que um árbitro estava para fazer determinada marcação e sobre qual evento as justificaria. Uma camisa esgaçada, alguma marca no corpo, o sentido que a bola tomou, entre outros. A configuração desse tipo de lance gerava as provas ao redor das quais se debatia a concordância ou a pertinência de determinada intervenção.

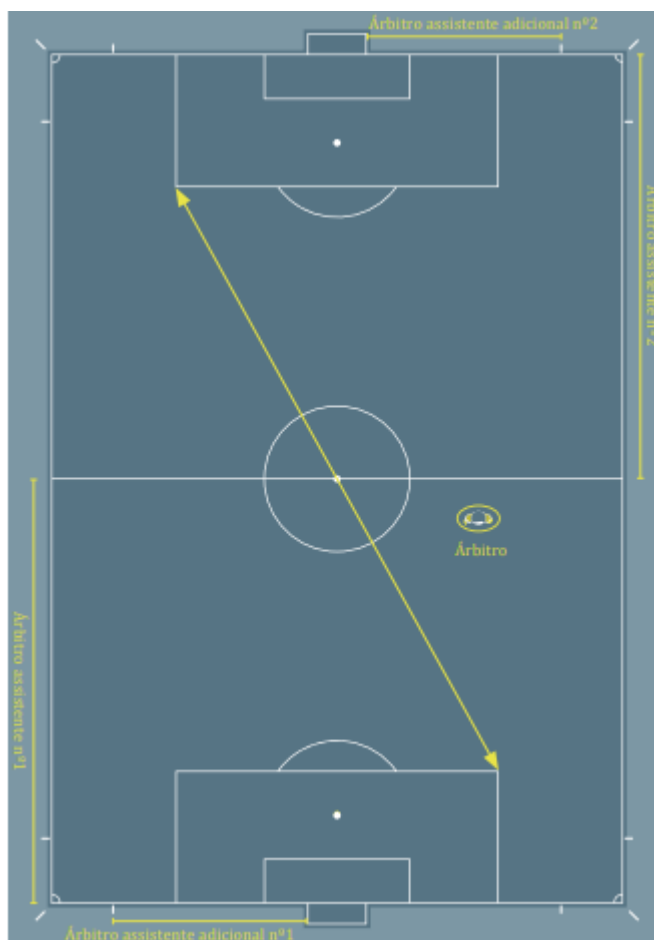
No que diz respeito à movimentação dos árbitros, ela parece estar relacionada com o ritmo engendrado pelos jogadores dentro de campo. Trata-se, assim, de uma mobilidade em repercussão ao que as equipes propuserem em termos de fluxo e estratégia de jogo. O objetivo aparente dos árbitros é assumir a melhor posição possível para a visualização dos lances – o que supostamente auxiliará na tomada de decisão mais eficaz. O condicionamento físico adequado, no caso, garante a segurança de poder cumprir com esse objetivo de modo a não se ficar cansado em decorrência do ritmo empreendido. Enquanto no âmbito do futebol praticado profissionalmente elementos como velocidade (mínima, média, máxima), distância total percorrida, ou intensidade de deslocamento são bastante quantificados e analisados, em função de um jogo de futebol cada vez mais intenso, na várzea, o ritmo de jogo nem sempre exige uma

preparação do árbitro tão minuciosa. Aliás, nas ocasiões em que pude observar, é possível dizer que, por causa das disputas em categorias de idade mais avançada, o ritmo de jogo parecia errático, com um primeiro tempo bem mais movimentado do que a etapa final. Também pôde corroborar para essa impressão que tive, para além da condição física dos jogadores, o horário no qual o jogo era disputado (pelas manhãs costumava-se correr mais), o clima (dias muito quentes ou muito chuvosos diminuía a velocidade do jogo), o número de substituições permitidas em regulamento (não havia limite, o que interrompia o fluxo da partida principalmente no segundo tempo<sup>21</sup>) e a fase na qual se encontrava a competição. Tudo isso incidia sobre a intensidade empregada pelas equipes.

Com relação aos deslocamentos preconizados para os árbitros de futebol, a ideia-força de um traçado em linha parece vigorar. Ao menos é o que consta nas informações da última edição do livro de regras do jogo de futebol (CBF, 2020): em tópico suplementar às regras, são apresentadas orientações quanto a movimentação. Idealmente, cabe aos árbitros auxiliares, por exemplo, estarem posicionados em uma das metades do campo, em paralelo à linha lateral, de modo a acompanharem de perto a evolução do setor de defesa ao longo da partida. Assim, eles se movimentam em direção ao meio-campo ou em direção ao gol, a depender do vai e vem das equipes. É a partir desta linha de atuação que assinala para qual time corresponde as reposições de arremesso lateral, os tiros de meta, o escanteio, as faltas e os impedimentos. Já a linha de movimentação do árbitro principal abrange de uma grande área até a outra. No entanto, em vez de um sentido vertical balizado pelas marcações laterais, como no caso dos árbitros auxiliares, vigora um sentido diagonal (ver Figura 5).

---

<sup>21</sup> Lembremos de que se trata de homens na faixa dos 45-50 anos de idade, em sua maioria sem trajetória profissional no esporte ou preparo físico condizente com o alto desempenho emulado da seara profissional. Assim, nem sempre aguentam correr durante 90 minutos.

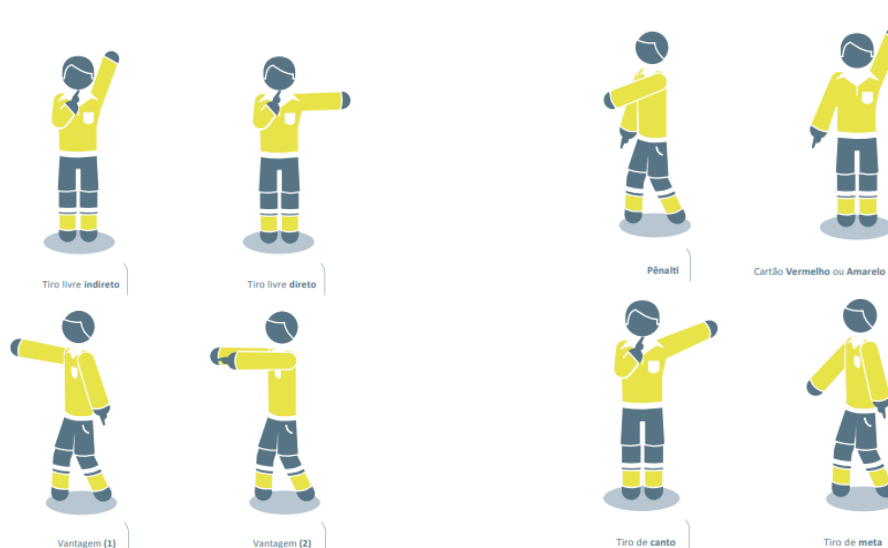
**Figura 5** – Esquema de Movimentação

**Fonte:** captura de tela movimentação do árbitro (CBF, 2020, p. 191).

Os gestos técnicos dos árbitros, denominados sinais no livro de regras, são utilizados para comunicar as decisões tomadas a respeito de infrações, início, reinício de jogos, bem como gols. Cabe ressaltar que eles são sinais aprovados, ou seja, não são recomendados gestos diferentes dos que são apresentados nas regras. Abaixo reproduzo o diagrama de sinais que consta nas regras número 5 e 6, que dispõem acerca das atribuições dos árbitros principais e assistentes, respectivamente. No Municipal, assim como em outras competições de várzea, esses mesmos gestos técnicos são adotados por parte das equipes de arbitragem designadas para conduzir os jogos. Quanto a execução dos gestos determinados, não me pareceu haver nenhuma discrepância com o que consta nas regras. Eventuais incompreensões gestuais eram

complementadas com a verbalização por parte do árbitro da sua intervenção; por exemplo: quando ocorria uma falta, o árbitro gritava “falta!” concomitantemente à marcação do lance.

**Figuras 6 e 7 – Sinais do Árbitro Principal**



**Fonte:** capturas de tela a partir do livro de regras do futebol (CBF,2020, p.88-89)

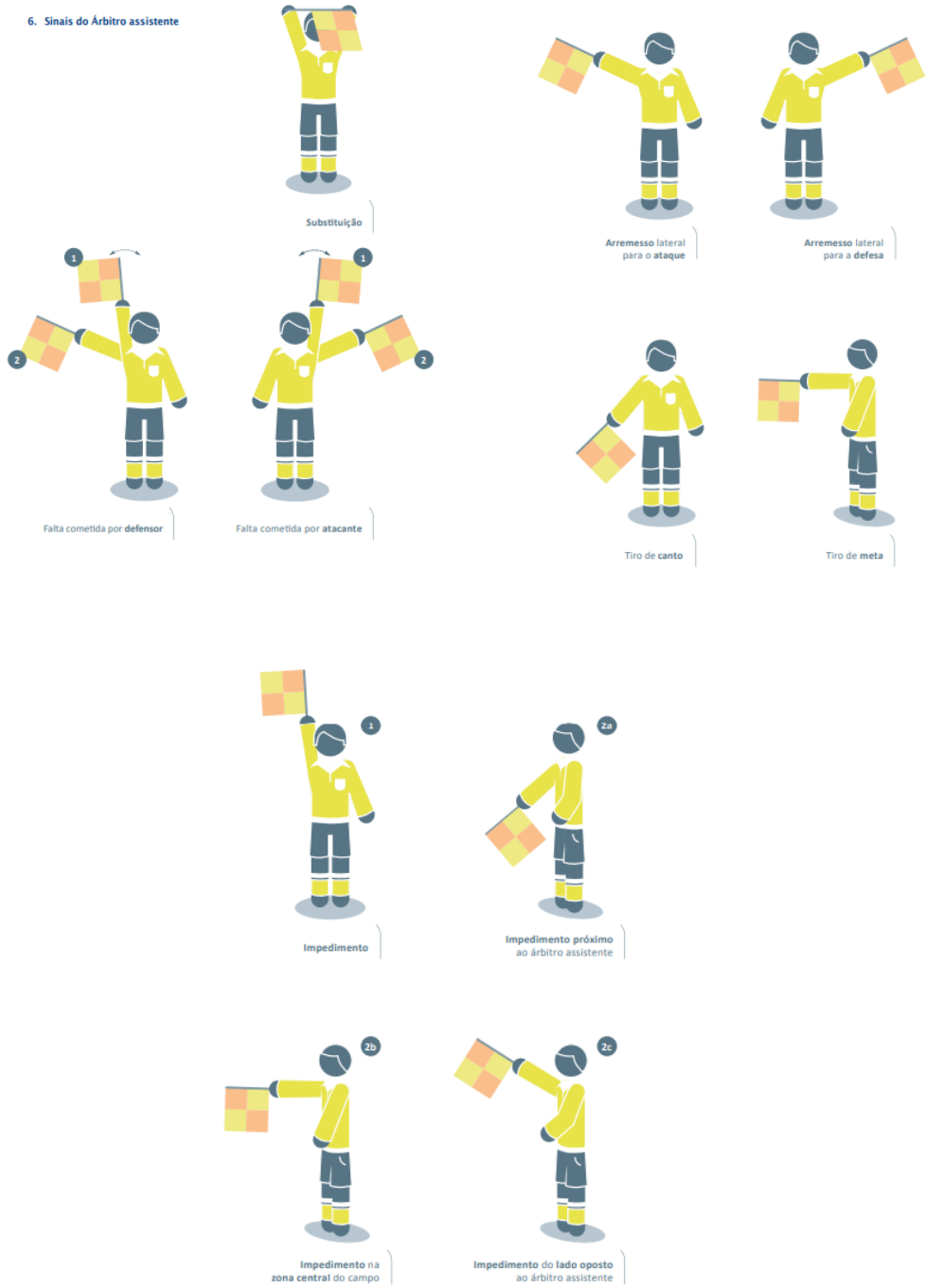
O primeiro quadro (Figura 6) traz orientações para os árbitros principais sobre a sinalização do tiro livre indireto (conhecido também como falta em dois toques), do tiro livre direto (conhecido coloquialmente como a falta comum) e da concessão da vantagem, sinalização que indica o prosseguimento do jogo em disputas cuja interrupção prejudicaria a equipe que engendra uma jogada de ataque promissor. De acordo com a regra número 13 (CBF, 2020, p.126), os tiros livres visam pautar a forma como um jogo deve ser reiniciado após a marcação de uma falta. No tiro livre indireto, a bola deve ser passada para outro jogador antes que possa ser chutada a gol. Já no tiro livre direto, a bola pode ser chutada a gol diretamente por quem cobrar a falta. Na primeira sinalização, o árbitro deve interromper o fluxo da partida soprando o apito, se posicionar onde ocorreu o lance faltoso (ou indicar onde o lance deve ser reiniciado) e comunicar que o reinício do jogo deve ser feito de forma indireta, erguendo para cima da cabeça o braço esquerdo. No tiro livre direto recomenda-se os mesmos gestos, com exceção do movimento do braço esquerdo, que deve estar apontado para frente (em paralelo ao

gramado). Já para sinalizar a vantagem, o árbitro, ao acompanhar o lance, deve erguer a mão direita ou as duas mãos para frente, sem interromper o fluxo da partida.

O segundo quadro (Figura 7) ilustra as sinalizações de tiro penal (pênalti), aplicações de cartão, tiro de canto (escanteio) e tiro de meta por parte do árbitro principal. Estes eventos estão tipificados nas regras número 14 (CBF, 2020, p. 130), número 12 (CBF, 2020, p. 110), número 17 (CBF, 2020, p. 144) e número 16 (CBF, 2020, p. 140), respectivamente. A penalidade máxima, mais popularmente conhecida como pênalti, ocorre quando uma equipe comete uma falta sujeita a reposição via tiro livre direto dentro da grande área que defende. Para comunicar esta infração, cabe ao árbitro soprar o apito para interromper o fluxo da partida e apontar o braço em direção a marca da cal. As aplicações de cartão dizem respeito às penalizações que a incursão em certos tipos de infração engendra. É responsabilidade do árbitro de futebol, ao apresentar um cartão para determinado jogador, publicizar a advertência, se posicionando de frente para o atleta ao qual se quer punir e erguer o braço que contém o cartão acima da cabeça. O tiro de canto, também denominado escanteio, é uma forma de reinício de jogo que ocorre quando a bola, antes de ultrapassar a linha de fundo, é tocada pela última vez por um jogador da equipe que defende, sem que com isso, um gol tenha sido marcado. O árbitro informa esta marcação soprando o apito e esticando o braço em direção ao quarto de círculo que se localiza nos cantos do gramado. Já o tiro de meta é uma forma de reiniciar o jogo quando a bola, antes de ultrapassar a linha de fundo, é tocada pela última vez por um jogador da equipe de ataque, sem com que o lance redunde em gol. O árbitro sinaliza o tiro de meta apontando o braço em direção à linha de fundo.

Além dos lances ilustrados, um árbitro de futebol também deve sinalizar o início e o reinício dos jogos por ocasião do pontapé inicial dos períodos que compõem a partida de futebol, bem como a sua finalização. Os gestos compreendidos nessa sinalização preconizam o sopro no apito (um sopro para o início e dois para o encerramento da partida), com o braço apontado para o centro do gramado. A mesma lógica é válida para os arremessos laterais, com a indicação para a equipe que deve reiniciar a partida sendo feito com o braço. Também em algumas das marcações acima elencadas, a sinalização do árbitro principal não é a única em atuação ao longo do jogo de futebol. Lances como o escanteio, o tiro de meta e as faltas são sinalizados em concomitância pelos árbitros auxiliares que se localizam, ao longo de uma partida de futebol, junto as linhas laterais dos gramados.

**Figuras 8, 9 e 10 – Sinais do Árbitro Assistente**



**Fonte:** Capturas de tela a partir do livro de regras do futebol (CBF, 2020, p.188-190).

Para os árbitros assistentes, a sinalização das faltas é feita ao se balançar a bandeira acima da cabeça e posteriormente se indicar para qual lado é a cobrança. Aliás, a indicação com a bandeira serve também para o tiro de meta (bandeira em direção ao gol) e escanteios (bandeira em direção ao quarto de círculo). As sinalizações exclusivas do árbitro assistente circunscrevem os lances de impedimento e as substituições.

Olhando as sinalizações como nas ilustrações, os gestos empregados não parecem ser muito complexos. Mas o emprego deles em tempo real engendra os seus desafios. Um episódio presenciado por mim que teve o uso dos sinais como protagonista se deu justamente no jogo final da categoria *master*. A partida não tinha 15 minutos do primeiro tempo ainda, quando uma disputa ocorrida próximo ao círculo central terminou em falta. Estrôncio, o árbitro da partida, ao assinalar para qual equipe deveria ir a vantagem, se confundiu. Acabou sinalizando para a direção contrária da que deveria. A sinalização equivocada fez com que o jogador que havia cometido a falta tentasse colocar a bola em posição de cobrança rapidamente. No entanto, ele foi impedido pelo jogador que havia sofrido a falta. Este alegando para o árbitro um equívoco na sinalização. A situação produziu (em uma fração de segundos) um desentendimento entre os jogadores, o que redundou em uma briga generalizada entre as equipes. O equívoco, segundo comentários que ouvi posteriormente havia sido diagnosticado como uma questão de “afobação”. Na ânsia de executar uma sinalização rápida, Estrôncio acabou invertendo a direção do gesto. É possível que isso tenha acontecido porque o árbitro da partida ainda corria em direção ao local onde ocorreu a falta, quando da paralisação do jogo. Ou seja, a pressa na marcação se justifica pelo “atraso” em acompanhar o lance. Isso tudo é só a especulação em cima do que escutei o *staff* do jogo comentar. Mais importante que isso é que situações como esta insuflam o quanto a concentração para a correta execução dos gestos é importante, principalmente em lances que não são capitais (os chamados “lances fáceis”).

A correta tomada de decisão ou a decisão errada, como foi o caso, se mostram como uma determinada indução a partir de uma cadeia de acontecimentos. É a conjugação entre a movimentação dos jogadores, a interpretação da disputa que eles travam em um espaço delimitado (no gramado ou no ar) e a intervenção neste fluxo, de modo que o uso de instrumentos e gestos vá ao encontro de determinado andamento da partida. Esta parece ser a habilidade da qual um árbitro de futebol se vale para saber ser técnico. Ideia esta que se aproxima na minha opinião da noção de *skill* (Sautchuk, 2015). Esta concepção foi repercutida enquanto uma crítica do entendimento da aprendizagem calcada na ideia de transmissão estabilizada de uma informação e na separação, em polos distintos, entre um sujeito e um objeto



deste processo. Ou seja, não é somente o viés cognitivo que atua em uma habilitação, mas também a relação que se tem com o ambiente (social e natural) e os objetos. Considerando estes aspectos, a aprendizagem não começa e nem termina com os sujeitos, mas os atravessa a partir da própria atividade que as relações circunscrevem. Ideia esta que é tributária dos trabalhos propostos pelo antropólogo inglês Tim Ingold (2000).

É curioso neste sentido que a leitura das possibilidades e deveres da arbitragem, tanto a partir do que consta nas regras do jogo, quanto nas recomendações suplementares a ela, passa a impressão de que, por mais abrangente que seja uma orientação, ela não consegue ser conclusiva. Tal pretensão se mostra impossível, como exemplifica o seguinte trecho no que diz respeito ao posicionamento e a movimentação dos árbitros:

A melhor posição é aquela em que o árbitro pode tomar uma boa decisão. Todas as recomendações referentes ao posicionamento devem ser adaptadas em função das informações específicas sobre as equipes, os jogadores e os acontecimentos surgidos durante o jogo. As posições recomendadas nos gráficos são orientações básicas. A referência a uma “zona” sublinha que uma posição recomendada é uma área dentro da qual o árbitro será provavelmente mais eficiente. A zona pode ser maior, menor ou ter outra forma dependendo das circunstâncias específicas do jogo. (CBF, 2020, p. 190).

A própria abertura à interpretação que as recomendações evidenciam, aliada com a proximidade que tive com arbitragem no futebol de várzea me levam a acreditar que as práticas dos árbitros, por mais bem pautadas que estejam, dificilmente serão estabilizadas. Esta compreensão incide em um processo de aprendizagem que não se ancora apenas no conhecimento das regras aprendidas em um curso, por exemplo. Da mesma forma, “pegar a manha” não me parece uma questão de puro voluntarismo, isto é, de estar disposto a estar em algum lugar, participar de determinada atividade repetidamente. Há de ocorrer um determinado envolvimento entre as pessoas e a ambiência da várzea, de modo que o fluxo do jogo tal qual praticado neste contexto possa emergir. Algo que, talvez, se dê para além da intencionalidade de um árbitro, pois podem ocorrer situações que o escapam. Há que se ter essa sensibilidade de saber reverberar adequadamente o curso dos acontecimentos de um jogo de futebol, é saber “dançar conforme a música”, como se diz no ditado popular. Valer-se de habilidade, mais do que a possuir.

## 4.2 Jogar

Na arbitragem de futebol praticada na várzea, as técnicas de movimentação, posicionamento e sinalização prescritas pelas regras do jogo contribuem para a compreensão do futebol em sua institucionalidade. Cabem a elas não só transitar pelo andamento de um jogo, como da mesma maneira constituí-lo. E isso também é um modo de constituir a arbitragem de futebol e determinar o que até aqui chamei de uma oficialidade. Ou seja, auferir a uma partida de futebol um certo limiar de atuação. Apartada dos sistemas das federações (mas não sem referenciá-las com maior ou menor ênfase), o futebol de várzea postulou à arbitragem um exercício de condução do jogo idiossincrático, tanto em termos do que ocorre dentro de campo, como da sua organização. Neste aspecto, se, no princípio, a arbitragem de jogos amadores em Porto Alegre tinha uma vinculação direta com quem organizava o evento esportivo (os donos das ligas de futebol ou os responsáveis por zelar pelos campos), com o tempo a própria arbitragem se tornou uma organização independente. Isso de certa forma, ao que me parece, postula uma identificação e uma correlação. A ponto de que, quando uma pessoa atue como árbitro, se saiba que não se está simplesmente a jogar um amistoso ou uma pelada. É como se diz no jargão do futebol: se joga "às ganhas", com um nível de engajamento diferente para aquele contexto. Os árbitros são procurados para isso quando se quer essa garantia de situação diferenciada. O árbitro, então, é um dos elementos que faz diferença em um jogo, pois o torna oficial.

Para tentar ilustrar esse limiar, gostaria de falar sobre o que se entende quando se diz que o futebol é um jogo. O próprio Roberto DaMatta (1982), em ensaio previamente referenciado neste trabalho, postulou uma concepção da singularidade deste ato, ao comparar o significado do futebol em sociedades diferentes – a britânica e a brasileira:

A primeira diferença é que, para os americanos e ingleses, o football, o tennis, o baseball, o soccer, o golf, etc são sports...; ao passo que, para os brasileiros, a palavra futebol nunca surge sozinha, mas é sempre precedida o qualificativo jogo. Assim, no Brasil vai acontecer um "jogo-de-futebol", o evento foi "um jogo bom ou ruim". Não é apenas uma questão de falar de futebol, mas de comentar ou discutir um jogo-de-futebol. O ponto me parece básico porque, como tentarei demonstrar em seguida, a posição específica do futebol (e do esporte em geral), varia em cada sociedade. De fato, no caso brasileiro, o fato de existir uma associação entre futebol e "jogo" denota duas ideias que, no caso da sociedade americana, seguem separadas. Uma delas é a ideia de "jogo de azar", que no Brasil é indicado pela expressão jogo, mas nos Estados Unidos e na Inglaterra é designado por gamble, algo que está distante da atividade esportiva propriamente dita, embora possa obviamente fazer parte de sua constelação ou das organizações globais que o esporte permite articular. A outra é a ideia mesmo relativa à atividade esportiva que, na definição consagrada do Dicionário Oxford, é "a diversion of the nature of a contest

played according to rules and decided by superior skill, strenght, or good fortune". Observo que a tônica da conceituação do "esportivo" no universo social anglo-saxão é na competição, na técnica e na força, ficando a sorte em último lugar. Parece pois, que nos Estados Unidos e na Inglaterra, o domínio do esporte tem muito a ver com um realce no controle do físico e na coordenação de indivíduos para formar uma coletividade. Tudo, enfim, conduz a uma luta pelo controle do mundo exterior ou do que vem de fora. Ao passo que, no Brasil, o esporte é vivido e concebido como um jogo. É uma atividade que requer táticas, força, determinação psicológica e física, habilidade técnica, mas também depende das forças incontrolláveis da sorte e do destino. Realmente, nos comentários após os jogos de futebol, no Brasil, existem muitas situações em que se sabe que um dos times não jogou somente contra o tempo e o adversário, mas também contra o destino, que deve ser modificado ou corrigido para que a vitória possa lhe sorrir. (DAMATTA, 1982,p. 25).

As situações experimentadas quando do trabalho de campo, muitas das quais já apresentadas até aqui, trazem elementos que me permitem aceitar a proposição de DaMatta (1982), isto é, de que há uma especificidade do futebol brasileiro, a qual se expressa especialmente na ideia de jogar. Creio que a atuação da arbitragem de futebol que até aqui tenho tentado esboçar – seja inserida em um circuito (Zelizer,2005) e como uma atividade técnica (Sautchuk, 2015) - pode ganhar novos matizes quando aliada a esta noção de que o futebol seja vivido como um jogo – e é sobre isto que me dedico nesta seção.

Para tanto, me ancoro na reflexão acerca da noção de “jogar” (*jouer*) postulada pela antropóloga francesa Roberte Hamayon (2016), a qual chama a atenção de que, apesar do termo em si (jogo) não ser muito usado, isso não significou que o fenômeno não tenha sido abordado pela literatura. Ademais, ela argumenta que os três temas subsequentes (performance-regraritual) expressam a noção de jogo, e podem ser tomados enquanto eixos transversais, ainda que o ponto em comum entre eles, de acordo com a antropóloga, pareça não ser considerado entre os pesquisadores. Nesse sentido destaca, partindo do mais recente para o mais antigo, os estudos sobre *performance* – nos quais o foco reside no desempenho, na operação. Também menciona os esportes – nos quais se evidenciam as atividades *reguladas*, a racionalização do jogo, um meio de promoção e profissionalização. Como terceiro tema, menciona os estudos sobre *rituais*, nos quais, de acordo com o que apresenta, são escrutinadas as estruturas de interação entre as pessoas.

A ênfase da autora nesse tópico se ancora nos trabalhos de Gregory Bateson (1955), especialmente na noção de “enquadramento do jogo” (*play frame*) e a sua relação com a teoria do ritual. Jogar, nesse entendimento, seria agir em um enquadramento no qual uma ação determinada (usa como exemplo a anedota do beliscão de brincadeira) pode ser interpretada enquanto tal, enquanto um jogo. Um beliscão em princípio é compreendido como uma

hostilidade. Entretanto, quando se belisca alguém de brincadeira, argumenta Bateson, no próprio ato de beliscar está embutida a pretensão de que aquele gesto é jocoso. Para ele, esta mensagem (que ele chama de metacomunicação) que indica que "isto é uma brincadeira", conforma o enquadramento do jogo. Ou seja, há uma relação entre um domínio da jocosidade aonde a ação se desenvolve e o domínio do cotidiano. Para Hamayon, tal reflexão propõe um contraponto (ou melhor, um suplemento) à famosa ideia de ritual divulgada por Victor Turner:

O próprio Bateson achou que essa noção de enquadramento do jogo funcionava tão bem para o ritual quanto para o jogo, o que significava que separar os dois podia ser entediante [...] No entanto, o jogo é negligenciado em benefício do ritual por pesquisadores que colocam a estrutura de interação no centro de sua investigação. Victor Turner foi o primeiro e provavelmente o mais famoso antropólogo a seguir esse caminho. Na época em que Bateson escreveu, Turner cria o conceito de "drama social" para analisar as crises que observa entre os *Ndembus*. Para ele, o aspecto ritual do drama pode resolver conflitos e evitá-los, pois constitui um quadro em que as relações são diferentes, permitindo, assim, transformações e mudanças controladas da ordem social. Turner define o ritual como uma ordem normativa, incluindo uma "anti-estrutura" que ele chama de *communitas*. Esse termo refere-se ao consenso espontâneo criado pelo fato de que o ritual permite aos participantes redescobrir relações igualitárias à medida que eliminam os elos formais e outras distinções de categoria que organizam a vida cotidiana. Esse era um dos propósitos dos Jogos Romanos de Circo, que eram "lugares de contradição social" e de "genuína conciliação", funcionando como uma ferramenta para construir consenso. De outro ponto de vista, a noção de "drama social" aproxima os trabalhos de Turner e Erving Goffman sobre a encenação das relações sociais e, de outro ponto de vista ainda, os de Ernest T. Kirby e Richard Schechner sobre a performance teatral. (HAMAYON, 2016, p. 20-21).

É a partir daí que ela parte para delinear um maior aprofundamento na definição. Reflete que, em um jogo, a amplitude em termos de estilo da ação que se desenvolve dentro da dinâmica é o foco da definição. Esta amplitude de ação torna-se movimento dentro de um contexto ou um enquadramento, quando se trata de auferir tangibilidade ao raciocínio: o que este contexto evoca reflete na realidade, pois estabelece um elo entre o agir e algo mais. Jogar seria, assim, uma ação factível, porém com um limiar difícil de determinar entre o jogo e o não-jogo. Segundo a autora, alguns questionamentos são levantados a respeito deste limite, mas nenhum critério conseguiu prevalecer. De todo modo, o que interessa é uma divisão que seja postulada entre dois enquadramentos: jogar e não jogar; ou melhor dizendo, o jogo e a realidade cotidiana. Para Hamayon existe uma dinâmica de espelho entre o jogo e a realidade (um reflete no outro), o que suscita com que jogar seja uma forma de se utilizar de uma ação para produzir um efeito esperado em uma realidade empírica. Nas reflexões de Turner (2008) sobre ritual essa ideia de efeito é tomada a partir de uma consideração coletiva (consenso, mudança); enquanto

Hamayon parece colocar essas possibilidades no registro do particular (guardada as devidas proporções entre as escalas de ação).

Dentro das discussões a respeito das valências do ritual e sua relação com uma partida de futebol (jogo) em que pé poderia ser situada a arbitragem de futebol? Aproximando esses dois conceitos, a ideia que vem à minha cabeça de correlação mais próxima é a da atividade que está no registro da *condução ritual*. À luz da proposição de Turner, as intervenções da arbitragem poderiam ser descritas enquanto ações corretivas, que vão ao encontro da possibilidade de devolver para o jogo o seu ajuste, a sua inteligibilidade. Observar o que jogadores fazem a partir da regra, para que, assim, o evento tenha início, desenvolvimento e conclusão. Ante a ideia de passagem, inclusive, esta atuação também pode ser vista enquanto demarcatória. Afinal, o objetivo é o jogo realizado. Outra abordagem do ritual que pode contribuir para a reflexão é a proposta por Pierre Bourdieu (1996), na qual a fala da arbitragem pode ser compreendida como uma fala autorizada pelas instituições específicas por codificar o futebol. A instituição é a que delimita a linha entre aqueles que estão dentro e fora do jogo (e isso vai ao encontro da preocupação que se tem na várzea de apenas jogadores entrarem em campo). E que também consagra gols e vitórias.

Mas se um jogo possui aspectos mais abrangentes que o ritual por si só não comporta, é preciso pontuar diferenças. Acredito que, enquanto no ritual as ações desenvolvidas produzem efeitos no cotidiano de apreciação coletiva, no ato de jogar essa dinâmica se dá de forma mais particularizada, já que o que está em voga não é o benefício de todos, mas de uma parte. O que leva a outro aspecto: enquanto no ritual a vinculação entre ação e efeito esperado é principalmente simbólica, no jogo, a autora (2016) traz uma ênfase para aspectos cognitivos (como estratégia, astúcia, etc), bem como o imponderável (sorte, azar). A partir deles se dá o reconhecimento público e compartilhado do que denominou sanção interna, que é aquilo que permite te fazer sair do jogo para o cotidiano em situação vantajosa (gol, por exemplo); a sanção que produz um efeito externo ao jogo.

Dentro desta perspectiva, ao focar-se nos aspectos cognitivos é que a arbitragem pode ser dimensionada, pois caberia a ela a responsabilidade pelo enquadramento do jogo. Para ilustrar como isso pode se dar, a atenção recai para uma dimensão presente nos jogos relacionada com a estratégia empreendida por seus participantes, que Roberte Hamayon denominou astúcia. A atenção da autora se volta para esse termo em face da reverberação que ele teve em parte da etnografia que empreendeu na Mongólia. Especificamente no que se trata dos eventos de lutas (uma espécie de *wrestling*, cuja sanção é derrubar o adversário)

organizados por ocasião do feriado nacional. Por lá, astúcia (em francês *rusé* e em língua local *mehe*) (HAMAYON, 2016, p. 234) é uma palavra que serve tanto para denominar de forma geral as técnicas de agarramento das quais um lutador se vale (*prisé de luteur*), como também para designar o sentido de engenhosidade, ou então trapaça e dissimulação. Na luta, o limiar entre estes entendimentos pode ser decisivo para a estratégia que redunde na vitória e a derrota:

Devemos entender a noção de enganação em termos dos propósitos por trás da estratégia dos agarramentos? O propósito da estratégia é terminar a luta. Ao garantir a vitória de um lutador sobre o outro, isso faz com que o vencedor emerja do campo de jogo não como um mero competidor, mas como um lutador ranqueado diferentemente no campo da realidade ordinária. O fato da vitória provocar a passagem de um campo para o outro explica a presença de árbitros: por mais codificados que sejam os vários agarramentos, a sequência na qual eles são executados continua sendo escolha do lutador; portanto, seu resultado está sob as condições de julgamento do árbitro. (HAMAYON, 2016, p. 235).

Dentro das inúmeras possibilidades de agir em uma disputa, cabe ao árbitro ratificar as ações empreendidas pelos participantes de um jogo. Isto perpassa a observação da regra e da condução ritual instituída, como bem salientou Roberte Hamayon em palestra, ao responder uma pergunta sobre se a existência da trapaça no jogo é universal:

É claro que acho que é bastante universal, de qualquer forma, é generalizada. É comum nas sociedades que eu estudei. Talvez eu possa lhe dar um exemplo sobre os golpes [técnicas de agarramento/*prisé de lutteur*]. A técnica de agarramento do lutador é chamada [na língua local] de astúcia [*rusé*]. A palavra *rusé* também significa truque e também significa trapaça ou enganação. Eu estava muito interessada na razão pela qual era o mesmo termo que mudava, da técnica de agarramento do combate ao ato de trapacear ou enganar. De fato, sempre há, finalmente, esse tipo de jogo organizado, onde existem regras e, como a luta se tornou competitiva, há árbitros para julgar. São os árbitros que dirão isso e é indispensável ser astuto para ser um bom lutador. Ou seja, um bom lutador deve saber fazer técnicas de agarramento inteligentes. Não é apenas a força, mas a capacidade de fazer agarramentos inteligentes. Bom... e esta é a questão da arbitragem, ou seja, a do direito social coletivo que delimitará a parcela de astúcia que é admitida e, pelo contrário, positiva, uma vez que permitirá decidir quem entre os lutadores aquele que será desonesto, e quem fará você quebrar as regras. Essa é uma questão terrivelmente social. (HAMAYON, 2014 [não paginado]).

Ainda que se trate de modelos de competições diferentes (uma individual, outra coletiva; luta, futebol) acredito que o raciocínio possa servir de referência para o cotidiano da arbitragem de várzea. É possível inferir que caiba ao árbitro de futebol consagrar quais ações dos jogadores são interpretadas positivamente e quais não são. Qual estratégia é profícua. O que é plasticidade e o que é antidesportivo. Tal entendimento tem relação com quem sairá do jogo vencedor e quem sairá derrotado. Para quem o destino sorrirá. Ainda que isso possa parecer

pouco significativo em termos de prestígio (afinal é uma competição amadora), em termos de efeito, é considerável, pois pode impactar positivamente (ou não) a semana, por exemplo. A experiência de jogar em uma acepção generalista incide justamente sobre isso. Quem sai favorecido, em um cenário compartilhado de interação de consequências indeterminadas, tanto pela via do acaso, quanto pela via da habilidade pessoal. Antes de qualquer prêmio mais palatável, ser reconhecido como alguém de sorte ou alguém de habilidade é um modo de se diferenciar. Entretanto, se sob a égide do acaso nos sujeitamos aos ditames do imponderável, sob o influxo da habilidade, as nossas ações (e intenções) estão sujeitas à validação.

No geral, essas instâncias de validação estão bem ancoradas por entidades e suas regras codificadas. São elas as instituições que delegam aos árbitros a autoridade e as possibilidades de compreensão do que se passa dentro do campo de jogo. Assim, na situação do Municipal de Várzea, a arbitragem, ainda que se relacione diretamente com os servidores do poder público e se faça um esforço para, em termos disciplinares, as relações estejam centralizadas, não se tem sua autoridade delegada diretamente da prefeitura, pois se trata de um serviço contratado. Cabe a cada árbitro e aos jogadores conseguirem compartilhar um mesmo senso de jogo, um mesmo enquadramento, sem depender estritamente do que consta no regulamento da competição e das regras do jogo. Inclusive, quando elas são mencionadas dentro de campo, exprimem mais as tensões de como as ações são enquadradas do que os consensos.

#### **4.3 “Administrar é diferente de ajeitar”**

Ao longo das rodadas do Municipal fui percebendo a existência de uma certa ambiguidade no que concerne ao entendimento das regras do futebol, bem como da sua aplicação. Talvez por ter exercido a função de mesário, que faz a ligação entre o campo do jogo e as instâncias burocráticas do torneio (no caso, a prefeitura) isso tenha ficado cada vez mais evidenciado para mim. As regras do jogo que supostamente caberia ao árbitro zelar, na opinião de grande parte dos meus interlocutores não passavam de um livro perigoso para aquele contexto. Inclusive nem mesmo a palavra regra era muito acionada entre árbitros (diferente dos jogadores que cobravam a sua aplicação), preferindo-se mencionar expressões como “o livro” ou “o manual”. Bismuto, um árbitro experiente (com mais de 20 anos de apito), inclusive com atuações em jogos profissionais, certa vez compartilhou comigo o que parece ser uma máxima: “Aqui tem que esquecer o livro, pois se tu for aplicar tudo certinho, vai se complicar”. A observação mais heterodoxa da regra do jogo, como evidenciado pela fala, tem um forte

componente de preservação – não só da credibilidade do árbitro que faz as marcações, mas também do entendimento do futebol que é possível praticar. Uma ocasião na qual um árbitro designado para apitar tinha mais traquejo em jogos profissionais ilustrou bem para mim a complicação que as situações podem gerar.

Paládio era um árbitro com uma carreira mais solidificada em comissões de arbitragens das federações de futebol profissional. Trabalhou como árbitro assistente em diferentes estados. De acordo com o que me dissera, apitava na várzea só em situações que lhe pudessem ser profícuas em termos de suas possibilidades pessoais, o que havia se intensificado desde que havia “pendurado o apito” dos jogos profissionais. Um exemplo disso era que tinha predileção por apitar jogos somente em determinada região da cidade, próxima de onde reside. Era um senhor com uma expressão calma, pele clara e cabelos brancos. Tinha o corpo franzino e falava com o sotaque de quem havia nascido em uma região do país diferente do Rio Grande do Sul. Ao contrário de seus colegas de ofício, era mais contido em suas interações com jogadores e outros árbitros. E também era mais atrelado a parte técnica da arbitragem. Em um jogo que atuou como árbitro central, marcou um lance de mão próximo da grande área, uma falta contra um jogador que atuava como defensor. Em uma tentativa de desarme por parte deste jogador, a bola resvalara involuntariamente em sua mão. Ao ouvir o som do apito, o zagueiro protestou:

JOGADOR: Porra, Professor! Foi bola na mão. Não mão na bola. Segue o lance!

PALÁDIO: Não existe mais isso de bola na mão. A regra mudou no meio do ano.

JOGADOR: Ah, Para! Vai me dizer agora que vai aplicar isso aqui? Pra cima de mim? Vai se foder! Baita migué.

PALÁDIO: Não importa o lugar. O que diz a regra é o que tem que ser feito.

A consequência da falta em questão não resultou em nada mais significativo para a conclusão do jogo. Mas foi um momento crucial para Paládio se complicar, pois as situações de “bola na mão”<sup>22</sup> se reproduziram naquela mesma partida (até pela condição do gramado que

<sup>22</sup> Cabe salientar que no mês de abril de 2020, a IFAB, entidade responsável pela atualização das regras do futebol divulgou uma série de recomendações que foram adotadas no início do mês de junho. Dentre elas estava a alteração na regra de mão na bola. Antes da alteração todo toque involuntário com a mão era passível de infração. O toque involuntário no ataque só se configura em infração caso o lance consequente deste ato redunde em gol. Ou seja, pela regra, a interpretação sobre a bola bater na mão ou a mão bater na bola não é critério para a marcação de infração. Entretanto, o entendimento desta interpretação como critério válido está enraizado entre os jogadores da várzea, exemplo que retoma, de certa forma, as diferenças entre regras e regulamentos debatidas no capítulo 1. Há uma disputa na várzea sobre quais aspectos do futebol profissional devem ser incorporados e quais diferenças a várzea deve produzir.



faz com que a bola pique mais), o que fazia com que protestos para que ele mantivesse o critério adotado prosseguissem. De fato, o árbitro até persistiu nas marcações, mas fez com que o jogo ficasse, como se diz na gíria do futebol, picotado, sem fluência. Este fato desagradou os jogadores pelo número de interrupções.

Ao final daquela partida, alguns jogadores, em tom de ironia, me disseram que para a próxima rodada eu deveria trazer uma televisão para colocar em cima da mesa e instalar um VAR para “arrumar as cagadas dos juízes”. Pois, já que estava na regra, o Municipal não podia deixar de ter. A pequena alteração neste caso chama a atenção para o fato de que a regra, nos termos do seu entendimento enquanto tal, não se materializa no vácuo. Ela se sobrepõe a interesses individuais e também a consensos enraizados por determinadas práticas futebolísticas. Situações como bola na mão/mão na bola, ou então o senso de que o goleiro é intocável dentro da pequena área e até mesmo a da expulsão do “último homem” em caso de falta, apesar de não mais se configurarem como observações contemporâneas em termos de regra, ainda são ratificadas no ato do jogo. A lei do jogo, no caso, confronta o que é estabelecido e compartilhado como usual. De certa forma, a viola; por isso causa estranhamento e também por isso complica. Um regulamento por si só já pressupõe que aquilo que ele estabelece foi idealizado enquanto o melhor para o jogo como um todo e para quem dele participa. E isso nem sempre é alcançável categoricamente na várzea. Em contrapartida, como não se pode questionar a regra, questiona-se seu mensageiro. Seu aplicador. Por vezes de forma acintosa.

Além da possibilidade de ir de encontro aos diferentes estilos de jogo, a aplicação da regra pode redundar em perigos de segurança pessoal para a arbitragem e sua equipe, o que também incide sobre os limites do futebol o qual esta atividade precisa salvaguardar, ainda mais em competições amadoras. Isso porque, como em muitos jogos, ao se disputar uma partida de futebol, as ações não se restringem apenas à dimensão de disputa na bola enquanto evento. Muitas vezes se valer de expedientes de interpelação na expectativa de agir sobre o evento também é uma possibilidade. Me reporto aqui a uma série de atitudes que, ainda que sejam proibidas, não deixam de pertencer ao contexto das disputas. Uma partida eliminatória da categoria veterano marcou a impressão de que certas vezes, a aplicação da regra, ainda que óbvia, traz consequências que dificultam a arbitragem e o jogo como um todo.

**Figura 11** – Cobrança de penalidades em uma disputa eliminatória

**Fonte:** registro feito em campo.

Tratou-se de uma semifinal – o que obriga a mencionar que, em fases eliminatórias, os jogos ganham um caráter de tensão maior do que normalmente transcorre. Por mais que uma partida que valha pontos na tabela também tenha a sua importância, jogar a possibilidade de continuidade no campeonato parece mais palpável em termos de urgência por resultado. E à medida que vai se aproximando da final, as expectativas por parte de quem participa da competição crescem. Pessoalmente, trabalhar em jogos eliminatórios me pareceu mais gratificante. A impressão que tive é que parecia participar de algo mais importante, de um momento mais definitivo, se é que se pode colocar a impressão que tive nesses termos. Nessas fases mais agudas também se acaba conhecendo mais as equipes, por já se ter trabalhado em ao menos um jogo delas e, mesmo entre os árbitros, começa-se a especular quem vai terminar a competição com o título, com a artilharia, entre outras coisas. Tudo isto aufere um clima no qual mesmo quem não é jogador procura se aproveitar de tais momentos como um incentivo para fazer bem a sua parte.

Naquela ocasião, entretanto, tudo foi bastante difícil, inclusive a inscrição dos jogadores em súmula. Francisco, um dos atletas da equipe que aqui denominarei Vaticano estava, como se fala na gíria futebolística, muito *pilhado*. Ou seja, tomado de forma veemente pelas emoções do (de) confronto. Ainda na fila da inscrição dos jogadores, ele se desentendeu com um dos trabalhadores da prefeitura que estavam presentes naquele dia. De início não consegui perceber o motivo que levou à altercação. O que parecia ser uma conversa protocolar entre o servidor e um grupo de jogadores descambou para uma cobrança de um dos atletas do Vaticano que estava perto da situação sobre a validade de um documento. Em seguida decorreu uma encarada tensa entre o servidor e Francisco. Aquelas que lembram uma promoção de um esporte de combate: “Tá me olhando assim por que?”, havia perguntado Francisco. “Tô olhando pra ti que nem olho todo mundo”, responderia o servidor. Antes que o clima esquentasse mais, os próprios companheiros de Francisco o haviam retirado de cena. Mas, avaliando retrospectivamente, já era o prenúncio de uma jornada difícil.

Para piorar, a equipe adversária, que aqui chamarei de Federação, chegou atrasada. O que fez com que o *staff* do Vaticano pressionasse a arbitragem e a mim para decretar W.O, que é a atribuição de vitória para uma equipe quando esta se encontra em condições de jogo e o adversário não aparece no dia e hora marcada para a partida. Entretanto, antes da ausência de adversário ser ratificada, o regulamento da competição previa a tolerância de 15 minutos e, embasados neste artigo, argumentamos pela espera do outro time. Foi justamente no limite desse período que a equipe da Federação conseguiu escrever o seu sétimo jogador de linha, que era a quantidade mínima de atletas homologados para que um time pudesse jogar. Tudo isso acompanhado pelos protestos da equipe do Vaticano, que pressionava para ser declarada vencedora. Acredito que essa pressão exercida sobre a arbitragem (que naquela ocasião teve como trio Potássio como árbitro principal e Césio e Ródio de assistentes) irritou os jogadores da Federação, o que tornou o clima de tensão potencializado antes mesmo do apito inicial.

O início do jogo apenas confirmou que naquela ocasião o futebol bem jogado não seria prioridade para os competidores. Muita provocação, muita reclamação, muitas jogadas divididas temerárias e algumas, inclusive, maldosas. O árbitro pareceu hesitante diante do cenário de jogo que encontrou. Ele até tentava conversar, tentava cobrar mais disciplina. Mas, suas interpelações não surtiram efeitos. Da minha parte também não consegui controlar os ânimos nos bancos de reserva. Eles pareciam bastante exaltados, sem a pretensão de se acalmarem. Nem mesmo os treinadores, que geralmente são mais solícitos a ouvir as recomendações vindas dos mesários, pareciam se concentrar naquilo que eu dizia. Todos

estavam nervosos. Aos 24 minutos do primeiro tempo uma jogada de ataque da equipe do Vaticano terminou com a intervenção brusca do zagueiro adversário dentro da área, derrubando o atacante. Os vaticanistas gritaram por pênalti, mas a interpretação foi de que a intervenção se deu só na bola, o que revoltou o banco de reservas do Vaticano, em especial Francisco. Em pé, ao lado do técnico, ele passou a xingar o árbitro da partida. Tão logo ouviu os xingamentos, Potássio interrompeu o andamento do jogo e, de dentro do campo, gritou para que Francisco fosse embora do campo. O entendimento de que havia sido expulso só aumentou a indignação do jogador. Ao vir pegar o seu documento de identidade, bradou para mim que era para eu chamar os “homens” (polícia), porque “hoje [naquele dia] *vai ter pipoco* para vocês”.

A expulsão de Francisco amenizou em parte o clima beligerante do jogo e deu mais confiança para Potássio conduzir a partida. Com as equipes mais controladas, suas preocupações se voltaram mais para o futebol com a bola nos pés. E nesta seara, a equipe do Vaticano abriu o placar, aos 37 minutos, em uma cobrança de falta. O gol devolveu o nervosismo ao jogo, principalmente entre os jogadores, que intensificaram a disputa corporal. Esse panorama não se alterou até o fim da primeira etapa. Logo após o apito final, Potássio caminhava em direção à casamata da arbitragem quando começou a ser cercado pelos jogadores da Federação. Para não se ver no meio do *bolo*, o árbitro mudou da caminhada para o trote. Nesse momento decidi ir ao encontro do *bolo* também, até para compreender o que estava acontecendo, já que não tinha compreendido o que havia gerado tamanha irritação:

POTÁSSIO: Eu marco o que eu vi rapaz! Eu não to te entendendo.

JOGADOR FED: Eu vou falar pra ti..

POTÁSSIO: Não quero mais... Deu cara!

JOGADOR FED: Amarela ele já aqui mesmo.

JOGADOR FED: Por bem menos tu expulsou o jogador do Vaticano. Por bem menos. Aí não dá. To falando a verdade professor. Pra nós e pra eles.

POTÁSSIO: Olha o que tu vai levantar pra nós, Césio. Olha o que tu vai levantar. Eu vou ter que expulsar o 7 porque tu falou.

JOGADOR FED: Assume o que tu vai levantar. Ele falou porque ele viu.

POTÁSSIO: Dá licença Sidão, dá licença!

JOGADOR FED: Assume! Assume!

POTÁSSIO: Posso falar?

JOGADOR FED: Então, é isso...

POTÁSSIO: Tá, tá. To conversando com ele.

CÉSIO: Potássio, Potássio...

POTÁSSIO: Tá, tudo bem. Eu vou fazer o que tu fez. Eu vou fazer o que tu falou

CÉSIO: Eu tenho que dizer o que eu vi!

[Em meio à confusão, o treinador da equipe do Vaticano se aproximou para conversar com o trio de arbitragem]

TREINADOR VAT: Seu juiz. O senhor deu 3 minutos de acréscimo, seu juiz. Só deu 3 e os caras pararam o jogo todo.

POTÁSSIO: Não...

TREINADOR VAT: Eu marquei! Tu é um baita de um árbitro rapaz, não precisa fazer isso aí.

POTÁSSIO senhor viu o que seu atleta fez? O que o 7 fez?

TREINADOR VAT: Eu vi, eu vi.

POTÁSSIO: O senhor sabe o que vai acarretar isso? É expulsão. Vai entrar com 10 em campo.

TREINADOR VAT: Só te digo pra olhar pros dois lados. Não olha só pra um lado.

Nesse momento Diego, servidor da prefeitura chegou junto à discussão para tentar acalmar os ânimos e encaminhar os jogadores para seus respectivos bancos de reserva. Com a confusão dissipada e a arbitragem entre si, Potássio aproveitou a presença dele em campo para abrir um pequeno comitê a respeito das consequências que a sua decisão enquanto árbitro acarretaria.

POTÁSSIO: Professor...

DIEGO: Oi...

POTÁSSIO: O 7 num lance, fora de lance lá embaixo. Usou o cotovelo na frente do auxiliar. Deu um cotovelaço na defesa da Federação.

DIEGO: Tá, e tu expulsou?

POTÁSSIO: O cara ao término, quando eu me virei para acabar o jogo, no mesmo momento em que eu acabei o jogo ele deu o cotovelaço. O auxiliar viu.

CÉSIO: E bota cotovelada! Deu no rosto.

DIEGO: Aonde foi isso?

POTÁSSIO: O sete do Vaticano.

CÉSIO: Na minha frente ali ó...lá no bico da grande área quase.

DIEGO: Cara, tu vai fazer o que tu acha que tem que fazer...entendeu, faz o que tu acha que tem q fazer.

POTÁSSIO: No regulamento é expulsão.

DIEGO: Tem que levar o jogo até o final.

POTÁSSIO: O que manda é expulsão. E vai até o final. Ele vai ser expulso e o jogo vai ter prosseguimento até o final

DIEGO: Tu já tinha expulsado um do Vaticano?

POTÁSSIO: Não...do Vaticano ninguém

JOÃO M: Sim! Do Banco. O 15.

POTASSIO: Ah, o cara esse veio assim: “tu ta roubando, ô pau no cu!” Sentado no banco identificado frontalmente pela minha pessoa e eu olhando diretamente pra pessoa dele.

DIEGO: Não cara, olha só: a arbitragem é de vocês, vocês sabem o que fazer. Agora o seguinte; nós não temos policiamento. Não temos nada aqui.

POTÁSSIO: Sim, é a lebre que eu levantei pro assistente, entendeu? É isso que eu to querendo te falar. Tu me faz todo aquele aparato pra me chamar...eu to preservando a nossa integridade física.

DIEGO:É

POTÁSSIO: Entendeu, eu não sei se tu ta entendendo?

CÉSIO: Mas eles fizeram eu te chamar e te dizer!

POTÁSSIO: Césio, não interessa! Césio, eu não vi. É só tu virar e dizer: “eu não vi.” Mas tu chamou toda a atenção quando acabou o jogo. Nós não temos policiamento.

CÉSIO: Tu não viu, mas eu vi!

POTÁSSIO: Césio, nós vamos sair daqui no ar. Tu não entendeu isso ainda. Eles vão agredir. Eu to te falando. Tu não tá entendendo, tu tá levando pra outro lado. Tu tem policiamento? Tu tem segurança?

Césio: Não tenho.

POTÁSSIO: Tu vai me defender? Eu vou conseguir te defender contra 22? Não vou conseguir.

DIEGO: Quer terminar o jogo?

POTÁSSIO: Não...por mim eu vou continuar jogando. A hora que eu me sentir ameaçado e achar que eu não tenho segurança eu vou chegar a mesa, vou me sentar ali e falar com o mesário. Ou até no carro. Entramos no carro e saímos. Arrumo a súmula, faço a súmula: "ao término de tantos minutos de jogo time tal da agremiação tal pá pá pá com ameaças ao juiz não teve...me senti inseguramente dentro de campo. Certamente, encerro a partida dando a vitória para o time que já está aí vencendo em campo."

DIEGO: Nã não. Tu faz e depois vai julgar.

POTÁSSIO: Isso, vai a julgamento...depois quem vai resolver é a prefeitura. Eu declaro só em súmula

DIEGO: O cara que foi expulso quem é aquele cara?[ aponta para Francisco que adentrara o campo para reclamar]

POTÁSSIO:É o que tava brabo com o senhor.

JOÃO: Ele é o 15 do Vaticano: Francisco Silva

DIEGO: Deixa eu ver onde ele tá na ficha do Vaticano.

[Aos fundos gritos que pareceram vir do lado do Vaticano: *tu é bom juiz, mas tu quer complicar. Se complicar pra gente complica pra ti!*]

POTÁSSIO: Eu tô tentando levar dentro de campo no jogo de cintura, mas eles tão querendo descambar pra um lado.

RÓDIO: É! O zagueiro do Vaticano toda vez q ele estica a bola o Sidão dá um tapa no cara. Se eu te chamar é rua. Eu falei pro treinador deles agora.

POTÁSSIO: Tem que levar no jogo de cintura. Nós tamos na selva Césio, nos tamos sozinhos. Professor não vai chegar a tempo lá em ti. Fechou, vai terminar cada um por si. Defenda-se quem puder.

RÓDIO: Tem que cuidar que aqueles dois tão se provocando..

POTÁSSIO: Sim, eu conheço os bois que eu lavro... agora é só chamar o 7, o 7 vai e aí espera o estrondo.

POTÁSSIO: Me chamou o time da Federação todo pra cima dizendo q o cara tinha dado cotovelaço [sic], com todo o time sabendo, eles sabendo que eu to falando aqui e vindo em cima. Eles não vão querer começar o jogo sabendo que o cara deu cotovelaço [sic], querem uma atitude. Posso chegar e dizer, olha eu não vi mas eu vou te dar um cartão, a próxima que eu ver eu mando pra rua.

DIEGO: Aí fica no amarelo...

POTÁSSIO: É o que eu posso fazer. Vista grossa. Nós não temos segurança. É nós contra 22

DIEGO: Cara o que vocês fizerem eu vou apoiar, agora tem que se ligar né...

POTÁSSIO: É o que eu estou querendo que entendam.

DIEGO: Olha, se vocês quiserem eu posso acabar com o jogo agora..

POTÁSSIO: Não, não, vamos tocar.

DIEGO: Então deixa eu falar com os diretores aqui

RÓDIO: Vamos chamar os diretores e vamos explicar a situação.

POTÁSSIO: Não sei se tu entendeu o que eu tô querendo te falar, Césio.

CÉSIO: Eu entendo.

POTÁSSIO: Nós tamos sozinhos aqui Césio. Até eu chegar em ti tu já tomou uns dois, três, quatro. Não quero ver isso aí. Mesma coisa eu. A minha mulher está lá. Eu não vim pra cá para ela me ver apanhar de 22 caras.

Aos poucos os jogadores começaram a voltar para dentro do campo. Um deles, da Federação, pediu a palavra: “Ô, ô, aplica a regra... eu tomei na cara e fiquei quieto. Tomei na cara e segurei no osso”. O recado do jogador supostamente atingido foi uma frustração para o plano de aplicação de cartão amarelo que havia sido esboçado. A não expulsão do jogador do Vaticano representaria quase que certamente que ele, ao menos, não iria mais segurar no osso. Foi então que Diego decidiu agir. Ele se afastou alguns metros para se reunir com outros servidores que estavam acompanhando o jogo, após poucas trocas de palavras, tirou do bolso o celular. Fez uma ligação que durou cerca de um minuto, com ela finalizada se dirigiu de volta em direção à arbitragem. Foi então que informou: “Nós chamamos a viatura da *brigada*<sup>23</sup> pra acompanhar o segundo tempo.” À luz da nova informação, Potássio repercutiu: "Tranquilo, eu vou fazer o que tem que fazer então. Vou fazer o regulamento. Só *segura os exus* agora, Césio!"

A expulsão do jogador do Vaticano antes do início do segundo tempo fez com que as animosidades que estavam mais espalhadas entre os jogadores convergissem para a equipe de arbitragem ao longo do restante do jogo. Em especial por parte da equipe do Vaticano que se viu sem dois jogadores e com 10 em campo. Mas nada pôde ser muito mais acintoso, pois com

<sup>23</sup> No Rio Grande do Sul, a Polícia Militar é chamada também de Brigada Militar.

cinco minutos da etapa final, uma viatura da polícia militar estacionou ao lado do campo e, de dentro dela, saíram quatro policiais – sendo que dois deles portavam um fuzil calibre 12. Tal demonstração, ainda que iniba hostilidade, não convenceu ninguém a ficar mais calmo e, ainda que tenha auferido segurança (especificamente para a arbitragem) não tornou o jogo mais fácil. Engendrou um ambiente ainda mais pesado, já que, com o cair da tarde, a luz do giroflex (que permaneceu ligado) se projetava sobre o campo. Em termos desportivos, o time da Federação ainda conseguiu empatar o jogo, aproveitando a vantagem de jogar com um atleta a mais. Após tomar o gol e já cansada, a equipe do Vaticano optou pela estratégia de segurar o resultado e levar a disputa pela vaga na final nas penalidades. Nesse sentido a tática surtiu efeito. Entretanto, na hora das cobranças, a Federação foi mais feliz e avançou na competição.

A eliminação com expulsões gerou muita indignação entre a diretoria e a torcida do Vaticano. Isso fez com que o preenchimento da súmula com os fatos do segundo tempo e das penalidades tivesse que ser adiado. Os servidores da prefeitura alertaram para que nós nos deslocássemos para a casa enquanto a polícia ainda estivesse em campo. Potássio, que estava de carro, sugeriu dar carona para todos. Eu aceitei, pois assim poderíamos preencher a súmula no veículo e eu não precisaria ficar esperando um ônibus na parada, como era minha praxe após os jogos. Ao acompanhá-lo na saída do campo, fomos muito hostilizados verbalmente por um grupo de torcedoras do Vaticano. Entre xingamentos, elas diziam que havíamos sido comprados para prejudicar a equipe delas. Achei curioso na hora que só mulheres haviam interpelado a gente. Depois, já no carro de Potássio, acompanhado de sua esposa, esta falou que os jogadores do Vaticano haviam feito essa combinação: de que as mulheres formassem uma “linha de frente” da reclamação. Caso Potássio se dirigisse a alguma delas, os homens poderiam intervir, pois aí não se trataria mais de uma questão de futebol, mas sim de defender as suas mulheres. Por sorte naquela hora a equipe de arbitragem ignorou qualquer manifestação dirigida a ela.

A rememoração deste episódio me parece destacável não tanto pela tensão que o circundou, mas porque foi o melhor exemplo no qual consegui acompanhar, dentro do andamento de uma partida, o caminho que ruma de uma controvérsia à tomada de decisão. Uma resolução de uma situação-limite dentro de campo. Ou seja, como as decisões da arbitragem são formuladas, o que é levado em conta para o que é validado em campo e de que forma as decisões podem ser sustentadas de modo que a partida tenha continuidade.

O lance que gera a reclamação da equipe da Federação é de simples interpretação à luz da regra do jogo: uma cotovelada no rosto é uma conduta violenta passível de cartão vermelho. Na situação aqui transposta, a situação não foi vista pelo árbitro principal e sim pelo



auxiliar, que, pressionado pelos jogadores da Federação que viram o lance, reporta a ocorrência. No entanto, Potássio hesita em acatar a informação – não por duvidar de sua veracidade – mas por antecipar as implicações que uma expulsão poderia engendrar em um jogo com aquele nível de tensão. Uma disputa tão intensa que ameaçava o próprio jogo em si. Manter o enquadramento, no sentido do que postula Hamayon (2016) e mencionei mais cedo neste capítulo, acaba sendo uma preocupação. Mas isto só é possível se aqueles que são responsáveis por lembrar os jogadores de que tudo não passa de um jogo toma decisões que sejam de um entendimento compartilhado. Se a expulsão parece inevitável, Potássio tenta buscar junto a quem lhe parece poder garantir que o seu ato não se volte contra si e contra o jogo. No caso, Diego. No entanto, Diego não lhe dá a garantia que, em princípio, Potássio almejou receber. A prefeitura é um ente apoiador e não autoridade do jogo; tanto é que Diego ainda o responsabiliza para tal: “você tem saber o que tem que fazer”.

A partir daí a cor do cartão especulado foi mudando, pois no entendimento do árbitro, a expulsão do jogador do Vaticano representaria uma ameaça à continuidade do jogo em seus parâmetros aceitáveis. De repente um cartão amarelo poderia ser a solução mais profícua para o momento. Tal entendimento acompanha o alerta aos assistentes sobre a necessidade de se ter jogo de cintura naquela ocasião, para não dificultar o trabalho. O plano parece se solidificar até o jogador agredido interpelar a todos, nos lembrando não só da regra, mas da sua não reação. Ou seja, ele só não revidou por acreditar que a penalização viria. A partir daí, não expulsar o jogador do Vaticano poderia ser interpretado como um sinal de pactuação com condutas violentas. E, se assim fosse, o jogo estaria “perdido”. Para se ter todas as garantias de que o jogo transcorresse sem problemas, mesmo com a expulsão, foi necessário se ancorar ao Estado em sua formatação mais clássica: a do monopólio da violência, com a polícia vigiando as ações. Tudo isso é, como disse Potássio, *fazer o regulamento*, não apenas aplicá-lo. Para que tal articulação por parte de um árbitro se configure é preciso que se tenha foco nas ações que se desenrolam dentro do campo e também nas repercussões que a avaliação dos lances pode engendrar, em termos de tomada de decisão e de decorrência para o restante da partida.

Este capítulo procurou apresentar as possibilidades nas quais tais conformações se apresentam, levando em conta a inteligibilidade da linha de atuação de árbitros de futebol em competições de várzea na cidade de Porto Alegre. Para isso procurei me valer de uma perspectiva das técnicas preconizadas no exercício desta atividade e também do que pude interpretar acerca dos seus aspectos relacionais, isto é, os diferentes entendimentos do que é necessário para fazer o jogo andar incidem sobre a forma de se jogar futebol e por consequência,

de se arbitrar. Através de relatos em situação de trabalho de campo, procurei ilustrar como as avaliações das disputas corporais e suas sinalizações são operações complexas do ponto de vista da interpretação e da ratificação da autoridade do árbitro, pois elas acolhem a proposição de um enquadramento que deve ser compartilhado entre os jogadores. E isto faz com que a relação que se tem com as regras do jogo não seja da ordem de uma simples observação direta, de sua mera instituição. Existem diferentes maneiras de fazê-las constar por parte dos árbitros, de modo a se tentar evitar com que a tomada de decisão apresentada gere confrontos de interpretação com os jogadores e por consequência, quebra do enquadramento do jogo. Se por um lado as hostilidades dos jogadores entre si e contra os árbitros podem ameaçar a continuidade do jogo (a sua oficialidade), o papel do senhor do apito é almejado nas competições, pois cabe a ele ratificar a astúcia e coibir a trapaça e o jogo sujo. Uma espécie de avalista de ações profícuas e estratégias inteligentes, que aufere aos vitoriosos a sua distinção. Um espaço que reputo de destaque dentro da organização do futebol, ainda mais em se tratando da várzea, onde a entidade organizadora, ainda que se coloque como promotora da disciplina, depende da boa vontade dos jogadores e da perspicácia por parte daqueles que participam do circuito da arbitragem.

O jogo de cintura conclamado por Potássio se refere justamente à habilidade de saber preservar o futebol em seu andamento, a capacidade de postular e se ajustar aos inúmeros cenários especulados em um curto espaço de tempo. O que em princípio pode parecer apenas elusivo ou impreciso na reflexão que engendrou junto a seus interlocutores opera de modo a ratificar o senso compartilhado entre todos naquele contexto de que o que se vivenciava era um jogo. E que seus limites (ou seu enquadramento) não poderiam ser ultrapassados. Nem pelos jogadores e nem por ele.

## 5 ATUAÇÃO DE ÁRBITROS NEGROS E OS LIMITES DO CIRCUITO

Até aqui procurei refletir sobre o circuito de arbitragem no futebol de várzea em sua abrangência. No entanto, me parece profícuo tentar também especular sobre as suas possíveis limitações. Foi a esse respeito que procurei considerar para este debate questões pertinentes as relações raciais. Um dos principais aspectos, talvez o principal, que me fez ter interesse pela arbitragem em competições na várzea foi saber que nela a presença de árbitros de futebol negros era, ao olhar, significativa. Desde o princípio, quando as linhas deste trabalho não passavam de ideias esboçadas, contar a história de árbitros negros no futebol estava no horizonte das pretensões. E como já mencionei, foi ao conversar com um ex-árbitro que minha atenção foi chamada para essa situação, que era ratificada a cada conversa com outros interlocutores. “Na várzea tem bastante”, foi uma frase que ouvi reiteradamente. Assim, em vez de especular sobre uma ausência em uma determinada área de atuação, passei a me debruçar a tentar compreender os motivos de uma (possível) presença evidenciada em outro espaço dessa mesma atividade. Foi a partir desse percurso que pude conhecer Primo e trabalhar no Municipal, o que em termos de convivência confirmou a impressão das pessoas com quem conversei. Neste capítulo procuro apresentar alguns questionamentos compartilhados junto aos árbitros com quem atuei a respeito deste mesmo tema: ser negro e ser árbitro de futebol na várzea. Procuro refletir sobre a forma pela qual a experiência de atuação de árbitros negros, desde as competições amadoras, pode aportar reflexões para a relação entre futebol e as desigualdades raciais brasileiras, assunto que se constituiu enquanto tópico de interesse dos estudos esportivos nas Ciências Sociais. O meu argumento nesse caso é de que a vivência dos árbitros na várzea ao mesmo tempo em que chama a atenção pela participação reconhecida, tem o potencial de problematizar o senso de sucesso da inserção de pessoas negras no futebol, algo consagrado, por exemplo, desde o trabalho clássico de Mario Filho (2003), obra que influencia toda uma vereda epistemológica e da qual as decorrências podem ser debatidas até os nossos dias, ao se pensar o cenário atual das relações raciais e levando-se em conta as posições e os espaços diversos onde o futebol é praticado.

Para tal, chamo a atenção, ao me aprofundar nesta discussão, para a apreensão de uma fronteira imaginária entre o próximo e o distante e o local e o “de fora” que pode ser percebida enquanto um elemento atuante na experiência dos árbitros negros. De igual forma me reporto ao circuito da arbitragem de jogos amadores enquanto um local no qual se tem a impressão de que muitos árbitros negros atuam, porém poucos se alçam ao caminho da arbitragem de jogos profissionais. Aqui a percepção subjetiva da fronteira ganha feições mais concretas ao se

considerar, em números, a quantidade de árbitros negros que atuaram sob a coordenação de Primo no Municipal.

### 5.1 Relações raciais e futebol brasileiro

A inserção e a participação de pessoas negras no futebol brasileiro podem ser considerada um tema de pesquisa notável na área de Humanidades (GIGLIO; SPAGGIARI, 2010). A respeito dele, talvez o seu momento mais controverso tenha sido por ocasião do debate acadêmico travado na Revista Estudos Históricos número 23 (1999). Nele, em artigo de apresentação dos resultados de tese, Antônio Soares (1999a) levantou a questão sobre a adequação de como a história do futebol é narrada e trabalhada dentro das Ciências Sociais. Seu argumento central no texto é de que “se inventou uma tradição” (SOARES, 1999a) na qual os episódios de discriminação racial no âmbito da institucionalização do esporte servem como mote central para a formação do futebol nacional. Tal narrativa estaria ancorada e seria reproduzida no interior das pesquisas a partir da obra do jornalista Mario Filho, *O Negro no Futebol Brasileiro* (2003).

A utilização acrítica de dados e interpretações do Negro no Futebol Brasileiro faz com que “novos narradores” acabem por incorporar o viés nacionalista que inspirou Mario Filho, embora desejem atacar a democracia racial e acentuar o racismo ou a segregação na sociedade brasileira. O racismo no Negro no futebol Brasileiro pode ser pensado como o “inimigo interno” que impedia a realização da nação, mas que acaba derrotado no plano da narrativa, enquanto a nação se realiza em função da integração do negro e da afirmação do futebol brasileiro. Assim, o racismo fica subordinado à identidade nacional na narrativa. De fato, o Negro no Futebol Brasileiro pode ser pensado como um texto que se ajustou à construção de um sentimento de nacionalidade de uma época. (SOARES, 1999a, p. 121-122).

Esta hipótese é defendida pelo autor através de uma apresentação em síntese da obra, da análise de sua estrutura. Para Soares, portanto, as relações raciais não conformam uma tensão constitutiva do futebol em termos históricos. Este fator caberia à passagem do amadorismo ao profissionalismo. As relações raciais conformariam, na visão do autor, um elemento discursivo de ratificação de um projeto de identidade nacional que tem no *Negro no Futebol Brasileiro* sua fonte de propagação.

Ainda na mesma edição da revista, a perspectiva apresentada por Soares é confrontada por Helal e Gordon Jr.(1999). Em artigo intitulado *Sociologia, História e Romance na Construção da Identidade Nacional através do Futebol*, a dupla de autores questiona o

fundamento da crítica de Soares. Ou seja, o fato de um aspecto somente determinar os rumos da história.

Ao invés de enfatizar que a história do futebol no Brasil envolve *mais* [grifo dos autores] coisas do que um conflito entre raças (e suas representações ideológicas) - argumento que ninguém poderia rejeitar – Soares termina por cair nas malhas do determinismo ao afirmar que essa história envolve mais precisamente uma outra coisa: o dilema entre profissionalistas e amadoristas. Nesse sentido, podemos dizer que sua crítica aos "novos narradores" seria "mais realista que o rei". Pois, sem dúvida, se não é apenas disso que se trata, nos parece difícil negar que a história do futebol brasileiro traz embutida a questão racial e nos dá acesso às representações culturais, isto é, às construções ideológicas ou simbólicas sobre o negro e a mestiçagem (HELAL; GORDON JR, 1999, p. 152-153).

Mais especificamente sobre a “questão racial” advinda da obra de Mario Filho, os autores argumentaram que o material e a metodologia que embasam o livro não tratam de uma invenção e que uma maior atenção aos aspectos representacionais de como as relações raciais se engendram na sociedade poderia reforçar esse ponto de vista. “Sem dúvida, não é possível negar a existência de todo um idioma simbólico do racismo na sociedade brasileira que se imiscuía em vários domínios. Esse idioma não foi apenas “invenção” da narrativa de Mário Filho (ou dos novos narradores) nem esteve circunscrito ao futebol”. (HELAL; GORDON JR, 1999, p.153)

Em sua tréplica, ainda na mesma edição, Soares (1999b) volta a defender a primazia da tensão amadorismo versus profissionalismo enquanto constitutiva da história do futebol. Além disso, ressalta que as relações raciais nos episódios citados por Filho (2003) e referendados pelo que chamou de “novos narradores” não configuram um contexto de segregação (se embasa para isso nos regulamentos das ligas de futebol amadoras do Rio de Janeiro do início do século XX), quando muito seriam atos de preconceito secundários nesta configuração histórica. A conclusão encaminhada pelo autor, portanto, é a de que a segregação racial não seria constitutiva da história do futebol, não seria o seu idioma.

Em edição posterior da revista, o debate é retomado em um artigo escrito pelo sociólogo Maurício Murad (1999), no qual o autor critica os questionamentos de Soares, além de argumentar em favor da importância da obra de Mario Filho, tanto no que diz respeito a congruência da pesquisa empreendida pelo jornalista carioca, quanto pela pujança do acervo documental que serviu e serve de fonte sobre o tema das relações raciais no futebol.

Mais do que os eventuais acertos e equívocos das posições apresentadas e defendidas, o debate da Revista Estudos Históricos manteve aberta margem para se refletir sobre o legado interpretativo que a inserção de negros no futebol brasileiro aporta para as investigações

acadêmicas – especialmente na área de humanidades. Nesse sentido, o livro *O Negro no Futebol Brasileiro* parece incontornável, pois coube a ele ter inaugurado, de certa forma, esse caminho epistemológico. Se, desde os ingleses, o futebol em sua codificação e gestão foi pensado como uma forma de expressão das rivalidades por status entre grupos rivais, onde se permitiu a uma das partes propagar um regime de técnicas corporais de modo a dar suporte às interações esportivas (Curry; Dunning, 2015), me parece coerente que a reprodução do jogo em um outro local possa ser pensado também, não só desde a especificidade dessas técnicas, mas também desde a consideração dos grupos que zelaram pelo espólio dessa difusão, por esse capital simbólico. Nestas circunstâncias as relações raciais parecem se incorporar ao contexto brasileiro enquanto tensão constitutiva dentro da própria contenda entre amadores e profissionais.

O legado interpretativo a partir do Negro no Futebol Brasileiro já se valeu das seguintes argumentações para ser compreendido: há uma chave interpretativa que vai procurar ressaltar uma denúncia do racismo presente entre os principais clubes de futebol do período. Os mandatários dessas agremiações em princípio impediram o acesso de jogadores negros em seus quadros e em suas competições (segregação). A superação desse panorama se dá a partir do processo gradual de inserção destes atletas ao serem constatadas as vantagens esportivas que eles aportavam. Fato que engendra a gênese do futebol nacional (e sua relação com a identidade nacional) em sua concepção técnica e estética.

Outro modo de interpretação vai ressaltar esse legado como um grande elogio aos atributos atléticos dos jogadores de futebol negros. Estes, a partir de seus dons inatos, encontraram no futebol um lugar de ascensão social. Leitura essa que, a contrapelo, pode indicar para a naturalização destes corpos e para um determinismo desse lugar social (só serviriam para esses fins: jogar bola, música, etc). Nos dois casos o que parece estar em jogo é a validade ou falsidade da abordagem da “democracia racial” como concepção correta a circunscrever as situações.

Mais recentemente, Juliano de Souza (2014) chama a atenção que o trabalho de Mário Filho não teria apenas sofrido influência das teses freyreanas<sup>24</sup> com relação às questões raciais vivenciadas em nosso país, mas que também se encontrariam em excertos espalhados ao longo do livro as influências das teses uspianas apresentadas a partir da primeira metade do século XX. Casos como o de Heráclito no Bangu, Nelson Conceição na então Confederação Brasileira

---

<sup>24</sup> Uma das edições do livro de Mário Filho contou com um prefácio escrito por Gilberto Freyre. O que sugere nesse uma ascendência das teses do sociólogo pernambucano.

de Desportos e mesmo a situação dos cabelos dos atletas mulatos e negros que eram alisados antes de entrar em campo poderiam ser reverberados a partir da ótica do “dilema racial”:

Nesse particular e avançando à discussão, o que aqui então procuramos sugerir é que as análises de Mário Filho em *O Negro no Futebol Brasileiro* são influenciadas tanto pela tese da democracia racial, quanto pela tese do dilema racial. Em outros termos, nosso argumento é construído no sentido de demonstrar que, apesar da inspiração freyreana averiguada nos escritos de Mario Filho, uma série de episódios narrados pelo autor ao longo de seu texto em apreço, quando atentamente lidos, não se constituem um mero reforço empírico das teses de Gilberto Freyre, como muitos são levados a crer, mas, ao invés disso, contradizem os pressupostos teóricos que animavam a produção do teórico pernambucano. (SOUZA, 2014, p. 117).

A herança das relações raciais do recente passado escravocrata do país se fazia presente em todas as áreas que compunham a chamada sociedade de classe (Fernandes, 2008), e no contexto de ação futebolístico, segundo aponta Mario Filho, não era diferente. Construiu-se assim uma mística negativa quanto aos jogadores mulatos e negros, colocando em estado permanente de dúvidas, o caráter destes agentes e o reconhecimento dos mesmos como seres humanos dignos de respeito e confiança. (SOUZA, 2014, p. 129).

Desta forma, a inserção dos negros no futebol, a partir da perspectiva acima apresentada seria análoga a inserção dos negros na sociedade de classes. Em vez de um caminho de superação rumo à apoteose da convivência harmônica, a longa e sinuosa estrada de percalços e censuras raciais.

Se as histórias das pessoas negras no futebol sempre foram influenciadas em sua forma de ser contada pelas teses que alimentaram o debate racial brasileiro desde o seu princípio no século XIX, é preciso também destacar que existe um grupo de trabalho mais alinhado com as teses da “desigualdade racial” proposta por Carlos Hasenbalg (1979). Aliando *insights* teóricos sobre estratificação social a uma base de dados demográficos da população brasileira, esta agenda de pesquisas circunscreveu as vicissitudes das desigualdades raciais, apontando o problema para as dificuldades de inserção educacional e ocupacional. Com relação a convergência desta agenda com o mundo do futebol, Souza elencou algumas iniciativas que vão ao encontro desse intuito (Corrêa, 1985; Vieira, 2003). No entanto, o autor parece enxergar este outro aporte como subsidiário dos trabalhos tributários das teses do “dilema racial”.

Questionamentos sobre a existência ou não de segregação em determinados ambientes ligados ao futebol, sobre os aspectos simbólicos da discriminação racial neste contexto e sobre as dificuldades da inserção ocupacional de pessoas negras serviram de base para as minhas próprias inquietações. Neste sentido, creio que as experiências junto aos árbitros de futebol no Municipal podem animar uma vivência distinta de pessoas negras no futebol brasileiro.

Existem diferentes formas pelas quais algumas atividades, tomadas quanto ao seu modo de realização, foram consideradas e atribuídas como propícias a determinados grupos de pessoas. Receio, inclusive, que seja possível dizer que esta presunção está atrelada ao funcionamento da economia. Dentro desta concepção, uma das divisões mais notórias, talvez, seja (junto com a sexual) a que ocorre entre as atividades tidas como manuais/braçais e as atividades tidas como intelectuais. Enquanto a primeira foi pensada como uma execução atribuída a um grupo de pessoas considerado mais vocacionado operações habilidosas empenhadas pelo corpo, a segunda foi atribuída ao grupo de pessoas cuja racionalidade estaria no centro de suas vocações. Este modo de organizar o trabalho (divisão social) possui conotações raciais que estão profundamente enraizadas em nosso imaginário, dada a nossa formação histórica enquanto país (onde o trabalho manual esteve por muito tempo compreendido com algo exclusivo à população pobre e preta).

Penso que o futebol, a sua maneira, reverberou essa dinâmica e que talvez aí possa se dar uma aproximação entre tensões constitutivas de cunho raciais e do conflito amador contra profissional. Desde as ilhas britânicas, a querela entre amadores e profissionais foi contemplada como uma polêmica sobre o engajamento corporal redundar em ganhos financeiros (algo indigno para os *lords*). A decorrência aviltada pelo conflito, com a inevitabilidade do profissionalismo, foi fazer com que os amadores assumissem funções diretivas, de modo a preservarem, em espírito, os seus valores. No Brasil, a inserção de atletas negros sob o contexto de emergência do profissionalismo, a despeito do seu sucesso, pode ser lida como um fenômeno que convergiu com esse entendimento. Ou seja, de que cabe a algumas pessoas realizarem trabalhos corporais, como no caso dos jogadores negros que foram ganhando espaço no período em questão. Tal entendimento não tem só relação com o talento potencial inerente a determinados corpos, mas também com a impressão de como as atividades laborais/econômicas devem operar.

Estudar a arbitragem de futebol foi, neste caso, me debruçar sobre uma atividade cujo exercício é (mais) notabilizado por um desempenho intelectual e faz parte, dentro dessa divisão reproduzida pelo futebol, do conjunto de funções cuja liderança e tomada de decisão são imprescindíveis. Atividades com estas características (que também podem ser reputadas a treinadores e dirigentes) ainda contam com uma pequena participação de pessoas negras, ao se considerar o futebol praticado no âmbito profissional. No entanto, ao se tomar o futebol em sua pluralidade de possibilidades, como é o caso do futebol de várzea, a situação muda de



panorama. Os árbitros negros que trabalham no circuito do futebol amador têm uma atuação intensa e expressiva, como pode ser mais bem considerado na próxima sessão deste capítulo.

## 5.2 Escala

A partir do que pude acompanhar durante o Municipal, tive a impressão de que a participação de árbitros negros se deu de forma significativa. No entanto, como a minha atuação se deu em uma quantidade pequena na relação com os jogos totais, ter uma noção do todo pareceu razoável. Para isso, recorri novamente às súmulas do Municipal de Várzea disputado nas categorias *master* e veterano no ano de 2019 para registrar o total de árbitros (contando conjuntamente árbitros principais e árbitros auxiliares) que atuaram, em quantos jogos cada um atuou e como se autoidentificaram com relação à cor da pele – cabe ressaltar que tentei adaptar algumas definições suscitadas em conversas informais como “azulão”, “sará” ou “café com leite” para o critério do IBGE – ao longo da competição ou durante o ano corrente (pessoas que conheci e trabalhei junto); hachurado em amarelo no Quadro 1 a seguir estão as pessoas que foram identificadas por Primo em momento posterior à competição (árbitros que não conheci no Municipal e que não consegui contatar ou não quiseram colaborar com a pesquisa ao longo do ano de 2020).

**Quadro 1** – Lista de árbitros que atuaram no Municipal conforme registrado nas súmulas

<b>Nome</b>	<b>Cor da Pele</b>	<b>Jogos</b>
Copérnio	Pardo	1 jogo vet.
Darmastácio	Negro	2 jogos vet.
Bismuto	Branco	1 jogo vet.
Dúbnio	Negro	2 jogos mast.
Háfnio	Negro	1 jogo vet.
Magnésio	Negro	14 jogos mast.
Manganês	Branco	1 jogo mast.
Paládio	Branco	9 jogos; 5 mast. 4 vet.
Hássio	Negro	1 jogo vet.
Rênio	Branco	17 jogos; 16 mast, 1 vet.
Alumínio	Negro	4 jogos vet.
Ródio	Negro	22 jogos; 13 mast. 9 vet.
Zircônio	Branco	7 jogos; 6 mast. 1 vet.
Cobre	Branco	1 jogo vet.
Cadimo	Negro	18 jogos; 11 mast. 7 vet
Bório	Pardo	2 jogos vet.
Cromo	Negro	2 jogos mast.
Cobalto	Negro	1 jogo vet.
Mercúrio	Negro	9 jogos mast.
Ferro	Pardo	8 jogos; 5 mast. 3 vet.
Zinco	Pardo	2 jogos vet. final
Bário	Negro	7 jogos; 6 mast. 1 vet.
Césio	Branco	26 jogos; 15 mast. 11 vet.
Chumbo	Branco	1 jogo vet.
Irídio	Negro	2 jogos mast.
Metinério	Branco	4 jogos mast.
Nióbio	Negro	2 jogos mast.
Frâncio	Branco	8 jogos; 6 mast. 2 vet.
Estrôncio	Branco	1 jogo vet.
Molibdênio	Branco	2 jogos vet.
Níquel	Negro	4 jogos mast.
Rutênio	Negro	2 jogos mast.
Escândio	Branco	2 jogos mast.

**Fonte:** elaboração própria.

Ao menos no Municipal, o registro das súmulas confirma a impressão destacada previamente. Dos 33 árbitros que atuaram na competição, 20 foram identificados como negros ou pardos. A quantidade de árbitros com reiteradas atuações também é uma informação interessante de se ressaltar, enquanto um ponto de corte entre duas situações diferentes que conformaram a rotina dos árbitros no campeonato. Do total listado, um terço (11) esteve presente em sete ou mais jogos, considerando as duas categorias de disputa (no *master* foram disputados 43 partidas e no veterano 19 jogos). Deste grupo mais restrito, cinco árbitros estão entre os brancos e seis entre os pretos e pardos. Os líderes em número de atuações foram os árbitros auxiliares Césio, com 26 jogos e Ródio, com 22 jogos. Já no grupo de árbitros que tiveram seis ou menos atuações, 15 estão entre os negros e pardos e oito estão entre os brancos.

Ou seja, houve equilíbrio na participação de árbitros brancos e negros no subgrupo daqueles que tiveram um maior número de atuações. Por serem maioria, parece-me, o grupo de árbitros negros está entre aquele no qual as pessoas mais rodaram, onde mais se revezou na escala ao longo do Municipal. Ao conversar com Primo sobre essa grande rotatividade de árbitros escalados (considerando o grupo todo) ele me respondeu que, muitas vezes a situação empregatícia dos árbitros na várzea influi na constância deles aos jogos: Muitos estão desempregados quando o procuram pedindo para apitar jogos. O que na opinião dele faz com que eles encarem a arbitragem mais como um bico (tanto para complementação de renda, quanto para momentos de aperto) do que como um projeto. E que nisso, alguns acabam se estabelecendo mais do que outros, seja com o foco exclusivo no futebol de várzea ou com pretensões maiores. Neste aspecto, Primo ressaltou em uma conversa gravada no mês de maio de 2020 que, entre aqueles que “fazem estágio na várzea”, ou seja, adquirem experiência nestes jogos como uma forma de se qualificar para poder galgar degraus na arbitragem de jogos profissionais, a maioria é branco.

PRIMO:[após enumerar nomes que se lembrou de árbitros negros] Bah! Vou dizer uma coisa pra ti.... deve ter uns 80% negros. Na várzea 80% é negão. Olha os Magnésios, por exemplo.

JOÃO M.:E por que tu acha que eles não vão para o profissional? Já que tem poucos lá... se a gente pegar pra ver o quadro de arbitragem da Federação.

PRIMO: Mas é isso que eu quero te dizer, é o comportamento. É o comportamento deles de apresentação tudo. Muito poucos....é... os que vem fazer estágio na várzea, vão para lá[profissional] e ficam, a maioria é branco.

JOÃO M.:Com pretensão de ir pro profissional?

PRIMO: Com pretensão de subir. E aqueles negão que apitam na várzea eles saem fora. Ali na esquina democrática, na rua 24 horas, aquela que desce ali... ali tem um árbitro reconhecidamente muito bom. Fez curso na Federação. Negão, trabalha de guarda ali. Mas, o comportamento... tá no SPC, amanhece de noite, amanhece de farra, no outro dia chega atrasado. Esquece os fardamentos que tem que levar. Porra!

As situações elencadas tanto a partir da lista de árbitros escalados, quanto a partir da conversa a respeito da atuação de árbitros negros na várzea reforçam a consideração de que o ambiente da várzea não se notabiliza como segregador, ao se tomar como foco de análise a participação de árbitros brancos e negros. O que não significa que esta característica seja generalizável ao, por exemplo, se tomar como foco a participação de árbitras. A esse respeito, aliás, pude conferir com Primo que, dentre as pessoas que trabalharam na arbitragem com ele ano passado, houve apenas uma árbitra. Platina, que não trabalhou no Municipal, mas exerceu a função de árbitra auxiliar em outra competição na qual Primo coordenou a arbitragem. Mais instigante do que a baixa participação de mulheres, me pareceu o entendimento do motivo disso ocorrer. Meu interlocutor informou ao falar sobre Platina que preferia escalá-la em jogos nos quais ele podia estar presente. Por uma questão de segurança, “caso as coisas se complicassem”. O que é indicativo, na minha opinião, de que, ao menos nesse caso, a dificuldade da participação feminina na arbitragem de futebol amador se relacionou com a “permissão à itinerância”, por assim dizer. Um duplo receio parece se apresentar na repercussão que Primo deu ao assunto; tanto pela mobilidade de árbitras no circuito, quanto pela garantia que ela possa dar conta da própria segurança em situações de dificuldade (disciplinar) dentro do jogo. Não posso afirmar que o exemplo acima seja extrapolável para todas as mulheres que se engajam na arbitragem de jogos de futebol na várzea, mas desconfio que uma maior presença de árbitras neste cenário passe por essas questões.

Outro aspecto elencado na fala de Primo diz respeito às pretensões que se tem, ao se apitar na várzea. Neste sentido, parece que a separação entre árbitros brancos e negros se dá em termos de projeção para o futuro, ao se tomar a arbitragem como uma carreira. Enquanto os primeiros procuram com maior incidência encarar estes jogos como uma etapa, os segundos se inserem na arbitragem de forma menos sistemática. Em relato de campo escrito em uma ocasião recente citei o depoimento de Alumínio (Morales, 2020b) que me pareceu bastante elucidativo a esse respeito.

Talvez eu não seja a melhor pessoa pra te responder isso. Até porque voltei para arbitragem só esse ano. Fiquei 10 anos sem apitar porque toco uma oficina mecânica. Aí esse ano como a oficina não estava dando tanto dinheiro, voltei. Enfim, acho que é isso. A arbitragem é diferente pra quem faz que nem eu, que trabalha de vez em quando de quem vive do apito. De segunda à segunda. Mas o bom que a arbitragem na várzea é um trabalho que dá para se virar, independente do que se queira. Para mim ela é importante porque agora que as coisas deram uma baixada na oficina eu pude voltar a apitar na várzea. Pra tentar equilibrar. (Alumínio. Trecho de diálogo. Porto Alegre, setembro de 2019).

Grande parte dos árbitros que se engajam com o futebol de várzea possui uma relação similar. Encaram a atividade mais como uma complementação de renda. Isso talvez se deva ao fato de que a convivência neste ambiente (em muitos casos e em primeiro lugar como jogadores) esteja no campo de possibilidades, cuja transição de uma situação para outra seja uma forma de permanecer em contato com esta sociabilidade. Fazendo com que, as pessoas que passem a atuar como árbitros façam essa transição em uma idade já considerada avançada para iniciar na arbitragem de jogos profissionais. O grande questionamento para o qual não encontrei uma resposta satisfatória é o porquê, a maioria dentre aqueles que procuram a várzea como uma etapa para o profissional, serem pessoas brancas.

De todo o modo, a atuação de árbitros negros, com uma grande intensidade em jogos na várzea, possibilita com que eles exerçam as valências notabilizadas como intelectuais de modo a serem reconhecidos pelo seu entorno enquanto aptos (ou não) para a função que se propõem. Para aqueles que atuam de forma mais assídua, se constitui uma relação de confiança, já que, entre acertos e erros, o engajamento de árbitros – quando se dá de forma periódica – propicia, a partir do jogo, um momento de congregação para as comunidades onde atuam. Ou melhor dizendo, a esses árbitros é auferida uma confiabilidade. O caminho para se tornar alguém confiável preconiza situações subjetivas, que vão para além de determinada expertise. Por serem maioria no futebol de várzea, a arbitragem de futebol exercida por pessoas negras pode não gerar os estranhamentos que a escalada rumo a uma trajetória no profissional pode auferir. Principalmente, ao voltarmos a considerar a impressão que determinadas divisões do trabalho acarretam. Entendo que seja a partir daí que questões como as de comportamento, tais como ditas por Primo, passam a concorrer.

Ainda que em princípio eu tenha achado um tanto quanto desconcertante, a lembrança de Primo a respeito da história de um árbitro negro que não prosperou foi indicativa do quanto as questões que não necessariamente incidem sobre a atuação (extra-campo) constroem ou desconstroem a possibilidade do exercício de cargos de confiabilidade. E independente dos erros que tenham sido cometidos, a associação deles, mesmo que de forma

inconsciente, com determinados grupos parece advir de um ciclo vicioso no qual um evento justifica uma impressão prévia. Como pretensamente negros não podem (não servem para) ser árbitros (exercer atividades de liderança/intelectuais), os erros de árbitros negros corroboram para reforçar o que já se sabe. Ainda que seja considerado bom, o comportamento não vai sustentar a carreira.

Pode-se dizer, portanto, que no tocante à participação de árbitros de futebol (homens), a organização das competições de várzea, a partir do circuito de arbitragem, não postula uma segregação racial. A percepção instigante dentro deste contexto é que as competições amadoras têm sido encaradas enquanto um projeto para degraus superiores por árbitros brancos mais frequentemente do que por árbitros negros. Estes se aproximam da arbitragem levando mais em conta a sociabilidade e/ou a complementação de renda de outras atividades que já exercem de maneira mais obstinada. Geralmente pessoas que, de uma forma geral, atuam na várzea (o que inclui as negras enquanto maioria neste contexto) são atraídas para a arbitragem quando já são mais velhas, o que não abre o horizonte em termos de possibilidade de carreira. Em face de um entendimento enraizado sobre a impossibilidade de pessoas negras exercerem trabalhos intelectuais relacionados com cargos de liderança, também podem ocorrer descrenças quanto à possibilidade de comprometimento disciplinado com este ofício ao longo do processo de qualificação. Estas descrenças podem ser reverberadas por pessoas-chave que poderiam auxiliar quem pensa nessa carreira. Além disso, há sempre o risco de se deparar com a possibilidade da hostilização de cunho racial, situação que independente de se ocorrer de forma verbal ou física pode muito bem representar um trauma, por mais empedernidas que as pessoas na função da arbitragem procurem se tornar.

**Figura 12 – Equipe de arbitragem**

**Fonte:** registro feito em campo.

### 5.3 “Não aqui e sim lá”

Para além dos dados apresentados acima, é preciso atestar que a partir da minha experiência em atuação, não testemunhei alguma hostilização de cunho racial para os árbitros negros com quem atuei e também não fui hostilizado neste mesmo sentido. Com aqueles árbitros com quem trabalhei (que se identificaram como negros) e que me deram uma maior abertura para abordar o assunto, passei a questioná-los sobre a impressão que tinham acerca da existência de casos nos quais árbitros haviam sido interpelados pela sua cor de pele nos momentos de hostilização. Acredito que sejam nestes momentos em que questões sobre os aspectos simbólicos do preconceito e da discriminação racial sejam mais verbalizados, ainda que não necessariamente evidenciados.

Em princípio, é preciso dizer, abordei o assunto sentindo uma certa sensação de pudor. E talvez por ela, as primeiras impressões que a mim chegaram não surtiram muita repercussão e apontavam para a inexistência de hostilizações deste tipo. O comentário feito pelo árbitro

auxiliar Ferro a minha pergunta pareceu bastante exemplar nesse sentido do que me foi falado por outros árbitros inicialmente:

Aqui não tem disso de racismo. Ainda mais com esses velhos, que todo mundo joga junto há anos. Todos se conhecem... nada a ver! Até porque tem um monte de negrão aqui, tanto no campo quanto no apito. Tu imagina alguém falando alguma coisa de outro? A confusão que ia ser [risos]. É claro que no momento da raiva tem gente que fala um monte de merda, mas se for prender todo mundo no futebol por algo que disse aqui e ali, aí acaba, não é? Se for juiz então, nem termina o jogo. Não dá pra ligar pro que vem de fora. (Ferro. Trecho de diálogo. Porto Alegre, outubro de 2019).

Não pude deixar de reparar (ao menos foi essa a minha impressão) que causei surpresa com a pergunta. É possível que resposta em tom negativo faça sentido não só pelo estranhamento que instaurou ou pela ausência efetiva de casos, mas ao se considerar para quem o futebol de várzea se reporta. Ao meu interlocutor parece pouco concebível que alguém, ao querer hostilizar um árbitro, por exemplo, por conta de desavenças em um jogo de futebol se valha da cor da pele. Pois, ao que sua fala deixa entender, a várzea em Porto Alegre é um evento associativo organizado em torno das comunidades (negras também) da cidade. Uma situação dessas só poderia ser considerada (levada a sério) enquanto algo que vem de fora, que não pertence a este contexto. Ao que me pareceu, no limite, as hostilizações de cunho racial, na opinião de Ferro, nem são (ou deveriam ser) uma questão a ser tratada enquanto realidade neste cenário.

Se, em um primeiro momento, “não havia nada disso aqui”, quando passei a me referir e a perguntar especificamente sobre xingamentos que levavam em conta a cor da pele sem mencionar o Municipal, pude contemplar aos poucos a compreensão de um panorama que remetia ao que era compreendido como o que " existia lá" nesse sentido. O aqui, como especulado antes, fazia menção, não somente ao campeonato, mas a suas comunidades. Os árbitros, ainda que nem todos fossem moradores dos bairros e vilas representados a partir das equipes, possuíam algum histórico de interlocução no dia a dia com essas localidades. Ou seja, tinham conhecidos, eram convidados para os churrascos dos clubes, prestavam outros serviços eventualmente. Reconheciam um determinado espaço de atuação no circuito de arbitragem como sendo o deles. Por esse ângulo, a interlocução travada por eles abrangia não só a cidade de Porto Alegre, como também algumas da região metropolitana, como Canoas, Eldorado do Sul, Viamão, Cachoeirinha e Alvorada.

Entretanto, como as itinerâncias futebolísticas dos árbitros com quem trabalhei não se restringiram somente a área de convivência deles, pude perceber que a partir do momento em que começam a não ver o local em que atuavam como pertencente a eles de alguma forma, as



lembranças de situações em que a cor da pele importava se deram de uma maneira mais forte. É o caso das regiões da Serra e dos Vales, quando iam apitar os jogos dos “gringos”.

Os árbitros que trabalham junto com Primo há mais tempo haviam me comentado que o apito os fizera viajar. E que em determinada época, havia atuado em competições de diferentes cidades do Estado. O próprio responsável pela liga de árbitros me disse em tom jocoso que, durante alguns anos, o seu escritório foi a rodoviária. Isso porque foi por lá que organizou junto de sua equipe as escalas dos jogos que tinha sob sua administração nessas localidades. Esse período foi o de ascensão e apogeu da organização independente de árbitros no âmbito de futebol amador. Após iniciar uma concorrência na arbitragem de jogos amadores contra seu antigo mentor, Primo viu nas cidades do interior a oportunidade de expandir a sua área de atuação. O panorama de atuação não consistia em muita concorrência.

No início éramos quatro [árbitros] - eu, Caboclo, Fogão mais um bandeira. Aí pensei como poderia consolidar jogos para nós. Fui a Feliz. Lá o pessoal me conhecia. Eu falei com o presidente da Liga de lá e nós assumimos a arbitragem lá. Aí o presidente da liga de Feliz já ligou para o presidente da Liga de Nova Petrópolis, que era do [ex-chefe]. Ele aceitou que nós assumíssemos. Aí eu tinha o Ararigbóia, peguei Feliz e Nova Petrópolis. Aí começou a Liga [de árbitros]. Eu cheguei a ter 22 cidades. Morava na rodoviária, quase. Cheguei a trabalhar com 120 pessoas. Nessa época tinha eu, com a liga independente e o [ex-chefe]. Só que o [ex-chefe] ia para o interior e não tinha tanta gente para apitar. Aí ele pegava as pessoas de lá mesmo, os alemão [Sic], os gringos para fazer bandeira. Levava só o árbitro. Com o passar do tempo, os gringos começaram a se avivar e foram fazendo as ligas de árbitros deles. E assim foram. Hoje em dia é até difícil de trabalhar com eles. Só os organizados, aqueles que fazem licitação. (Primo. Trecho de entrevista. Porto Alegre, junho de 2020).

Em uma dessas andanças, Magnésio, um dos árbitros mais experientes e bem considerados na várzea entre os jogadores participantes do Municipal, rememorou em uma conversa entre árbitros da qual pude participar um episódio onde ele “saiu na porrada” com um “alemão” que, de acordo com ele, o ameaçou ao longo do jogo. A situação aconteceu em uma praça de um bairro da zona norte de Porto Alegre. Lá estava sendo jogado um outro campeonato cuja arbitragem era prestada pelos árbitros encaminhados por Primo. Competição essa promovida por uma Associação Comunitária. Esse local em determinado momento serviu como um ponto de convergência dos árbitros que atuavam nas mais diversas competições ao longo dos fins de semana (além do Municipal e do torneio promovido pela Associação Comunitária, os árbitros de Primo atuaram num campeonato em Cachoerinha). Foi por lá, enquanto revisava as súmulas ou aguardava outros colegas para uma partida predeterminada que pude ter momentos mais desobrigados, por assim dizer, e conversar com mais árbitros em conjunto – não apenas com a equipe de arbitragem com a qual eventualmente atuei. Foi em um desses

contextos, onde estávamos em cinco pessoas – todas negras – que o relato se deu.

Consta que após discordância de marcações por parte do jogador, este teria dito para que Magnésio se atentasse, pois lá ninguém aceitava “negro ladrão” e que se fosse para roubar ele não devia ter saído da vila dele. Macgnésio então, já indignado, partira para cima do jogador o chamando para briga: "*Tu é preto bantito! Fem necrón! Fem que fou te queprar!*", exclamou, ao satirizar o seu adversário, levando em conta o sotaque característico das regiões colonizadas por imigrantes alemães, bem como os gestos que este havia feito. Segundo prosseguiu Magnésio, as vias de fato aconteceram, porém não duraram muito, pois os brigões haviam sido separados um pouco depois do início da briga. O jogo naquela ocasião teve que ser cancelado por “falta de condições”. Apesar de reconhecer que não deveria ter brigado, sustentou que jamais aceitaria ser chamado de preto bandido.

Cadimo, que costuma trabalhar mais como árbitro auxiliar nos jogos, disse que nas ocasiões em que atuou nessa região via que a torcida, principalmente, era mais “abertamente racista”. Que diversas vezes fora hostilizado verbalmente com expressões como “neguinho burro” ou “preto safado”. Mas que, por se tratar de gritos de torcedores, procurava não dar bola e manter o foco no jogo. Em uma ocasião relatou que torcedores ameaçaram afogá-lo na cachoeira para “lavar a sujeira” dele. Ressaltou que quando se tem que viajar para essas cidades para apitar se sente tenso, pois disse nunca saber quando as ameaças ficarão somente nas palavras ou podem se concretizar.

Uma das coisas que creio valer a pena trazer para esta discussão é que as situações mencionadas me fazem acreditar na força que a compreensão de lugar possui para as avaliações que foram feitas pelos colegas. Digo isso porque, para essas pessoas, presenciar um clima de animosidade em uma partida de futebol é algo que pode ser tido como corriqueiro. Ou seja, existe uma certa expertise sobre a intensidade de xingamentos, ameaças e hostilizações que, enquanto árbitros, eles estão acostumados a encarar, a administrar e, se for o caso, a temer. Para além das palavras proferidas – que na minha opinião, operam de forma bastante tipificada no que diz respeito à hostilização via cor da pele – o que a explicação deles me fez compreender é que a ambiência daquelas situações por si só parecia querer empurrá-los para longe de onde estavam. Para longe daquele espaço. Não seria só uma questão dos agressores se valerem de seus xingamentos como forma de criticar uma tomada de decisão, ou expressar por essa via uma sensação de prejuízo. Mas, de expressar uma demarcação – uma fronteira invisível entre os árbitros e seu entorno, que se valia das ambiguidades das palavras e do favorecimento territorial.

As ilações que as palavras utilizadas em conjunto permitem concluir que, ainda que algumas operem no registro futebolístico, houve uma tentativa de condução de Magnésio e Cadimo para um lugar de subalternidade por parte das pessoas que os interpelaram. No caso acima por exemplo, encadeou-se a cor da pele com o fato de se roubar e de ser oriundo de um determinado lugar (da vila). Suponho que por isso as manifestações sejam entendidas como mais abertamente preconceituosas. É um entendimento que se dá não somente pela situação de um lance, mas pelo tipo de suspeição ao qual se é colocado, mesmo quando não se tem uma atuação questionável. Acredito que as palavras proferidas aos árbitros nesses casos complementem a sensação de estranhamento e inadequação naquele contexto experimentada por alguns e compartilhada naquela conversa. E que é a lembrança dessas situações que da base, ou conforma o que compreendem como a realização do preconceito racial nesses casos.

Penso também que a partir das impressões compartilhadas seja possível argumentar que o que torna mais ou menos explícito as manifestações hostis de cunho preconceituoso seja a relação que os árbitros fizeram e fazem com certas imagens de identidade e diferença. Nesse sentido, não me parece fortuito, por exemplo, que as situações mais evidentes da compreensão desses atos por parte do grupo de árbitros acionem uma identidade (“os gringos”) e um espaço (a Região dos Vales, no caso) de diferença cuja presença deles em meio a essa combinação os tensiona. Assim como também me parece que para um torcedor ou jogador branco, morador dessas localidades, acionar de forma mais desinibida, por assim dizer, uma hostilização preconceituosa, não aparente tão desencorajador pelas circunstâncias. Ressalto que não se trata de uma questão de “fulanizar” determinadas pessoas ou regiões como preconceituosas, mas destacar que, ao tomar as hostilizações raciais em seu aspecto estrutural (Almeida, 2018), existem condições que tornam mais favoráveis a reprodução e explicitação/ocultação destas mesmas hostilizações. Acredito que seja para esse sentido a fala dos meus interlocutores aponte ao reconhecerem manifestações “abertamente racistas” nestas circunstâncias.

É por isso que nos exemplos acima, a hostilização contra árbitros negros pode ser entendida como uma forma de demarcar uma distância que a proximidade de um jogo de futebol não permite auferir. Pode ser que em meio as tensões do jogo, ser coordenado, por uma pessoa negra e desconhecida tenha parecido demais ao agressor de Magnésio. Assim, a briga se fez inevitável, pois o jogador, via hostilização, quis rebaixar o árbitro e esse, como disse, não aceitou. Já no caso de Cadimo, este preferiu ignorar as manifestações que teve contra si, ainda que algumas delas tenham sido bastante graves. O fato de terem vindo da torcida deve ter pesado nessa decisão.

A experiência destes atos de preconceito racial relatados e a apreensão de seus contextos me remeteu ao que Franz Fanon (1968) certa vez chamou de “mundo compartimentado, mundo cindido em dois” (1968, p.29) ao se referir ao contexto colonial de sua época. Nele, as fronteiras físicas das cidades que remetiam às zonas de habitação do colono e colonizado respectivamente correspondiam na opinião do autor, às fronteiras internas constituídas naquele mesmo período (períodos anteriores até) para diferenciar os brancos e os negros. Essa é a capciosidade da ideia de raça enquanto invenção de um empreendimento epistemológico. O que ela nos faz conhecer instaura uma fronteira que constitui os sujeitos desde dentro. A itinerância dos árbitros de futebol com quem conversei os levou a reconhecer tal fronteira e a partir dela elaborar suas vivências com o preconceito racial.

Seria exagero, no entanto, argumentar em favor de um rebatimento estrito da experiência colonial sobre a qual escreveu Fanon para o contexto das relações raciais brasileiras. Ainda que na minha opinião a primeira influencie a segunda, o fenômeno no contexto local não me parece se dar de forma tão estanque. A identificação com o branco ou com o negro rigorosamente é relativizada pela miscigenação que ocorreu e ocorre em nosso país. E no contexto do futebol de várzea isso não poderia deixar de ser diferente. Aliás, mesmo antes de começar a abordar os árbitros e solicitar para que eles se identificassem quanto a cor de sua pele, ao longo dos jogos, ouvi diversas expressões que remetem a essa compreensão. Muitas já famosas como *sarará* e *mulato*, outras mais heterodoxas como “*café-com-leite*” ou “*nego loiro*”. Essa plasticidade com a qual se dão os critérios de autoinscrição por vezes são utilizados como um argumento que demonstra que segmentar a população por raça é um equívoco e que o preconceito racial, se é que acontece, é algo brando. A mim parece, no entanto, que essa situação aponta para outra direção, na qual o entendimento sobre a cor da pele não apenas subalterniza em determinadas circunstâncias, como também superestima.

Em algumas ocasiões, colegas de curso negros nascidos em outras regiões do Brasil me perguntaram sobre como eu avaliava a especificidade do preconceito racial que é vivenciado em Porto Alegre ou no Rio Grande do Sul de forma mais abrangente. Sempre tive dificuldade para comentar esse questionamento, pois não me parecia apreensível essa especificidade. Entretanto, essa possibilidade de autoinscrição somada com a potencialidade com a qual a cor da pele também pode ser superestimada me deu uma pista para como poderia atuar essa especificidade local. Para tentar exemplificar esta situação, gostaria de me reportar a uma das ações que mais exerci como mesário: a transcrição de nomes.

Ao repassar os nomes dos documentos de identificação dos jogadores para as súmulas antes de uma partida, um jogador de pele escura (não retinta) e cabelos loiros encaracolados me entregou seu documento no qual constava um sobrenome de origem italiana que eu pronunciei errado, ao tentar memorizá-lo com o intuito de escrevê-lo. Na sequência ele me corrigiu para a graça de seus companheiros de equipe que estavam na fila de inscrição. Um deles me falou: “pode falar do jeito que tu tinha falado antes. A gente mesmo nunca acerta. Esse negão aí é chique, tem nome fino”, ao que o jogador portador do sobrenome que estava sendo escrito respondera: “É a mistura de negão com italiano!”, o que redundou na risada de todos ao redor pela forma descontraída com a qual o jogador em questão anunciara a sua “mistura”.

Esse episódio me marcou porque curiosamente uma das atribuições que mais desempenhei foi transcrever nomes para listas, tanto nessa ocasião recente como mesário quanto em ocasiões anteriores (trabalhei, por exemplo, no Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul transcrevendo atas das reuniões desse Conselho). Ao considerar essas duas instâncias comparativamente – campeonato de futebol de várzea e Conselho Universitário – e tomar a ocorrência de sobrenomes, o contraste entre a recorrência de sobrenomes de origem portuguesa (Santos e Silva, especificamente) no primeiro e de origem alemã ou italiana no segundo também dá conta dessa relação entre identidades, lugares e fronteiras. No caso do jogador de sobrenome italiano (um dos poucos das súmulas do Campeonato Municipal, que tinha sobrenome de origem que não portuguesa) ao propagandear, mesmo que jocosamente, a sua origem, não deixou de evidenciar uma distinção que, inconscientemente talvez, seja procurada ao se retomar índices daquilo que é considerado branco (o loiro ao lado do negro, um sobrenome italiano) nessas formas de autoinscrição. Assim como o é para o negro, a construção do branco não se referêcia apenas a cor da pele. Mas a uma série de pressuposições que, no caso, atrelam as pessoas de pele clara com uma determinada origem que remonta também a determina reputação. Cito como exemplo hipotético aqui, a capacidade para a liderança. Talvez seja neste aspecto que Fanon possa ser retomado de forma profícua, ao se abordar nossas relações raciais:

A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida, não logram nunca a mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é, antes de mais nada, o fato de se pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente distendidas cada vez que abordamos o problema colonial. Não há nem mesmo o conceito da sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx, que não exigisse ser

repensado aqui. O servo é de essência diferente da do cavaleiro, mas uma referência ao direito divino é necessária para legitimar essa diferença de estatutária. Nas colônias, o estrangeiro vindo de qualquer parte se impôs com o auxílio dos seus canhões e das suas máquinas. A despeito do sucesso da domesticação, malgrado a usurpação, o colono continua sendo um estrangeiro. Não são as fábricas, nem a propriedade, nem a conta no banco que caracterizam em primeiro lugar a “classe dirigente”. A espécie dirigente é, antes de tudo, a que vem de fora, a que não se parece com os autóctones, com “os outros”. (FANON, 1968, p. 29-30).

Ao retratar o “problema colonial”, o autor dá conta da superestimação que se cria a partir do estrangeiro, do que veio de fora e que é branco. Que nem mais precisaria se reportar ao divino para se ratificar. Suponho que esta ratificação, respeitando as circunstâncias, daquilo que vem de fora, do estrangeiro seja o que cada um tem por referência evocar, em especial no contexto vivido aqui no Rio Grande do Sul. Independente da cor, quando se quer afirmar a própria importância – no limite a própria humanidade – evoca-se uma origem, um lugar de pertencimento ainda que em seus registros mais ínfimos. Pois, são estes índices, por mais desimportantes que possam parecer, que dão conta, mais do que um status propriamente dito, de uma certa trajetória, de um não-apagamento. Em resumo, de uma história a qual se reportar.

Assim se pode dizer que a várzea, pelo menos em Porto Alegre, reproduz um padrão que vai ao encontro desta delimitação de espaço, desta barreira simbólica que não atravessa somente o domínio do futebol. Creio que ela seja importante de ser considerada ao se tratar das relações raciais, pois não me parece que as discriminações desse cunho atuem somente na ocorrência ou não de segregação, em seus aspectos mais concretos. É, pelo contrário, dentro das questões de representação, dos estereótipos, que o preconceito racial é mais insidioso. Ao menos na realidade nacional. São eles que pautam as separações que acontecem em determinados espaços, mais do que leis ou protocolos. E mesmo essas separações parecem estar mais ancoradas em uma situação relacional onde, mesmo próximo, cada um deve saber o seu lugar. Uma frase escrita por Jessé Souza (2000), ao comentar e criticar a ênfase excessivamente harmônica que alguns pesquisadores atribuem à formulação teórica proposta por Gilberto Freyre ao considerar a singularidade cultural brasileira, parece caber muito bem para pensar a relação que as questões raciais engendram dentro do futebol: “Intimidade do corpo, distância do espírito” (2000, p.84).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma menos sistemática, se eu pudesse resumir a história dos árbitros de futebol que procurei retratar, a descreveria como uma história de presenças. Em primeiro lugar porque essa foi, nas palavras de muitos deles, a ideia central do que apitar um jogo significa. Mais do que a observação e interpretação estrita dos lances para a condução da partida, esta atividade aparece enquanto um ofício de ação, de sustentação do jogo. Ou seja, um observar que também é fazer. Algo que em uma perspectiva situada e ancorada no torcer, no jogar e no narrar só é reparada quando determinadas tomadas de decisão são entendidas como deletérias na interpretação desses outros gestos envolvidos com o futebol.

Dessa maneira, gostaria de argumentar pela continuidade de trabalhos nas Ciências Sociais que tenham a arbitragem de futebol como tema. É uma das possibilidades que este trabalho experimentou e pretende motivar. Procurei referenciar alguns trabalhos sobre a atuação de árbitros de futebol, pois o reconhecimento abrangente de uma atividade passa pelas histórias que ela contém. Sobre esse conjunto é possível dizer que há um grande aporte ainda a ser feito na comparação com as pesquisas sobre futebol, em especial das que tem como foco jogadores, torcedores, mídia, etc. Quem sabe assim, a arbitragem esportiva possa galgar um maior espaço de interlocução.

Outra presença a se referenciar diz respeito ao quanto em uma competição de futebol de várzea promovida por uma entidade pública – a Prefeitura de Porto Alegre, no caso – a atuação da arbitragem é agenciada a partir de dispositivos burocráticos. Fato que circunscreve a operação de Ligas de arbitragem enquanto modelos de prestação de serviços que podem responder às demandas da Administração Pública. É nesse sentido que um circuito da arbitragem de futebol na cidade passa a fazer sentido para mim nesta análise. Pois é esta articulação – no caso a partir da Liga de árbitros de Primo – que torna legítima/aceita a atuação dos árbitros nas competições amadoras de futebol. A partir do reforço das regras do jogo de futebol e do regulamento de uma competição, cria-se um nicho de laboração que aproxima preconizações impessoais e convenções informais.

Outra presença que se faz válida mencionar é a de árbitros negros na várzea. A partir do Municipal, pude confirmar a forte assiduidade deles neste circuito. O que mais se destaca acerca do comparecimento destes sujeitos é o fato de que, com a dedicação que empenham, ajudam a promover - mesmo que indiretamente, a partir de um “trampo” ou “bico” - um tempo social dedicado ao lazer na rotina de suas comunidades e que se notabilizam, dentro do contexto

do jogo de futebol, por saberem coordenar um evento, controlar ânimos e disciplinar as pessoas envolvidas. Em suma, sabem liderar e tem esse reconhecimento, mesmo que por vezes eles sejam questionados, por parte de seus pares.

Dentro do que observei a partir do trabalho dos árbitros, uma relação que se destaca ao longo dos jogos é a de mando e obediência. E em certo sentido, as orientações que me fizeram com o propósito de que eu me impusesse como mesário foram ao encontro deste intuito. Ainda que os árbitros de futebol estejam ancorados pelas regras e nas entidades organizadoras para legitimar suas atuações, no momento do jogo, é preciso que eles saibam assegurar o que se espera de um árbitro. Ou seja, que saibam conduzir uma partida dentro das possibilidades auferidas por seu desempenho, que prescindem de movimentos e gestos. Algo que do ponto de vista da minha observação é uma atuação ritualizada. Nesse sentido é importante que os sinais corporais e enunciados possam ser empregados de forma a gerar acatamento das decisões por parte de seu entorno - jogadores, principalmente, mas também comissões técnicas e torcida. Caso contrário, o árbitro corre o risco de não se ver com condições de conduzir uma partida de futebol até o seu final. Alguns momentos de reflexividade por parte de árbitros/equipe de arbitragem que procurei apresentar sugerem o tensionamento com que se busca manter a partida sob controle.

O arbitrar é um gesto em relação com o jogar. Busquei refletir nesta dissertação sobre o quanto arbitrar e jogar se implicam, tendo o futebol e a arbitragem deste esporte como panorama. Procurei também aproximar essa análise das considerações presentes nas teorias antropológicas que versam a respeito de rituais e jogos, das continuidades e diferenças entre esses conceitos. O objetivo era a compreensão do arbitrar enquanto ação específica que participa destes contextos de interação. Ainda que esta reflexão possa ser melhor explorada, me parece que a articulação destas reflexões teóricas com o campo apontam para o entendimento da arbitragem não apenas como uma tarefa corretiva em relação ao jogo, ao contexto de interação, mas também distributiva com relação aos seus efeitos. Ou seja, ratificar o que está prescrito na regra e o que está fora dela, o desportivo e o antidesportivo, vencedores e perdedores.

Todo o trabalho, por mais que se tente ser abrangente na sua explicação, carrega consigo suas lacunas. E elas apontam caminhos que restam a ser explorados. Espero que as eventuais dúvidas observadas ao longo da leitura possam servir de instigação para um diálogo mais profícuo. Para além de algumas situações que já mencionei acima, uma falta que desde o campo parece se evidenciar com mais urgência é sobre a arbitragem de futebol praticada por mulheres



e a inserção delas em circuitos comerciais (em jogos amadores e de outros âmbitos). Tanto na presença de pessoas, quanto nas performances apresentadas, a arbitragem de futebol que pude acompanhar se apresentou como iminente masculina. Masculina no seu sentido hegemônico, é preciso ressaltar. A partir desta configuração, me parece estimulante questionar que tipo de impacto a presença das mulheres diante do apito pode aportar para as competições realizadas na várzea, por exemplo. Outro aspecto que me parece ser interessante a se explorar diz respeito a panoramas da arbitragem de futebol no âmbito profissional, levando em conta a diferença entre as suas categorias de disputa e as possíveis continuidades/distanciamentos entre elas.

Por fim, não é possível ignorar também que o ano de 2020 apresentou muitas implicações a respeito do debate que buscou problematizar as relações raciais de uma forma geral e no vínculo que esta discussão possui com o esporte, de uma forma particular. Na sequência da pandemia de Covid-19, um assunto bastante em voga na mídia até aqui foi a respeito dos atos de violência seguidos de morte sofridos por pessoas negras em abordagens institucionais de segurança pública ou privada. Os eventos filmados nestas circunstâncias de sujeitos como *George Floyd* e *Breonna Taylor*, nos Estados Unidos e, mais recentemente, João Alberto Freitas, no Brasil, desencadearam protestos contra a discriminação racial que tiveram repercussão mundial. Os protestos levados a cabo inicialmente entre os norte-americanos encontraram forte repercussão nacional em face do contexto de violência policial e encarceramento em massa destas mesmas populações no Brasil. Para além do âmbito da segurança, o contexto esportivo também se fez presente neste debate a partir do momento em que atletas negras e negros de destaque mundial utilizaram-se de seus espaços junto a opinião pública para questionar esse estado de coisas, influenciando as organizações das quais fazem parte a também se posicionarem a respeito do tema e reverberarem o debate. Como todo trabalho é também tributário de seu momento histórico, considero importante mencioná-lo nestas linhas finais. Até porque foi em meio a ele que escrevi esta dissertação e as reflexões que se produziram nela tem, de certa maneira, interlocução com as dúvidas advindas da nossa própria relação texto afora, para com os acontecimentos.

Neste aspecto, o sentimento de estar particularmente atravessado por esta conjuntura contrasta com o ambiente da várzea que acompanhei, onde as discussões sobre relações raciais – nos termos em que passaram a ser tratados esse ano no debate público - não se configuram como uma questão. A partir do que pude observar e conversar a esse respeito, não consigo deixar de me perguntar sobre o quanto essas discussões podem ou não adentrar no cotidiano de

jogos amistosos e torneios amadores. Competições estas que, não custa lembrar, começaram a retornar de forma mais sistematizada do meio para o fim do segundo semestre, após o hiato imposto pela pandemia. A Covid-19, pelo que pude averiguar, trouxe também um período de dificuldade para quem tem na arbitragem de futebol uma das suas fontes de faturamento. Mas não é apenas o aspecto financeiro que fustiga as pessoas nesses casos. A arbitragem de futebol, a despeito das suas dificuldades, é um exercício de dedicação para com uma sociabilidade que auferir entretenimento a muitas pessoas. Em localidades onde as opções de lazer não são variadas. Tomo a ideia de sustentar a várzea como uma atuação em favor dessa possibilidade. Assim sendo, espero que, apesar dos percalços, os jogos de futebol possam seguir sendo disputados e seguir sendo arbitrados.

## REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. *Guest and Daughter*. In: ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled Sentiments: Honor and Poetry in a Bedouin Society*. Berkley: University Of California Press, 2016. p. 1-36. Disponível em: <<https://content.ucpress.edu/chapters/2068002.ch01.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMARAL, Túlio Lourenço do. *O jogo dos que não jogam: a arbitragem amadora de futebol em São Sebastião*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- AUSTIN, John. *How to do Things with Words*. Oxford: Clarendon, 1962.
- BATESON, Gregory. The message ‘This is play’. In: SCHAFFNER, Bertram. *Group processus: Transaction of the second conference*. New York: Josiah Macy Jr. Foundation, 1955. P. 145–152.
- BAUMAN, Richard. Fundamentos da performance. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 3, p. 727-746, 2014.
- BOLEIROS, Era uma vez o futebol. Direção de Ugo Giorgetti. 1998. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=poIhqmilODg>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- ÇALĐŞKAN, Koray; CALLON, Michel. Economization, part 2: a research programme for the study of markets. *Economy And Society*, Londres, v. 1, n. 39, p.1-32, abr. 2010.
- CAMPOS, Fernando Rosseto Gallego. *Uma geografia do futebol amador: espaços de representação do futebol amazonense a partir do “Peladão”*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, 2009.
- CBF. *Regras de Futebol 2020/2021*. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Futebol, 2020. Disponível em: < [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202008/20200818145813\\_835.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202008/20200818145813_835.pdf)>. Acesso em 10 nov. 2020.
- CORRÊA, Lucia Helena Racismo no futebol brasileiro. In: DIEGUEZ, Gilda K. (org.) *Esporte e poder*. Petrópolis: Vozes, 1985. P. 31-39.
- CURRY, Graham; DUNNING, Eric. *Association Football: a study in figurational sociology*. Nova York: Routledge, 2015.
- DAMATTA, Roberto. *Universo do futebol*. Esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAMO, Arlei Sander. *Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política*. Fúlia / Ufmg, [s.l.], v. 3, n. 3, p.37-66, 24 abr. 2019. Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/15211/1125612315>>. Acesso em: 10 dez. 19.

\_\_\_\_\_. A rua e o futebol. In: STIGGER, Marco Paulo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime; SILVEIRA, Raquel da. *O esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. P. 51-70.

\_\_\_\_\_. *Do dom à profissão: Uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. *Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 1998.

DUMONT, Louis. *O individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y Ocio en el proceso de la civilizacion*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GALEANO, Eduardo. *Futebol ao sol e à sombra*. Porto Alegre: LPM, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIGLIO, Sérgio Settoni; SPAGGIARI, Enrico. A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009). *Revista de História*, n. 163, p. 293-350, 2010.

GUEDES, Simoni Lahud. *Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. Subúrbio: celeiro de craques. In: DAMATTA, Roberto. *Universo do futebol*. Esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982. P. 59-74.

HAMAYON, Roberte. *Why We Play: An Anthropological Study*. Chicago: HAU Books, 2016. Disponível em: <[https://haubooks.org/wp-content/uploads/2020/10/Why-We-Play\\_Web.pdf](https://haubooks.org/wp-content/uploads/2020/10/Why-We-Play_Web.pdf)>. Acesso em 5 out. 2020.

\_\_\_\_\_. [palestra]. *Jouer : une action universelle*. Palestra proferida no ciclo de conferências "Pourquoi jouons-nous ?", realizado na Cité des sciences et de l'industrie em janeiro e fevereiro de 2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=6\\_ZgxBqs5U](https://www.youtube.com/watch?v=6_ZgxBqs5U)>. Acesso em 20 nov. 2020.

HARVEY, Adrian. The myth of the public schools as the inventors of modern soccer: the ultimate revisionism. *Soccer & Society*, v. 19, n. 1, p. 50–58, 2018.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HELAL, Ronaldo; GORDON JÚNIOR, Cesar. Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional através do futebol. *Revista Estudos Históricos*, v. 13, n. 23, p. 147-166, 1999.

LANGDON, Esther Jean. Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 8, n. 1, 2, p. 162-183, 2007.

LEACH, Edmund R.. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia: Um Estudo da Estrutura Social Kachin*. São Paulo: Edusp, 1995.

MAE, Valter Hugo. *O apocalipse dos trabalhadores*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2017.

MAJORS, Richard; BILLSON, Janet Mancini. *Cool pose: The dilemma of Black manhood in America*. Nova York: Simon and Schuster, 1992.

MANGAN, James; HICKEY, Colm. Keeping control: refereeing the game. *Soccer & Society*, vol. 9, no 5, p. 727-749, dez. 2008. 10.

MARTINS, Mariane Goettert. *Campeonato Municipal de futebol de várzea de Porto Alegre: uma abordagem sócio-histórica (1993- 2014)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/150967>>. Acesso em 25 nov. 2020.

MORALES, João Cauê Benedeti. O mercado da arbitragem de futebol: apontamentos etnográficos em uma competição de várzea. *Contraponto*, v. 7, n. 2, p. 252-269, 2020a. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/108732>>. Acesso em 25 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. “Arbitragem na Várzea é um Trabalho pra se Virar”: Quando a várzea é o campo. *Iluminuras*, vol. 21, no. 52, p. 289-309, 2020b. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/99117>>. Acesso em 25 nov. 2020.

MURAD, Mauricio. Considerações possíveis de uma resposta necessária. *Revista Estudos Históricos*, v. 13, n. 24, p. 431-446, 1999.

MYSKIW, Mauro. *Nas Controvérsias da Várzea: Trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol na cidade de Porto Alegre*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Porto Alegre, 2012.

- PIMENTA, Rosângela Duarte. *Desvendando o Jogo: futebol amador e pelada na cidade e no sertão*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2009.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. História dos Bairros de Porto Alegre. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/historia\\_dos\\_bairros\\_de\\_porto\\_alegre.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020
- RIGHETO, Carla. *Árbitros: vilões e/ou mediadores do espetáculo?*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2016.
- RODRIGUES, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2003.
- RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- RUSSELL, John S. Taking umpiring seriously: How philosophy can help umpires make the right calls. In: BRONSON, Eric. *Baseball and Philosophy*. Chicago: Open Court, 2004. P. 87-103.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Aprendizagem como gênese. prática, skill e individuação. *Horizontes Antropológicos*, n. 44, p. 109-139, 2015.
- SEGATO, Rita Laura. Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje. *Crítica y Emancipación*, [s. l], v. 3, n. 2, p. 11-44, mar. 2010. Semestral.
- SOARES, Antônio Jorge. História e a invenção das tradições. *Revista Estudos Históricos*, v. 13, n. 23, p. 119-146, 1999a.
- \_\_\_\_\_. A modo de resposta. *Revista Estudos Históricos*, v. 13, n. 23, p. 167-174, 1999b.
- SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo social*, v. 12, n. 1, p. 69-100, 2000.
- SOUZA, Juliano de. *O "esporte das multidões" no Brasil: entre o contexto de ação futebolístico e a negociação mimética dos conflitos sociais*. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Curitiba, 2014.
- SPAGGIARI, Enrico. *Família joga bola: constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo, 2015
- STIGGER, Marco Paulo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime; SILVEIRA, Raquel da. *O esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

TURNER, Victor. *Drama, campos e metáforas*. Niterói: EdUFF, 2008.

WEBB, Thomas. *Elite Association Football Referee Training and Officiating: A Comparative Analysis of Refereeing Practices in Three European Leagues*. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de Portsmouth, Portsmouth, 2014.

VAMPLEW, Wray. Playing with the rules: Influences on the development of regulation in sport. *The International Journal of the History of Sport*, v. 24, n. 7, p. 843–871, 1 jul. 2007.

VIEIRA, José Jairo. Considerações sobre o preconceito e discriminação racial no futebol brasileiro. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, n. 42-43, p. 221-244, jan./jul. 2003.

ZELIZER, Viviana. “How I Became a Relational Economic Sociologist and What Does That Mean?”. *Politics & Society*, vol. 40, no. 2, jun. 2012, p. 145–174. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0032329212441591>>. Acesso em 12 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. “Circuits within Capitalism”. In: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard (eds). *The Economic Sociology of Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 311-342.